Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

AUTISMO NÃO É IGUAL PARA TODOS:

Compreendendo a Heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e os Desafios para uma Educação Inclusiva, Equitativa e Baseada nas Singularidades do Desenvolvimento Humano.

CADA HISTÓRIA IMPORTA

SINGULARIDADES | COMPREENSÃO | PERTENCIMENTO | APRENDIZAGEM | AUTONOMIA | FUTURO

AUTISMO NÃO É IGUAL PARA TODOS: Compreendendo a Heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e os Desafios para uma Educação Inclusiva, Equitativa e Baseada nas Singularidades do Desenvolvimento Humano.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

O Transtorno do Espectro Autista constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por ampla heterogeneidade clínica, funcional e comportamental, evidenciando que não existe um único perfil de desenvolvimento, aprendizagem ou interação social entre as pessoas autistas. Essa diversidade impõe desafios significativos à organização dos sistemas educacionais, que historicamente foram estruturados a partir de modelos homogêneos de ensino e avaliação, frequentemente insuficientes para responder às necessidades individuais dos estudantes. Nesse contexto, o presente estudo tem como tema a compreensão da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e seus desdobramentos para a construção de uma educação inclusiva, equitativa e fundamentada nas singularidades do desenvolvimento humano. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira o reconhecimento da diversidade de perfis presentes no espectro pode subsidiar práticas pedagógicas capazes de promover acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral no contexto escolar. O objetivo geral consiste em analisar os fundamentos científicos, educacionais e pedagógicos relacionados à heterogeneidade do transtorno, discutindo estratégias que favoreçam a efetivação de processos inclusivos pautados no respeito às diferenças individuais. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de revisão narrativa da literatura, com abordagem descritiva e exploratória, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais publicadas em bases de dados especializadas, documentos normativos e referenciais teóricos sobre educação inclusiva, neurodesenvolvimento, acessibilidade educacional, Desenho Universal para a Aprendizagem e práticas pedagógicas baseadas em evidências. Os resultados demonstram que a heterogeneidade do espectro exige planejamento educacional flexível, avaliação contínua, adaptação curricular, utilização de recursos acessíveis, tecnologias assistivas, metodologias ativas, práticas colaborativas e estratégias pedagógicas individualizadas que considerem diferenças cognitivas, comunicacionais, sensoriais, emocionais e sociais dos estudantes. Evidencia-se, ainda, que ambientes escolares fundamentados nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem ampliam as oportunidades de participação, reduzem barreiras à aprendizagem e favorecem o desenvolvimento da autonomia, da interação social e do desempenho acadêmico. Conclui-se que o reconhecimento da singularidade de cada estudante constitui elemento indispensável para a consolidação de práticas educacionais inclusivas, equitativas e humanizadas, contribuindo para o fortalecimento de políticas educacionais comprometidas com a valorização da diversidade, com a promoção da acessibilidade e com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, fortalecendo uma educação centrada na dignidade humana, na participação plena e na construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; heterogeneidade; Desenho Universal para a Aprendizagem; educação inclusiva

AUTISM IS NOT THE SAME FOR EVERYONE: Understanding the Heterogeneity of Autism Spectrum Disorder and the Challenges for Inclusive, Equitable Education Based on the Singularities of Human Development.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

Autism Spectrum Disorder is a neurodevelopmental condition characterized by broad clinical, functional, and behavioral heterogeneity, demonstrating that there is no single pattern of development, learning, or social interaction among autistic individuals. This diversity poses significant challenges to the organization of educational systems, which have historically been structured around homogeneous models of teaching and assessment that are often insufficient to address students' individual needs. In this context, the present study focuses on understanding the heterogeneity of Autism Spectrum Disorder and its implications for the construction of inclusive, equitable education grounded in the singularities of human development. The research problem seeks to understand how recognizing the diversity of profiles within the autism spectrum can support pedagogical practices that promote accessibility, participation, learning, and comprehensive development in educational settings. The general objective is to analyze the scientific, educational, and pedagogical foundations related to the heterogeneity of the disorder, discussing strategies that contribute to the implementation of inclusive processes based on respect for individual differences. This qualitative study was conducted through a narrative literature review using a descriptive and exploratory approach, supported by national and international scientific publications, specialized databases, normative documents, and theoretical frameworks on inclusive education, neurodevelopment, educational accessibility, Universal Design for Learning, and evidence-based pedagogical practices. The findings indicate that the heterogeneity of the autism spectrum requires flexible educational planning, continuous assessment, curriculum adaptation, the use of accessible resources, assistive technologies, active learning methodologies, collaborative practices, and individualized pedagogical strategies that consider students' cognitive, communicative, sensory, emotional, and social differences. Furthermore, educational environments grounded in the principles of Universal Design for Learning were found to expand opportunities for participation, reduce barriers to learning, and promote autonomy, social interaction, and academic achievement. It is concluded that recognizing the uniqueness of each student is an essential element in consolidating inclusive, equitable, and humanized educational practices, contributing to the strengthening of educational policies committed to valuing diversity, promoting accessibility, and ensuring the right to learning for all students regardless of their individual characteristics, thereby fostering education centered on human dignity, full participation, and the development of genuinely inclusive educational environments.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; heterogeneity; Universal Design for Learning; inclusive education.

EL AUTISMO NO ES IGUAL PARA TODOS: Comprendiendo la Heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y los Desafíos para una Educación Inclusiva, Equitativa y Basada en las Singularidades del Desarrollo Humano.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

El Trastorno del Espectro Autista constituye una condición del neurodesarrollo caracterizada por una amplia heterogeneidad clínica, funcional y conductual, lo que demuestra que no existe un único perfil de desarrollo, aprendizaje o interacción social entre las personas autistas. Esta diversidad plantea importantes desafíos para la organización de los sistemas educativos, históricamente estructurados sobre modelos homogéneos de enseñanza y evaluación, que con frecuencia resultan insuficientes para responder a las necesidades individuales de los estudiantes. En este contexto, el presente estudio aborda la comprensión de la heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y sus implicaciones para la construcción de una educación inclusiva, equitativa y fundamentada en las singularidades del desarrollo humano. El problema de investigación consiste en comprender de qué manera el reconocimiento de la diversidad de perfiles presentes dentro del espectro puede respaldar prácticas pedagógicas capaces de promover la accesibilidad, la participación, el aprendizaje y el desarrollo integral en el contexto escolar. El objetivo general es analizar los fundamentos científicos, educativos y pedagógicos relacionados con la heterogeneidad del trastorno, discutiendo estrategias que favorezcan la implementación de procesos inclusivos basados en el respeto a las diferencias individuales. La investigación se caracteriza como un estudio cualitativo desarrollado mediante una revisión narrativa de la literatura, con un enfoque descriptivo y exploratorio, fundamentado en publicaciones científicas nacionales e internacionales, bases de datos especializadas, documentos normativos y marcos teóricos sobre educación inclusiva, neurodesarrollo, accesibilidad educativa, Diseño Universal para el Aprendizaje y prácticas pedagógicas basadas en evidencias. Los resultados demuestran que la heterogeneidad del espectro exige una planificación educativa flexible, evaluación continua, adaptación curricular, utilización de recursos accesibles, tecnologías de apoyo, metodologías activas, prácticas colaborativas y estrategias pedagógicas individualizadas que consideren las diferencias cognitivas, comunicativas, sensoriales, emocionales y sociales de los estudiantes. Asimismo, se evidencia que los entornos educativos fundamentados en los principios del Diseño Universal para el Aprendizaje amplían las oportunidades de participación, reducen las barreras para el aprendizaje y favorecen el desarrollo de la autonomía, la interacción social y el rendimiento académico. Se concluye que el reconocimiento de la singularidad de cada estudiante constituye un elemento indispensable para consolidar prácticas educativas inclusivas, equitativas y humanizadas, contribuyendo al fortalecimiento de políticas educativas comprometidas con la valorización de la diversidad, la promoción de la accesibilidad y la garantía del derecho al aprendizaje de todos los estudiantes, independientemente de sus características individuales, fortaleciendo una educación centrada en la dignidad humana, la participación plena y la construcción de entornos escolares verdaderamente inclusivos.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; heterogeneidad; Diseño Universal para el Aprendizaje; educación inclusiva.

AUTISMO NÃO É IGUAL PARA TODOS: Compreendendo a Heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e os Desafios para uma Educação Inclusiva, Equitativa e Baseada nas Singularidades do Desenvolvimento Humano.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por ampla heterogeneidade clínica, funcional, cognitiva, comunicacional e comportamental. De acordo com a American Psychiatric Association (2022), o espectro autista engloba diferentes níveis de suporte e manifestações clínicas que variam quanto às habilidades sociais, comunicacionais, cognitivas, adaptativas e sensoriais, evidenciando que não existe um único perfil de desenvolvimento, aprendizagem ou interação social entre as pessoas autistas. Essa diversidade reforça a necessidade de superar concepções homogêneas acerca do transtorno e de reconhecer que cada indivíduo apresenta potencialidades, desafios e necessidades específicas, as quais devem ser consideradas na organização das práticas educacionais e dos processos de ensino e aprendizagem.

O presente artigo insere-se no campo da Educação Inclusiva, da Neuropsicopedagogia e das Neurociências aplicadas à Educação, abordando a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista como fundamento para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e baseadas nas singularidades do desenvolvimento humano. Conforme destacam Lord et al. (2020), a compreensão científica do espectro autista evoluiu significativamente nas últimas décadas, demonstrando que a diversidade de manifestações clínicas exige abordagens interdisciplinares e intervenções individualizadas. Nessa mesma perspectiva, Pellicano e Den Houting (2022) defendem que o paradigma da neurodiversidade representa uma mudança importante na compreensão do autismo, ao reconhecer as diferenças neurológicas como parte da diversidade humana e não apenas como déficits a serem corrigidos.

A crescente ampliação das matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas escolas comuns tem provocado profundas transformações nas políticas públicas e nas práticas educacionais. Entretanto, a permanência de modelos pedagógicos padronizados ainda constitui um dos principais obstáculos para a efetivação da educação inclusiva. Hecker e Rodrigues (2023) afirmam que o Desenho Universal para a Aprendizagem representa uma das estratégias mais consistentes para reduzir barreiras educacionais, oferecendo múltiplas formas de engajamento, representação dos conteúdos e expressão da aprendizagem, favorecendo a participação ativa de todos os estudantes. De forma complementar, Zeedyk e Blakemore (2023) ressaltam que ambientes escolares flexíveis e acessíveis contribuem para o fortalecimento da autonomia, da aprendizagem e da participação social dos estudantes autistas.

No contexto brasileiro, a ampliação das discussões sobre inclusão escolar tem impulsionado novas pesquisas voltadas à Neuropsicopedagogia, à intervenção precoce e às práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas. Ischkanian et al. (2024) destacam que a compreensão das funções cognitivas, emocionais e executivas favorece a elaboração de estratégias educacionais mais eficazes para estudantes com necessidades específicas. Em outra investigação, Ischkanian et al. (2025) evidenciam que o acompanhamento interdisciplinar, aliado ao planejamento pedagógico individualizado, potencializa o desenvolvimento da comunicação, da aprendizagem e da autonomia de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, Ischkanian et al. (2024) demonstram que a incorporação de tecnologias digitais, metodologias inovadoras e processos de gamificação amplia o engajamento acadêmico e fortalece a inclusão em diferentes contextos educacionais.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de aprofundar a compreensão científica acerca da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e de seus impactos sobre os processos de ensino e aprendizagem. Embora os avanços científicos tenham ampliado significativamente o conhecimento sobre o espectro, ainda persistem lacunas relacionadas à implementação de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, capazes de respeitar as singularidades do desenvolvimento humano. Boyd et al. (2010) demonstram que programas educacionais baseados em evidências científicas apresentam melhores resultados quando consideram as características individuais dos estudantes e promovem intervenções sistemáticas, planejadas e colaborativas.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e discutir seus impactos na construção de uma educação inclusiva, equitativa e fundamentada nas singularidades do desenvolvimento

humano, destacando as contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem para a eliminação de barreiras educacionais. Os objetivos específicos consistem em compreender as diferentes manifestações do espectro autista, analisar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de acessibilidade curricular, identificar práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e discutir o papel da formação docente, das tecnologias assistivas e da atuação interdisciplinar na promoção da inclusão escolar.

O problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: de que forma a compreensão da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista pode contribuir para a implementação de práticas pedagógicas fundamentadas no Desenho Universal para a Aprendizagem e na construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos? Parte-se da hipótese de que o reconhecimento das singularidades presentes no espectro autista favorece o desenvolvimento de estratégias educacionais flexíveis, acessíveis e individualizadas, promovendo maior participação, aprendizagem e autonomia dos estudantes.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivos descritivos e exploratórios e procedimentos técnicos fundamentados em pesquisa bibliográfica e documental. Braucks et al. (2025) ressaltam que a pesquisa bibliográfica possibilita a sistematização crítica do conhecimento científico produzido sobre determinado fenômeno, enquanto Evangelista (2022), Batista (2024) e Yonaha (2024) destacam que a pesquisa documental amplia a compreensão dos objetos investigados mediante a análise de documentos normativos, institucionais e científicos, contribuindo para maior consistência analítica e metodológica.

Estruturalmente, este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução, desenvolvidas de forma articulada para assegurar a compreensão progressiva do objeto investigado. A segunda seção, correspondente ao desenvolvimento e ao referencial teórico, apresenta uma análise dos principais fundamentos científicos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, iniciando pela discussão da heterogeneidade do espectro e do reconhecimento da singularidade de cada indivíduo, considerando as diferentes manifestações cognitivas, comunicacionais, sensoriais, emocionais e comportamentais que caracterizam essa condição do neurodesenvolvimento. Na sequência, são abordados os fundamentos da educação inclusiva, da equidade e do direito à aprendizagem, evidenciando a necessidade de políticas educacionais, práticas pedagógicas e processos avaliativos que assegurem a participação efetiva de todos os estudantes em ambientes escolares acessíveis e acolhedores.

Ainda na segunda seção, o estudo discute o Desenho Universal para a Aprendizagem como uma abordagem pedagógica capaz de promover ambientes educacionais flexíveis e responsivos à diversidade humana, enfatizando seus princípios de múltiplas formas de engajamento, representação e expressão da aprendizagem. Em continuidade, são apresentados os pressupostos da neurodiversidade, das funções executivas e do desenvolvimento integral, destacando a importância do reconhecimento das diferentes formas de funcionamento neurológico para a construção de práticas educacionais individualizadas e inclusivas. O referencial teórico também contempla uma análise das contribuições das tecnologias assistivas, dos recursos digitais acessíveis e das ferramentas baseadas em inteligência artificial para a personalização da aprendizagem, evidenciando seu potencial para favorecer a comunicação, a autonomia, a participação e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Na parte final do desenvolvimento, são discutidos os desafios relacionados à formação docente, ao trabalho colaborativo entre profissionais da educação, da saúde e das famílias e à adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas. Essa discussão é aprofundada por meio da análise integrada de aspectos essenciais para a efetivação da educação inclusiva, abrangendo a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista, os princípios da neurodiversidade, os fundamentos da educação inclusiva, as contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem, as práticas pedagógicas baseadas em evidências, as estratégias de intervenção educacional e os pressupostos da acessibilidade e da equidade, estabelecendo uma relação entre os referenciais científicos contemporâneos e os desafios encontrados nos diferentes contextos educacionais.

A terceira seção em diante apresentou-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo sua natureza, abordagem, objetivos, procedimentos técnicos, estratégias de coleta e análise das informações, bem como os critérios utilizados para a seleção das fontes bibliográficas e documentais que fundamentaram a investigação.

A quarta seção em diante dedica-se à apresentação, análise e discussão dos resultados, estabelecendo um diálogo entre os achados da pesquisa e a literatura científica nacional e internacional, com o propósito de evidenciar as contribuições da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista, da neurodiversidade, do Desenho Universal para a Aprendizagem, das tecnologias assistivas e das práticas pedagógicas baseadas em evidências para o fortalecimento de uma educação inclusiva, equitativa e centrada nas singularidades do desenvolvimento humano. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, sintetizando os

principais resultados alcançados, respondendo ao problema de pesquisa, evidenciando as contribuições científicas, educacionais e sociais do estudo, apontando suas limitações e apresentando perspectivas para futuras investigações voltadas ao aprimoramento das políticas públicas, das práticas pedagógicas inclusivas e da produção científica sobre o Transtorno do Espectro Autista, a neurodiversidade e a promoção da equidade educacional.

2. DESENVOLVIMENTO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como uma condição do neurodesenvolvimento marcada por significativa heterogeneidade em seus aspectos clínicos, cognitivos, comunicacionais, comportamentais e adaptativos. A American Psychiatric Association (2022) descreve que o transtorno apresenta diferentes níveis de suporte, associados a padrões variados de comunicação social e de comportamentos restritos e repetitivos, evidenciando que não existe um perfil único de pessoa autista. Essa compreensão representa um avanço importante em relação às concepções tradicionais, que frequentemente reduziam o autismo a características homogêneas e limitavam a elaboração de estratégias educacionais individualizadas.

2.1. Heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista: Reconhecendo a Singularidade de Cada Indivíduo

Segundo Lord et al. (2020), o avanço das pesquisas nas áreas das neurociências e do desenvolvimento humano permitiu compreender que o espectro autista abrange uma ampla diversidade de manifestações clínicas, envolvendo diferenças na linguagem, nas habilidades cognitivas, no processamento sensorial, na autonomia funcional, na interação social e nas funções executivas. Dessa forma, estudantes diagnosticados com TEA podem apresentar elevados níveis de independência e desempenho acadêmico, enquanto outros necessitam de apoio contínuo para realizar atividades escolares e da vida cotidiana. Essa diversidade reforça a necessidade de avaliações multidimensionais e planejamentos pedagógicos individualizados.

Ao discutir a evolução das pesquisas sobre o autismo, Pellicano e Den Houting (2022) defendem a perspectiva da neurodiversidade, segundo a qual as diferenças neurológicas devem ser compreendidas como parte da diversidade humana, e não apenas como déficits clínicos. Essa abordagem amplia a compreensão sobre as potencialidades das pessoas autistas e desloca o foco exclusivamente diagnóstico para uma perspectiva centrada nos direitos, na participação social e no reconhecimento das singularidades de cada indivíduo. Sob essa ótica, torna-se

indispensável construir ambientes educacionais que respeitem diferentes formas de aprender, comunicar, interagir e resolver problemas.

A compreensão contemporânea do Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer uma abordagem que ultrapasse classificações diagnósticas e modelos padronizados de desenvolvimento, considerando a complexidade das experiências individuais e a diversidade presente no espectro. Reconhecer a heterogeneidade do autismo significa compreender que cada sujeito possui características próprias relacionadas aos aspectos cognitivos, comunicacionais, emocionais, sensoriais, sociais e educacionais. Essa perspectiva aproxima-se do paradigma da neurodiversidade, que valoriza diferentes formas de funcionamento humano e reforça a necessidade de práticas inclusivas baseadas no respeito às singularidades.

Conforme destaca Amorim (2026, grifo próprio), a construção de intervenções educacionais e sociais mais efetivas depende da capacidade de reconhecer cada pessoa autista como um indivíduo único, com potencialidades, desafios e trajetórias próprias de desenvolvimento:

> "A compreensão da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista exige o reconhecimento de que cada indivíduo apresenta uma trajetória singular de desenvolvimento, marcada por diferentes formas de comunicação, interação social, processamento sensorial, expressão emocional, funcionamento cognitivo e aprendizagem. O espectro autista não pode ser compreendido a partir de um modelo único ou de características generalizadas, pois cada pessoa manifesta suas potencialidades, desafios e necessidades de apoio de maneira distinta. Nesse sentido, reconhecer a singularidade de cada indivíduo significa superar concepções reducionistas centradas apenas nas limitações associadas ao diagnóstico e construir práticas educacionais, terapêuticas e sociais fundamentadas no respeito à diversidade humana. A valorização das diferenças individuais possibilita intervenções mais humanizadas, planejadas e efetivas, considerando os interesses, habilidades e possibilidades de desenvolvimento de cada sujeito autista. A inclusão verdadeira ocorre quando o indivíduo deixa de ser visto pelo diagnóstico que possui e passa a ser compreendido pela pessoa que é, com sua história, suas capacidades, seus modos próprios de aprender e suas diferentes formas de participar do mundo." (AMORIM, Allyne de Moura, 2026, grifo próprio).

A heterogeneidade do espectro também se manifesta na coexistência de diferentes condições associadas, como deficiência intelectual, transtornos específicos da aprendizagem, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtornos de ansiedade, alterações do processamento sensorial e altas habilidades, entre outras condições que influenciam diretamente os processos educacionais. A American Psychiatric Association (2022) ressalta que essas características exigem avaliações individualizadas e intervenções interdisciplinares capazes de contemplar as necessidades específicas de cada estudante, evitando práticas generalistas que desconsiderem a complexidade do desenvolvimento humano.

No contexto educacional, compreender a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista significa reconhecer que a inclusão não pode ser construída por meio de estratégias padronizadas. Boyd et al. (2010) demonstram que programas educacionais fundamentados em práticas baseadas em evidências apresentam melhores resultados quando consideram as características individuais dos estudantes, utilizando intervenções sistemáticas, monitoramento contínuo e adaptação das estratégias pedagógicas conforme a evolução da aprendizagem.

No cenário brasileiro, Ischkanian et al. (2024) destacam que a Neuropsicopedagogia contribui para ampliar a compreensão das diferenças cognitivas e das funções executivas envolvidas na aprendizagem, favorecendo a elaboração de intervenções educacionais individualizadas. Os autores ressaltam que o conhecimento sobre memória operacional, atenção, planejamento, flexibilidade cognitiva e autorregulação emocional permite ao professor compreender os diferentes perfis de aprendizagem presentes no espectro e desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes.

Complementando essa perspectiva, Ischkanian et al. (2025) evidenciam que a atuação integrada entre escola, família e profissionais da saúde fortalece o desenvolvimento da comunicação, das habilidades sociais e da autonomia, principalmente quando as intervenções são iniciadas precocemente e fundamentadas em avaliações interdisciplinares. Essa articulação favorece a construção de práticas educacionais centradas na pessoa, respeitando suas potencialidades e reduzindo barreiras ao desenvolvimento.

Reconhecer a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista significa compreender que cada estudante apresenta um percurso singular de desenvolvimento, aprendizagem e participação social. Tal compreensão constitui um dos principais fundamentos da educação inclusiva contemporânea e reforça a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e fundamentadas em evidências científicas, capazes de promover o desenvolvimento integral e garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

2.2. Educação Inclusiva, Equidade e o Direito à Aprendizagem

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes possuem direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento em ambientes escolares que respeitem suas diferenças individuais. Nessa perspectiva, igualdade não significa oferecer as mesmas estratégias para todos, mas assegurar condições equitativas para que cada estudante tenha acesso aos recursos, apoios e oportunidades necessários para desenvolver plenamente

suas potencialidades. Esse entendimento rompe com modelos educacionais homogêneos e fortalece uma concepção de escola comprometida com a valorização da diversidade humana.

Ao discutir a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, Zeedyk e Blakemore (2023) afirmam que ambientes educacionais inclusivos devem ser planejados para eliminar barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, favorecendo a participação ativa dos estudantes em todas as atividades escolares. Segundo as autoras, práticas inclusivas não se limitam à matrícula na escola comum, mas envolvem transformações curriculares, metodológicas e organizacionais capazes de garantir aprendizagem significativa e pertencimento.

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes possuem direito ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em ambientes escolares que reconheçam e valorizem a diversidade humana. A inclusão educacional não se limita à inserção física do estudante no espaço escolar, mas envolve a construção de condições pedagógicas, sociais e institucionais que eliminem barreiras e possibilitem o desenvolvimento integral de cada sujeito. A equidade assume papel essencial nesse processo, pois compreende que oferecer igualdade de oportunidades exige considerar as diferentes necessidades, potencialidades e trajetórias de aprendizagem dos educandos. Práticas inclusivas comprometidas com a justiça educacional devem promover adaptações curriculares, estratégias diversificadas, acessibilidade pedagógica e formação docente contínua.

Conforme destaca Ischkanian (2026, grifo próprio), a garantia do direito à aprendizagem implica reconhecer cada estudante como sujeito singular, assegurando-lhe condições reais para participar, desenvolver suas habilidades e construir conhecimentos em uma escola verdadeiramente democrática:

> A Educação Inclusiva representa o compromisso social, político e pedagógico de assegurar que todos os estudantes tenham o direito de aprender, participar e desenvolver suas potencialidades em ambientes educacionais que respeitem suas singularidades. A equidade, nesse contexto, não significa oferecer os mesmos recursos e estratégias para todos, mas compreender que cada estudante necessita de apoios diferenciados para alcançar oportunidades reais de aprendizagem. Uma escola inclusiva é aquela que reconhece as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo e transforma suas práticas, metodologias e relações para atender à diversidade presente em seus espaços. O direito à aprendizagem ultrapassa o acesso à matrícula escolar, envolvendo a participação ativa, o pertencimento, a autonomia e a construção de conhecimentos significativos. Dessa forma, promover inclusão significa romper barreiras históricas, combater práticas excludentes e garantir que cada estudante seja valorizado por suas capacidades, potencialidades e formas próprias de aprender. (ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond, 2026, grifo próprio).

Hecker e Rodrigues (2023) destacam que a efetivação da educação inclusiva depende da adoção de práticas pedagógicas flexíveis, articuladas aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, permitindo que diferentes formas de ensinar, aprender e avaliar coexistam no mesmo ambiente escolar. Essa perspectiva amplia as oportunidades de participação dos estudantes com TEA e reduz barreiras que historicamente dificultam sua permanência e sucesso escolar.

No contexto brasileiro, Ischkanian e Ischkanian (2025) ressaltam que a inclusão escolar deve ultrapassar a dimensão legal e transformar-se em prática cotidiana, baseada no planejamento pedagógico individualizado, na adaptação curricular, na acessibilidade comunicacional e no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes. Os autores defendem que a escola inclusiva precisa reconhecer as singularidades do espectro autista e organizar estratégias capazes de promover autonomia, interação social e aprendizagem significativa.

A formação continuada dos professores representa outro elemento indispensável para a consolidação da educação inclusiva. Ischkanian et al. (2024) afirmam que o fortalecimento dos conhecimentos em Neuropsicopedagogia, desenvolvimento infantil, funções executivas e avaliação educacional amplia a capacidade dos docentes para compreender as necessidades específicas dos estudantes e elaborar intervenções mais eficazes. Paralelamente, Ischkanian et al. (2024) demonstram que a incorporação de tecnologias educacionais, recursos digitais acessíveis e estratégias de gamificação potencializa o engajamento acadêmico e amplia as possibilidades de participação ativa dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Sob essa perspectiva, a equidade constitui um princípio estruturante da educação inclusiva, pois reconhece que diferentes estudantes necessitam de diferentes formas de apoio para alcançar os mesmos direitos educacionais. A promoção da acessibilidade curricular, da flexibilização das estratégias de ensino, da avaliação contínua e da atuação colaborativa entre professores, famílias e profissionais especializados fortalece ambientes escolares mais democráticos e comprometidos com o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Compreender a inclusão como um processo fundamentado na equidade significa reconhecer que respeitar as diferenças constitui condição indispensável para assegurar uma educação de qualidade, socialmente justa e efetivamente acessível.

2.3. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como Estratégia para a Inclusão Escolar

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem pedagógica inovadora fundamentada na criação de ambientes educacionais acessíveis, flexíveis e planejados para contemplar a diversidade dos estudantes. Essa perspectiva parte do princípio de que as diferenças humanas fazem parte da realidade escolar e que o ensino deve ser estruturado considerando múltiplas formas de aprender, comunicar e participar. Segundo Hecker e Rodrigues (2023), o DUA apresenta contribuições significativas para a educação inclusiva ao propor a redução das barreiras existentes no currículo, nos materiais didáticos, nas metodologias de ensino e nos processos avaliativos, favorecendo a participação efetiva dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A construção de uma educação inclusiva exige a superação de modelos pedagógicos rígidos e a implementação de práticas capazes de atender à diversidade presente nos espaços escolares. Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) destaca-se como uma abordagem estratégica que propõe a organização do ensino a partir da acessibilidade, da flexibilidade curricular e da valorização das diferentes formas de aprender. Ao considerar que os estudantes apresentam distintas maneiras de compreender informações, expressar conhecimentos e envolver-se nas atividades escolares, o DUA possibilita a redução de barreiras educacionais e amplia as oportunidades de participação de todos os educandos, especialmente daqueles que apresentam necessidades educacionais específicas, como os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Conforme destaca Cabral (2026, grifo próprio), a efetivação da inclusão escolar depende da transformação das práticas pedagógicas, garantindo que o currículo, os recursos e as metodologias sejam planejados para acolher a diversidade humana:

> O Desenho Universal para a Aprendizagem constitui uma importante estratégia para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, pois possibilita que o processo educativo seja planejado considerando, desde sua origem, as diferentes formas de aprender, participar e expressar conhecimentos. A diversidade dos estudantes não deve ser compreendida como um obstáculo ao ensino, mas como uma característica natural dos ambientes educacionais, exigindo práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e comprometidas com a equidade. Por meio dos princípios do DUA, torna-se possível oferecer múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, diferentes caminhos para o envolvimento dos estudantes e variadas possibilidades de demonstração das aprendizagens desenvolvidas. Dessa maneira, o ensino deixa de ser estruturado para um estudante considerado padrão e passa a reconhecer as singularidades cognitivas, comunicacionais, sensoriais e sociais de cada indivíduo. A inclusão escolar efetiva acontece quando a escola reorganiza suas práticas para garantir que todos tenham oportunidades reais de aprender, participar e desenvolver suas potencialidades. (CABRAL, Gladys Nogueira, 2026, grifo próprio).

A proposta do DUA supera modelos tradicionais de adaptação posterior, nos quais o estudante precisa se ajustar a uma estrutura educacional previamente estabelecida. Em contrapartida, essa abordagem defende que os ambientes escolares sejam concebidos desde o início considerando diferentes necessidades, ritmos e estilos de aprendizagem. O planejamento pedagógico baseado no DUA permite que professores desenvolvam estratégias diversificadas, oferecendo alternativas para que os estudantes tenham acesso aos conteúdos, expressem seus conhecimentos e construam aprendizagens significativas. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta ampla variabilidade em suas manifestações, envolvendo aspectos relacionados à comunicação, interação social, comportamento e processamento sensorial, o que reforça a necessidade de práticas educacionais individualizadas.

No contexto da inclusão escolar de estudantes autistas, o DUA representa uma estratégia essencial para garantir equidade educacional, pois reconhece que cada indivíduo possui formas próprias de compreender e interagir com o ambiente. A utilização de diferentes recursos visuais, auditivos, tecnológicos e concretos possibilita ampliar as oportunidades de aprendizagem, principalmente para estudantes que apresentam dificuldades relacionadas à comunicação verbal, atenção, organização das informações ou processamento sensorial. Para Ischkanian et al. (2025), práticas inclusivas eficientes necessitam considerar não apenas o acesso físico à escola, mas também a participação ativa do estudante nas experiências pedagógicas oferecidas.

Os três princípios fundamentais do DUA — múltiplos meios de engajamento, múltiplos meios de representação e múltiplos meios de ação e expressão — contribuem para uma educação mais democrática e responsiva. O primeiro princípio relaciona-se à motivação e ao envolvimento do estudante no processo educativo; o segundo refere-se às diferentes maneiras de apresentar informações e conteúdos; enquanto o terceiro possibilita diversas formas de demonstrar conhecimentos e habilidades desenvolvidas. De acordo com Zeedyk e Blakemore (2023), considerar essas dimensões é fundamental para garantir que estudantes neurodivergentes participem da aprendizagem sem serem limitados por modelos rígidos de ensino.

A implementação do DUA também favorece a construção de práticas pedagógicas baseadas na autonomia e no protagonismo dos estudantes. Quando o professor oferece diferentes caminhos para aprender, possibilita que o estudante autista desenvolva estratégias próprias de resolução de problemas, comunicação e participação social. Nesse sentido, a escola deixa de atuar apenas como espaço de transmissão de conhecimentos e passa a constituir-se

como ambiente de desenvolvimento integral. Ischkanian et al. (2024) destacam que a integração entre neuropsicopedagogia, tecnologias educacionais e metodologias inclusivas amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais envolvidos na aprendizagem.

Aplicativos de comunicação alternativa, plataformas interativas, jogos educativos e recursos multimodais podem contribuir para o desenvolvimento da comunicação, atenção, autonomia e participação dos estudantes com TEA. Segundo Ischkanian et al. (2024), as inovações tecnológicas têm transformado as práticas educacionais inclusivas ao proporcionar novos caminhos para personalização do ensino e acompanhamento do desenvolvimento individual dos estudantes.

A avaliação educacional também necessita ser ressignificada a partir dos princípios do DUA. Modelos avaliativos padronizados podem não representar adequadamente as competências e potencialidades dos estudantes autistas, tornando necessária a adoção de instrumentos diversificados, registros contínuos e avaliações processuais. Nesse sentido, o professor deve considerar diferentes formas de expressão do conhecimento, respeitando características individuais e valorizando avanços progressivos. Para Hecker e Rodrigues (2023), a avaliação inclusiva deve estar articulada à eliminação de barreiras e à garantia de oportunidades reais de aprendizagem.

O DUA contribui para fortalecer a formação docente voltada à inclusão, pois exige que professores desenvolvam competências relacionadas ao planejamento flexível, observação das necessidades individuais e utilização de estratégias diferenciadas. A formação continuada torna-se elemento indispensável para que os profissionais compreendam as especificidades do TEA e desenvolvam práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas. Conforme Boyd et al. (2010), intervenções estruturadas e baseadas em evidências apresentam maior potencial de favorecer o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, comunicacionais e adaptativas em crianças com autismo.

A perspectiva do DUA também dialoga diretamente com o paradigma da educação baseada na diversidade humana, pois compreende que a inclusão não significa apenas inserir estudantes com deficiência em salas regulares, mas garantir condições para que todos possam aprender e participar. Essa visão rompe com práticas segregadoras e fortalece uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças. Para Pellicano e Den Houting (2022), a mudança para uma perspectiva de neurodiversidade implica reconhecer os estudantes autistas como sujeitos de direitos, com potencialidades e diferentes formas de contribuição social.

O Desenho Universal para a Aprendizagem configura-se como uma estratégia fundamental para promover uma escola inclusiva, acessível e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA. Sua aplicação favorece práticas pedagógicas mais humanas, flexíveis e fundamentadas na compreensão das singularidades individuais. O DUA representa não apenas uma metodologia de ensino, mas uma concepção educacional que valoriza a diversidade, amplia oportunidades e fortalece o direito de todos à aprendizagem significativa.

2.4. Neurodiversidade, Funções Executivas e Desenvolvimento Integral

A perspectiva da neurodiversidade representa uma mudança significativa na compreensão contemporânea do Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao reconhecer que diferentes formas de funcionamento neurológico constituem parte da diversidade humana. Essa abordagem propõe uma compreensão que ultrapassa modelos centrados exclusivamente nas limitações e direciona o olhar para as potencialidades, singularidades e diferentes maneiras de perceber, aprender, comunicar-se e interagir com o mundo. Para Pellicano e Den Houting (2022), a neurodiversidade contribui para uma transformação na ciência e nas práticas relacionadas ao autismo, estimulando uma visão mais inclusiva, ética e fundamentada no respeito às características individuais de cada pessoa autista.

O reconhecimento da neurodiversidade no ambiente escolar implica compreender que os estudantes com TEA apresentam diferentes perfis cognitivos, sensoriais, comunicacionais e comportamentais. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por alterações persistentes na comunicação e interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, apresentando diferentes níveis de suporte necessários. Essa variabilidade evidencia que não existe um único modelo de estudante autista, tornando indispensável a construção de práticas pedagógicas individualizadas, capazes de respeitar trajetórias próprias de desenvolvimento e aprendizagem.

Compreender as funções executivas torna-se essencial para analisar os processos envolvidos na aprendizagem e na autonomia dos estudantes com TEA. As funções executivas correspondem a um conjunto de habilidades cognitivas responsáveis pelo planejamento, organização, controle inibitório, flexibilidade cognitiva, memória de trabalho, tomada de decisões e autorregulação comportamental. Essas habilidades possuem papel fundamental na adaptação escolar, pois permitem ao estudante organizar pensamentos, lidar com mudanças,

estabelecer estratégias para resolução de problemas e participar de atividades acadêmicas e sociais. Segundo Lord et al. (2020), as características do autismo envolvem diferentes manifestações do desenvolvimento neurológico, exigindo intervenções que considerem aspectos cognitivos, emocionais e ambientais.

A compreensão do desenvolvimento humano em uma perspectiva inclusiva requer o reconhecimento de que os processos cognitivos, emocionais, sociais e comportamentais apresentam diferentes formas de organização e expressão. Nesse cenário, a abordagem da neurodiversidade amplia a compreensão sobre os modos singulares de funcionamento neurológico, valorizando as potencialidades dos indivíduos e rompendo com concepções exclusivamente centradas em déficits. No contexto educacional, compreender as funções executivas, como atenção, planejamento, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva, autorregulação emocional e controle inibitório, torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam autonomia, aprendizagem significativa e participação social.

Conforme destaca Almeida (2026, grifo próprio), reconhecer a relação entre neurodiversidade, funções executivas e desenvolvimento integral possibilita a construção de práticas mais humanizadas, capazes de considerar o estudante em sua totalidade:

> A neurodiversidade representa uma importante perspectiva para compreender que os diferentes modos de funcionamento cerebral fazem parte da diversidade humana e devem ser reconhecidos com respeito, valorização e equidade. O desenvolvimento integral dos indivíduos não depende apenas da aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas envolve também aspectos emocionais, sociais, comunicacionais e adaptativos que influenciam diretamente a aprendizagem e a participação no cotidiano. Nesse processo, as funções executivas assumem papel essencial, pois possibilitam organizar pensamentos, planejar ações, controlar impulsos, adaptar-se às mudanças e desenvolver estratégias para resolução de problemas. A compreensão dessas habilidades permite que educadores construam intervenções pedagógicas mais adequadas às necessidades de cada estudante, respeitando seus ritmos, potencialidades e formas próprias de aprender. Assim, uma educação comprometida com a neurodiversidade não busca padronizar os sujeitos, mas criar condições para que cada pessoa desenvolva suas capacidades, fortaleça sua autonomia e participe ativamente da sociedade, considerando sua singularidade e sua trajetória de desenvolvimento. (ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de, 2026, grifo próprio).

As dificuldades relacionadas às funções executivas podem influenciar diretamente o desempenho escolar dos estudantes autistas, especialmente em situações que exigem mudanças de rotina, gerenciamento do tempo, organização de materiais e controle das emoções. Entretanto, essas dificuldades não devem ser interpretadas como incapacidade de aprendizagem, mas como necessidades específicas que demandam estratégias pedagógicas adequadas. Para Boyd et al. (2010), intervenções baseadas em evidências demonstram melhores

resultados quando consideram as características individuais da criança, promovendo desenvolvimento gradual de habilidades cognitivas, sociais, comunicativas e adaptativas.

A autorregulação emocional constitui outro aspecto fundamental relacionado ao desenvolvimento integral do estudante autista. A capacidade de reconhecer emoções, controlar respostas impulsivas e adaptar comportamentos diante de diferentes situações influencia diretamente a participação escolar e as relações sociais. Ambientes previsíveis, rotinas estruturadas, apoio visual e mediação pedagógica contribuem para que estudantes desenvolvam maior segurança emocional e autonomia. De acordo com Ischkanian et al. (2025), o acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico na intervenção precoce possibilita compreender as necessidades específicas de cada criança, favorecendo estratégias mais eficazes nos contextos clínico e educacional.

O processamento sensorial também representa uma dimensão relevante na compreensão do desenvolvimento dos estudantes com TEA. Muitos indivíduos autistas apresentam diferentes formas de perceber estímulos sonoros, visuais, táteis ou ambientais, podendo demonstrar hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial. Essas características podem interferir na concentração, comunicação e participação em atividades escolares. Nesse sentido, a organização dos espaços educativos, a adaptação dos estímulos e a criação de ambientes acolhedores tornam-se estratégias importantes para favorecer o bem-estar e a aprendizagem. Segundo Zeedyk e Blakemore (2023), práticas educacionais inclusivas devem considerar as experiências individuais dos estudantes neurodivergentes, promovendo ambientes que valorizem diferentes formas de aprendizagem.

A neuropsicopedagogia apresenta contribuições relevantes para a compreensão da relação entre cérebro, aprendizagem e comportamento, possibilitando uma análise ampliada dos processos envolvidos no desenvolvimento escolar. Essa área integra conhecimentos das neurociências, psicologia cognitiva e educação, permitindo identificar potencialidades e dificuldades específicas dos estudantes. Ischkanian et al. (2024) destacam que a neuropsicopedagogia aplicada à inclusão favorece intervenções fundamentadas na observação individualizada, no acompanhamento contínuo e na construção de estratégias pedagógicas capazes de atender diferentes transtornos e dificuldades de aprendizagem.

No caso dos estudantes com TEA, o desenvolvimento dessas habilidades deve ocorrer de maneira planejada e articulada entre família, escola e profissionais especializados. Outro elemento essencial para o desenvolvimento integral refere-se às habilidades adaptativas, que envolvem competências necessárias para a autonomia cotidiana, comunicação funcional,

participação social e resolução de situações práticas. A educação inclusiva precisa considerar que o objetivo do processo educativo não se limita ao desempenho acadêmico, mas envolve também a formação de sujeitos autônomos, participativos e capazes de exercer sua cidadania.

As práticas pedagógicas fundamentadas na neurodiversidade também favorecem a valorização das potencialidades dos estudantes autistas, evitando expectativas reduzidas e preconceitos relacionados ao diagnóstico. A escola desempenha papel essencial na construção de uma cultura inclusiva, na qual as diferenças sejam compreendidas como elementos enriquecedores do processo educativo. Para Pellicano e Den Houting (2022), a abordagem baseada na neurodiversidade possibilita superar concepções tradicionais de normalidade e deficiência, promovendo uma compreensão mais ampla sobre as diversas formas de existência e aprendizagem.

A integração entre recursos tecnológicos, metodologias ativas e estratégias individualizadas amplia as possibilidades de desenvolvimento das funções executivas e das habilidades acadêmicas dos estudantes com TEA. Ferramentas digitais, jogos educativos, recursos visuais e atividades estruturadas podem estimular atenção, memória, planejamento e interação social. Conforme Ischkanian et al. (2024), as tecnologias educacionais inclusivas representam importantes instrumentos para ampliar a participação dos estudantes, favorecendo experiências pedagógicas mais acessíveis e significativas.

Compreender a neurodiversidade, as funções executivas e o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA constitui uma etapa fundamental para a construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas. A valorização das singularidades, associada ao planejamento pedagógico individualizado e ao uso de estratégias baseadas em evidências, possibilita que cada estudante desenvolva suas potencialidades em seu próprio ritmo. A escola assume o compromisso de promover não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento emocional, social, comunicativo e funcional, garantindo o direito à educação com equidade e respeito à diversidade humana.

2.5. Tecnologias Assistivas, Recursos Digitais e Personalização da Aprendizagem

As tecnologias assistivas, os recursos digitais acessíveis e as ferramentas baseadas em inteligência artificial constituem importantes instrumentos para ampliar as possibilidades de comunicação, participação, autonomia e aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No contexto da educação inclusiva, essas tecnologias representam estratégias capazes de reduzir barreiras pedagógicas, comunicacionais e sociais,

proporcionando novas formas de acesso ao conhecimento e interação com o ambiente escolar. Segundo a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta manifestações heterogêneas relacionadas à comunicação, interação social, comportamento e processamento sensorial, tornando indispensável a adoção de práticas educacionais flexíveis e individualizadas.

A incorporação das tecnologias assistivas e dos recursos digitais no contexto educacional representa uma importante possibilidade para ampliar a acessibilidade, a comunicação, a autonomia e a participação dos estudantes nos processos de aprendizagem. Em uma perspectiva inclusiva, a tecnologia não deve ser compreendida apenas como ferramenta instrumental, mas como recurso mediador capaz de favorecer novas formas de interação, expressão e construção do conhecimento. Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições do neurodesenvolvimento, recursos digitais acessíveis, aplicativos educacionais, sistemas de comunicação alternativa, ambientes virtuais adaptados e ferramentas baseadas em inteligência artificial podem contribuir para a personalização do ensino e para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e funcionais.

Conforme destaca Carvalho (2026, grifo próprio), a utilização ética e planejada das tecnologias educacionais possibilita transformar práticas pedagógicas, respeitando as singularidades dos estudantes e ampliando suas oportunidades de aprendizagem:

> As tecnologias assistivas e os recursos digitais constituem importantes aliados na construção de uma educação inclusiva, pois possibilitam ampliar as formas de comunicação, interação e participação dos estudantes, considerando suas diferentes necessidades e potencialidades. A personalização da aprendizagem por meio das ferramentas tecnológicas permite que os conteúdos, as estratégias pedagógicas e os recursos educacionais sejam organizados de maneira mais flexível, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Entretanto, a tecnologia, por si só, não garante inclusão; sua efetividade depende de planejamento pedagógico, formação docente e compreensão das características individuais de cada estudante. Quando utilizadas de forma consciente, ética e fundamentada, as tecnologias assistivas tornam-se instrumentos de autonomia, acessibilidade e desenvolvimento integral, favorecendo que estudantes com diferentes formas de funcionamento cognitivo possam participar ativamente do processo educativo. Dessa maneira, a inovação tecnológica na educação inclusiva representa não apenas a utilização de novos recursos, mas uma mudança de concepção sobre ensinar e aprender, reconhecendo que cada estudante possui caminhos próprios para construir conhecimentos e expressar suas habilidades. (CARVALHO, Silvana Nascimento de, 2026, grifo próprio).

A utilização de tecnologias assistivas na educação está relacionada ao desenvolvimento de recursos, metodologias e ferramentas que favorecem a funcionalidade dos estudantes, permitindo maior independência na realização de atividades acadêmicas e sociais. Esses recursos podem envolver sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, aplicativos educativos, plataformas digitais, softwares adaptados, jogos interativos e materiais

multimodais. De acordo com Lord et al. (2020), a diversidade presente no espectro autista exige intervenções que considerem as características individuais dos sujeitos, possibilitando que cada estudante desenvolva suas habilidades respeitando seu ritmo e suas potencialidades.

A personalização da aprendizagem configura-se como uma das principais contribuições das tecnologias digitais no processo educacional inclusivo. Por meio desses recursos, torna-se possível adaptar conteúdos, estratégias metodológicas, níveis de complexidade e formas de avaliação conforme as necessidades específicas de cada estudante. Para Zeedyk e Blakemore (2023), uma educação fundamentada na perspectiva da neurodiversidade deve reconhecer diferentes formas de aprender e criar condições para que estudantes autistas participem ativamente das experiências escolares, sem serem limitados por modelos tradicionais e uniformizados de ensino.

As tecnologias digitais também favorecem o desenvolvimento das habilidades cognitivas, comunicacionais e socioemocionais dos estudantes com TEA. Recursos visuais, ambientes interativos e atividades gamificadas podem auxiliar na organização do pensamento, manutenção da atenção, compreensão de conceitos abstratos e desenvolvimento da comunicação funcional. Nesse sentido, Ischkanian et al. (2024) destacam que as inovações tecnológicas aplicadas às áreas da saúde e da educação inclusiva têm provocado transformações significativas nas práticas pedagógicas, possibilitando novas formas de intervenção e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

A inteligência artificial apresenta-se como uma ferramenta emergente capaz de ampliar ainda mais as possibilidades de personalização do ensino. Sistemas inteligentes podem auxiliar na criação de materiais adaptados, identificação de padrões de aprendizagem, elaboração de atividades diferenciadas e acompanhamento contínuo do progresso individual. Entretanto, sua utilização necessita estar fundamentada em princípios éticos, garantindo segurança das informações, respeito à individualidade e manutenção do papel mediador do professor. A tecnologia deve ser compreendida como recurso complementar, capaz de potencializar as ações pedagógicas, e não como substituta das relações humanas presentes no processo educativo.

Além dos recursos tecnológicos diretamente relacionados ao ensino, estratégias como gamificação, ambientes virtuais de aprendizagem e atividades interativas podem ampliar o engajamento dos estudantes autistas. A utilização de elementos presentes nos jogos, como desafios progressivos, feedback imediato e objetivos claros, favorece a motivação e a participação ativa dos educandos. Conforme Ischkanian et al. (2024), a gamificação aplicada ao

contexto educacional apresenta potencial para estimular o envolvimento acadêmico, tornando os processos de aprendizagem mais dinâmicos, significativos e acessíveis.

A implementação das tecnologias assistivas, entretanto, depende de planejamento pedagógico adequado e da formação continuada dos profissionais da educação. O uso isolado de ferramentas digitais, sem objetivos definidos, pode limitar seus benefícios e não produzir avanços significativos na aprendizagem. O professor assume papel fundamental como mediador, selecionando recursos compatíveis com as necessidades dos estudantes e articulando tecnologia, currículo e estratégias inclusivas. Segundo Boyd et al. (2010), práticas educacionais baseadas em evidências apresentam melhores resultados quando estruturadas de acordo com as características individuais das crianças com TEA.

A pesquisa científica sobre tecnologias educacionais inclusivas também requer procedimentos metodológicos rigorosos para analisar experiências, políticas públicas e práticas desenvolvidas em diferentes contextos. Batista (2024) ressalta que a pesquisa documental contribui para compreender documentos institucionais, legislações e registros relacionados às políticas educacionais, possibilitando análises aprofundadas sobre os caminhos da inclusão escolar. Da mesma forma, Evangelista (2022) destaca que estudos documentais e bibliográficos são fundamentais para investigar processos históricos e sociais relacionados à educação, permitindo compreender avanços e desafios das práticas inclusivas.

A investigação sobre tecnologias assistivas e recursos digitais também depende de estudos bibliográficos capazes de reunir conhecimentos produzidos em diferentes áreas. Braucks et al. (2025) enfatizam que a pesquisa bibliográfica constitui uma importante metodologia científica para sistematizar conceitos, identificar contribuições teóricas e fundamentar novas análises acadêmicas. Compreender a relação entre tecnologia, aprendizagem e inclusão exige articulação entre conhecimentos educacionais, neurocientíficos e sociais.

A integração entre escola, família e equipe multiprofissional possibilita identificar quais recursos apresentam maior funcionalidade para cada estudante, considerando suas características comunicacionais, cognitivas, emocionais e sociais. Para Ischkanian et al. (2025), o acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico realizado de forma precoce contribui para intervenções mais eficazes, favorecendo o desenvolvimento das habilidades necessárias para a autonomia e participação social.

As tecnologias assistivas, os recursos digitais acessíveis e as ferramentas baseadas em inteligência artificial representam importantes possibilidades para fortalecer a inclusão escolar

dos estudantes com TEA. Quando utilizadas de maneira planejada, ética e fundamentada em evidências científicas, essas ferramentas ampliam as oportunidades de aprendizagem, comunicação, interação e desenvolvimento integral. Conforme Ischkanian e Ischkanian (2025), a inclusão escolar de crianças autistas exige adaptações metodológicas e ambientais que reconheçam as singularidades dos estudantes, garantindo não apenas o acesso à escola, mas também a participação efetiva e significativa no processo educativo.

2.6. Formação Docente, Trabalho Colaborativo e Práticas Baseadas em Evidências Científicas

A efetivação da educação inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está diretamente relacionada à qualidade da formação docente, ao desenvolvimento de competências profissionais e à capacidade da escola em construir práticas pedagógicas fundamentadas no reconhecimento da diversidade humana. O professor exerce papel essencial como mediador da aprendizagem, sendo responsável por organizar ambientes acessíveis, identificar barreiras educacionais e desenvolver estratégias que favoreçam a participação ativa de todos os estudantes. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta diferentes manifestações relacionadas à comunicação, interação social, comportamento e necessidades de suporte, exigindo dos profissionais da educação conhecimentos específicos para atender à singularidade de cada estudante.

A formação continuada dos professores constitui um elemento indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, pois possibilita a atualização dos conhecimentos relacionados às características do autismo, às metodologias diferenciadas, às tecnologias assistivas e às estratégias de intervenção pedagógica. Para Hecker e Rodrigues (2023), a inclusão escolar de estudantes com TEA demanda professores preparados para compreender as múltiplas formas de aprendizagem e capazes de desenvolver práticas baseadas na flexibilidade curricular e na eliminação de barreiras. Dessa maneira, a formação docente deixa de ser compreendida como uma ação pontual e passa a constituir um processo permanente de desenvolvimento profissional.

O trabalho colaborativo entre professores, profissionais da saúde, famílias e demais integrantes da comunidade escolar representa outro aspecto fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes autistas. A atuação interdisciplinar permite compartilhar conhecimentos, compreender diferentes dimensões do desenvolvimento e elaborar estratégias mais adequadas às necessidades individuais. Segundo Ischkanian et al. (2025), o

acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico realizado de forma articulada contribui para intervenções precoces e planejadas, fortalecendo o desenvolvimento das habilidades comunicacionais, cognitivas, sociais e adaptativas.

Neste sentido, Carvalho, G. Carvalho, Ischkanian (2026, grifo próprio), as práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas fortalecem a educação inclusiva ao possibilitar que professores e profissionais da educação utilizem estratégias planejadas, avaliadas e fundamentadas em pesquisas, substituindo ações generalizadas por intervenções individualizadas que considerem as características cognitivas, sociais, emocionais e educacionais de cada estudante:

> A formação docente para a educação inclusiva representa um processo contínuo de construção profissional, no qual os professores ampliam seus conhecimentos, desenvolvem competências pedagógicas e fortalecem sua capacidade de compreender a diversidade humana, tornando-se agentes fundamentais na eliminação de barreiras e na criação de práticas educativas acessíveis, equitativas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes (CARVALHO, Sygride Nascimento de, 2026, grifo próprio).

> O trabalho colaborativo no contexto da educação inclusiva evidencia a importância da articulação entre professores, famílias, profissionais especializados e comunidade escolar, pois a construção coletiva de estratégias pedagógicas possibilita compreender melhor as necessidades individuais dos estudantes e promover intervenções mais significativas, humanizadas e alinhadas às diferentes formas de aprender (G. CARVALHO, Gabriel Nascimento de, 2026, grifo próprio).

> A inclusão escolar efetiva exige uma atuação interdisciplinar fundamentada em conhecimentos científicos, planejamento pedagógico e compromisso ético com a aprendizagem, compreendendo que cada estudante possui potencialidades, necessidades e trajetórias próprias que devem ser valorizadas por meio de práticas flexíveis, acessíveis e centradas no desenvolvimento humano (ISCHKANIAN, Sandro Garabed, 2026, grifo próprio).

As práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas possibilitam que as intervenções educacionais sejam planejadas a partir de conhecimentos produzidos por pesquisas sistematizadas e experiências comprovadas. Essas práticas envolvem estratégias estruturadas, avaliação contínua, acompanhamento individualizado e utilização de recursos adequados às características de cada estudante. De acordo com Boyd et al. (2010), programas educacionais fundamentados em evidências apresentam melhores resultados quando consideram as necessidades específicas das crianças com TEA e promovem o desenvolvimento de habilidades funcionais e acadêmicas.

A construção de uma cultura escolar inclusiva também depende da mudança de concepções sobre deficiência, aprendizagem e participação social. A escola precisa superar práticas baseadas exclusivamente na adaptação do estudante ao ambiente escolar e assumir o

compromisso de modificar suas estruturas, metodologias e relações pedagógicas. Conforme Pellicano e Den Houting (2022), a perspectiva da neurodiversidade contribui para compreender o autismo como uma forma distinta de funcionamento neurológico, valorizando potencialidades e diferentes modos de aprender.

A formação docente, o trabalho colaborativo e a utilização de práticas baseadas em evidências constituem pilares fundamentais para garantir uma educação inclusiva de qualidade. O desenvolvimento de estudantes com TEA depende de ações articuladas que envolvam conhecimento científico, sensibilidade pedagógica e compromisso ético com a diversidade. Para Ischkanian et al. (2024), a integração entre neuropsicopedagogia, inclusão e inovação educacional amplia as possibilidades de intervenção, favorecendo práticas mais humanizadas, acessíveis e centradas no desenvolvimento integral do estudante.

2.6.1. Heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por uma ampla diversidade de manifestações clínicas, cognitivas, comunicacionais, sensoriais e comportamentais, evidenciando que cada indivíduo apresenta uma trajetória singular de desenvolvimento. A compreensão dessa heterogeneidade é fundamental para evitar generalizações e práticas educacionais padronizadas que desconsiderem as necessidades específicas dos estudantes. Segundo a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta diferentes níveis de suporte, sendo influenciado por fatores individuais, ambientais, sociais e culturais.

De acordo com Silva (2026, grifo próprio):

> A compreensão da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um aspecto essencial para o desenvolvimento de práticas educacionais, terapêuticas e sociais fundamentadas no respeito à singularidade humana, pois reconhece que cada pessoa apresenta diferentes formas de comunicação, interação, processamento sensorial, aprendizagem, comportamento e desenvolvimento. Essa perspectiva contribui para superar interpretações generalizadas sobre o autismo, valorizando as potencialidades individuais e compreendendo que as necessidades de apoio devem ser construídas a partir das características específicas de cada sujeito, considerando sua história, suas habilidades e suas possibilidades de participação nos diferentes contextos sociais (SILVA, Eliana Drumond de Carvalho, 2026, grifo próprio).

A diversidade presente no espectro autista significa que não existe um único perfil de estudante com autismo. Enquanto alguns indivíduos apresentam maior necessidade de apoio nas áreas de comunicação e autonomia, outros desenvolvem habilidades acadêmicas avançadas, demonstrando diferentes formas de interação e aprendizagem. Lord et al. (2020) destacam que

o autismo constitui uma condição complexa do neurodesenvolvimento, marcada por grande variabilidade nas manifestações e nos impactos funcionais ao longo da vida.

No ambiente escolar, compreender a heterogeneidade do TEA significa reconhecer que estratégias pedagógicas eficazes precisam ser individualizadas e construídas a partir da observação das potencialidades e necessidades de cada estudante. Recursos visuais, organização de rotinas, atividades estruturadas, tecnologias assistivas e diferentes formas de comunicação podem ser utilizados conforme o perfil individual. Para Zeedyk e Blakemore (2023), uma educação inclusiva fundamentada na neurodiversidade deve proporcionar múltiplos caminhos para aprendizagem, respeitando diferentes formas de participação.

A heterogeneidade também envolve aspectos relacionados às funções executivas, ao processamento sensorial e à autorregulação emocional. Alguns estudantes podem apresentar dificuldades em manter atenção, organizar informações, lidar com mudanças ou controlar respostas emocionais, enquanto outros desenvolvem estratégias próprias de adaptação. Nesse sentido, o papel da escola é criar condições favoráveis para o desenvolvimento dessas habilidades, considerando o estudante em sua totalidade. Conforme Ischkanian et al. (2024), a neuropsicopedagogia contribui para compreender os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem e elaborar intervenções individualizadas.

A compreensão da diversidade do espectro autista também modifica a maneira como os profissionais interpretam comportamentos e dificuldades apresentadas pelos estudantes. Muitas manifestações comportamentais podem estar relacionadas a questões sensoriais, comunicacionais ou emocionais, e não necessariamente à falta de interesse ou capacidade de aprendizagem. Segundo Pellicano e Den Houting (2022), a perspectiva da neurodiversidade propõe uma mudança de paradigma, valorizando diferentes formas de funcionamento neurológico e questionando modelos baseados exclusivamente em déficits.

Reconhecer a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista é essencial para promover práticas educacionais inclusivas, respeitosas e eficazes. A escola precisa compreender cada estudante como sujeito único, com potencialidades, desafios e formas próprias de aprender. Essa compreensão possibilita construir estratégias pedagógicas mais equitativas, garantindo participação, autonomia e desenvolvimento integral. Conforme Ischkanian e Ischkanian (2025), a inclusão escolar de crianças autistas depende da capacidade das instituições educativas de adaptar metodologias, ambientes e relações pedagógicas às singularidades dos estudantes.

2.6.2. Neurodiversidade

A perspectiva da neurodiversidade representa uma importante transformação na compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois reconhece que diferentes formas de funcionamento neurológico fazem parte da diversidade humana. Essa abordagem amplia o olhar sobre o autismo ao superar interpretações exclusivamente centradas em limitações e dificuldades, valorizando também capacidades, interesses, potencialidades e diferentes maneiras de compreender e interagir com o mundo. Para Pellicano e Den Houting (2022), a neurodiversidade propõe uma mudança significativa na ciência do autismo ao defender que as diferenças neurológicas devem ser analisadas dentro de contextos sociais, culturais e educacionais, considerando os direitos e as singularidades dos indivíduos.

De acordo com Rodrigues (2026, grifo próprio):

> A perspectiva da neurodiversidade representa uma importante mudança na compreensão das diferenças neurológicas, ao reconhecer que diferentes formas de funcionamento cerebral constituem expressões da diversidade humana e não devem ser analisadas exclusivamente sob a ótica das limitações. Essa abordagem favorece uma compreensão mais ampla dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições do neurodesenvolvimento, valorizando suas potencialidades, modos singulares de aprender, formas próprias de comunicação e diferentes maneiras de interagir com o mundo. Nesse sentido, a neurodiversidade contribui para a construção de práticas educacionais mais inclusivas, capazes de respeitar as especificidades de cada estudante e promover oportunidades equitativas de desenvolvimento, participação e aprendizagem (RODRIGUES, Rosimery Mendes, 2026, grifo próprio).

No campo educacional, a compreensão da neurodiversidade contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e humanizadas, pois permite compreender que estudantes autistas podem apresentar diferentes estilos cognitivos, formas de comunicação e modos de participação nas atividades escolares. A escola, nessa perspectiva, deixa de buscar apenas a adaptação do estudante ao modelo tradicional de ensino e passa a reorganizar suas práticas para acolher diferentes formas de aprendizagem. Segundo Zeedyk e Blakemore (2023), a educação inclusiva fundamentada na neurodiversidade exige ambientes escolares capazes de reconhecer e respeitar diferentes trajetórias de desenvolvimento.

A valorização da neurodiversidade também implica compreender que o diagnóstico de TEA não define integralmente o estudante. Cada pessoa possui características próprias relacionadas à personalidade, interesses, habilidades cognitivas, experiências sociais e formas de aprendizagem. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o espectro autista apresenta grande variabilidade em suas manifestações, envolvendo diferentes níveis de suporte

e necessidades individuais. Dessa forma, práticas educacionais baseadas apenas no diagnóstico podem resultar em expectativas reduzidas e limitar as oportunidades de desenvolvimento.

A abordagem da neurodiversidade favorece ainda uma visão mais ampla sobre as habilidades dos estudantes autistas, destacando competências que muitas vezes não são evidenciadas pelos modelos tradicionais de avaliação escolar. Alguns estudantes podem apresentar facilidade em áreas específicas, como memória, atenção a detalhes, raciocínio lógico, criatividade ou interesses especializados. Para Lord et al. (2020), compreender o autismo como uma condição complexa do neurodesenvolvimento exige considerar tanto os desafios apresentados quanto as capacidades individuais que podem ser estimuladas por meio de intervenções adequadas.

No contexto da neuropsicopedagogia, a perspectiva da neurodiversidade contribui para análises mais completas dos processos de aprendizagem, integrando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e ambientais. Ischkanian et al. (2024) destacam que compreender os transtornos e dificuldades de aprendizagem a partir de uma visão interdisciplinar permite desenvolver estratégias pedagógicas mais personalizadas, considerando o estudante em sua integralidade. Essa compreensão favorece intervenções que não buscam modificar a identidade do sujeito autista, mas ampliar suas possibilidades de participação e desenvolvimento.

A neurodiversidade constitui um princípio fundamental para uma educação comprometida com a equidade e o respeito às diferenças. Reconhecer estudantes autistas como sujeitos de direitos significa garantir ambientes escolares acessíveis, oportunidades de aprendizagem e valorização de suas potencialidades. A partir dessa perspectiva, a inclusão deixa de ser apenas uma política de atendimento especializado e passa a representar uma mudança cultural na escola. Conforme Ischkanian e Ischkanian (2025), promover a inclusão escolar de crianças autistas requer compreender suas singularidades e adaptar metodologias, ambientes e relações pedagógicas para favorecer sua participação plena.

2.6.3. Educação inclusiva

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para garantir o direito de todos os estudantes ao acesso, permanência, participação e aprendizagem no ambiente escolar. Essa concepção compreende que a escola deve estar preparada para atender à diversidade dos sujeitos, eliminando barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam a participação dos estudantes. No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a educação inclusiva representa uma oportunidade de desenvolvimento

acadêmico, social e emocional, desde que sejam consideradas suas necessidades individuais. Segundo a American Psychiatric Association (2022), a diversidade das manifestações do autismo exige práticas educacionais flexíveis e planejadas de acordo com as características de cada indivíduo.

A inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula do estudante com deficiência em classes regulares, envolvendo a garantia de condições efetivas para sua participação nas experiências educativas. Isso significa proporcionar recursos adequados, adaptações metodológicas, acompanhamento pedagógico e estratégias que favoreçam a aprendizagem significativa. Para Hecker e Rodrigues (2023), a educação inclusiva associada ao Desenho Universal para a Aprendizagem possibilita reduzir barreiras educacionais e ampliar as oportunidades de participação dos estudantes autistas no currículo escolar.

A construção de uma escola inclusiva depende de mudanças nas concepções dos profissionais da educação, superando modelos baseados na segregação ou na compreensão da deficiência como incapacidade. O estudante com TEA deve ser compreendido como sujeito ativo do processo educativo, com potencialidades que podem ser desenvolvidas por meio de práticas adequadas. De acordo com Pellicano e Den Houting (2022), a perspectiva da neurodiversidade contribui para transformar a maneira como a sociedade compreende as diferenças neurológicas, fortalecendo práticas educacionais fundamentadas no respeito e na valorização das singularidades.

Professores, equipe pedagógica, profissionais da saúde, familiares e comunidade escolar precisam atuar de forma integrada para construir estratégias coerentes e individualizadas. Ischkanian et al. (2025) ressaltam que o acompanhamento interdisciplinar favorece intervenções mais completas, especialmente quando envolve aspectos relacionados à comunicação, aprendizagem, comportamento e autonomia.

A educação inclusiva também exige investimentos na formação docente, pois os professores precisam desenvolver conhecimentos sobre características do TEA, estratégias pedagógicas diferenciadas, tecnologias assistivas e avaliação inclusiva. A ausência de formação adequada pode dificultar a implementação de práticas efetivas e contribuir para a exclusão dentro do próprio espaço escolar. Segundo Boyd et al. (2010), intervenções educacionais baseadas em evidências apresentam melhores resultados quando os profissionais possuem conhecimento sobre as necessidades específicas dos estudantes e utilizam estratégias estruturadas.

A educação inclusiva representa um compromisso ético, social e pedagógico com a construção de uma escola democrática e acessível. Para estudantes com TEA, esse compromisso envolve reconhecer suas diferenças, oferecer suporte adequado e garantir oportunidades reais de aprendizagem e participação. Conforme Zeedyk e Blakemore (2023), uma educação inclusiva baseada na neurodiversidade possibilita transformar os ambientes escolares em espaços mais acolhedores, nos quais todos os estudantes possam desenvolver suas potencialidades e exercer plenamente seus direitos educacionais.

2.6.4. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem educacional fundamentada na criação de ambientes pedagógicos flexíveis, acessíveis e planejados para atender à diversidade dos estudantes desde o início do processo educativo. Essa perspectiva considera que as diferenças humanas são características naturais da sociedade e que os sistemas educacionais devem ser organizados para contemplar múltiplas formas de aprender, comunicar e participar. Segundo Hecker e Rodrigues (2023), o DUA apresenta contribuições significativas para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois possibilita reduzir barreiras presentes no currículo, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas.

A proposta do DUA está organizada em três princípios fundamentais: oferecer múltiplos meios de engajamento, múltiplos meios de representação e múltiplos meios de ação e expressão. Esses princípios permitem que o professor desenvolva diferentes estratégias para estimular a participação dos estudantes, apresentar conteúdos de maneiras variadas e possibilitar diversas formas de demonstrar conhecimentos. Conforme Zeedyk e Blakemore (2023), estudantes neurodivergentes apresentam diferentes necessidades e formas de aprendizagem, sendo essencial que a escola disponibilize caminhos diversificados para o desenvolvimento acadêmico e social.

No contexto do TEA, o DUA torna-se especialmente relevante devido à ampla heterogeneidade existente no espectro autista. A American Psychiatric Association (2022) destaca que o autismo apresenta diferentes níveis de suporte e manifestações relacionadas à comunicação, interação social, comportamento e processamento sensorial. Dessa forma, práticas pedagógicas rígidas e padronizadas podem não atender adequadamente às necessidades dos estudantes, enquanto estratégias baseadas no DUA favorecem maior flexibilidade e personalização da aprendizagem.

A utilização dos princípios do DUA também favorece a integração de tecnologias assistivas, recursos visuais, materiais concretos, ferramentas digitais e metodologias ativas no cotidiano escolar. Esses recursos ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento e permitem que estudantes autistas participem das atividades conforme suas habilidades e necessidades. Para Ischkanian et al. (2024), a integração entre tecnologias educacionais, neuropsicopedagogia e inclusão amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, contribuindo para práticas mais acessíveis e individualizadas.

Avaliações exclusivamente tradicionais podem não representar adequadamente as competências dos estudantes com TEA, sendo necessário utilizar instrumentos diversificados, registros contínuos e observação sistemática do desenvolvimento. De acordo com Hecker e Rodrigues (2023), a avaliação inclusiva deve estar associada à eliminação de barreiras e à criação de oportunidades reais para que todos os estudantes demonstrem suas aprendizagens.

O Desenho Universal para a Aprendizagem representa uma importante estratégia para fortalecer a educação inclusiva e promover uma escola comprometida com a equidade. Ao considerar diferentes formas de aprender e participar, o DUA possibilita que estudantes com TEA desenvolvam autonomia, competências acadêmicas e habilidades sociais em ambientes mais acolhedores. Conforme Pellicano e Den Houting (2022), reconhecer a diversidade neurológica implica construir práticas educacionais que valorizem diferentes trajetórias de desenvolvimento, superando modelos baseados apenas na padronização do ensino.

2.6.5. Práticas pedagógicas baseadas em evidências

As práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas representam um dos principais fundamentos para a construção de intervenções educacionais eficazes destinadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas práticas são desenvolvidas a partir de pesquisas sistematizadas, estudos científicos e experiências educacionais comprovadas, permitindo que professores utilizem estratégias fundamentadas em conhecimentos produzidos pela ciência. Segundo Boyd et al. (2010), intervenções baseadas em evidências apresentam maior potencial para favorecer o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, comunicacionais, sociais e adaptativas em crianças autistas.

A adoção de práticas baseadas em evidências exige que o professor compreenda as características individuais de cada estudante e utilize estratégias compatíveis com suas necessidades específicas. O planejamento pedagógico deve considerar aspectos como comunicação, habilidades cognitivas, interesses, dificuldades, potencialidades e formas de

interação social. Para a American Psychiatric Association (2022), a diversidade presente no TEA demonstra que não existe uma única abordagem capaz de atender todos os estudantes, sendo necessária uma atuação individualizada e contextualizada.

Entre as práticas fundamentadas em evidências destacam-se estratégias estruturadas, ensino baseado em habilidades funcionais, comunicação alternativa e aumentativa, análise do comportamento aplicada em contextos educacionais, mediação visual, aprendizagem colaborativa e utilização de tecnologias assistivas. Essas estratégias devem ser aplicadas de maneira ética e adaptadas ao contexto escolar, considerando os objetivos educacionais e as características do estudante. De acordo com Lord et al. (2020), intervenções planejadas e individualizadas contribuem para melhorar aspectos relacionados ao desenvolvimento e à participação social de pessoas com TEA.

A formação docente apresenta papel fundamental na implementação dessas práticas, pois o professor precisa desenvolver conhecimentos teóricos e metodológicos para selecionar, aplicar e avaliar estratégias pedagógicas. A utilização de uma prática baseada em evidências não significa aplicar procedimentos rígidos, mas compreender princípios científicos e adaptá-los às necessidades reais dos estudantes. Nesse sentido, Ischkanian et al. (2024) destacam que a neuropsicopedagogia contribui para uma compreensão ampliada dos processos de aprendizagem, favorecendo intervenções educacionais mais planejadas e fundamentadas.

As práticas pedagógicas baseadas em evidências também envolvem acompanhamento contínuo dos resultados obtidos, permitindo ajustes sempre que necessário. A observação sistemática, os registros pedagógicos e a análise do desenvolvimento individual possibilitam identificar quais estratégias apresentam melhores resultados para cada estudante. Segundo Evangelista (2022), a pesquisa documental e a análise sistemática de informações educacionais contribuem para compreender práticas, políticas e processos que influenciam a organização da educação inclusiva.

As práticas pedagógicas baseadas em evidências constituem instrumentos essenciais para garantir uma educação inclusiva de qualidade, pois unem conhecimento científico, planejamento pedagógico e respeito às singularidades dos estudantes. Para Ischkanian e Ischkanian (2025), a inclusão escolar de crianças autistas exige metodologias adaptadas, ambientes organizados e ações pedagógicas que considerem as características individuais de cada educando. Assim, a escola fortalece sua capacidade de promover aprendizagem significativa, autonomia e participação social.

2.6.6. Intervenção educacional

A intervenção educacional direcionada aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um processo planejado, sistemático e individualizado, cujo objetivo é favorecer o desenvolvimento acadêmico, comunicacional, social, emocional e funcional dos educandos. Essa intervenção deve considerar as características específicas de cada estudante, respeitando seu ritmo de aprendizagem, suas potencialidades e suas necessidades de apoio. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta diferentes manifestações e níveis de suporte, tornando fundamental que as ações educativas sejam construídas a partir de uma compreensão ampla do desenvolvimento individual.

A efetividade da intervenção educacional depende de uma avaliação inicial criteriosa, capaz de identificar habilidades já desenvolvidas, dificuldades existentes e barreiras que interferem na aprendizagem. O processo avaliativo deve contemplar aspectos cognitivos, comunicacionais, comportamentais, sensoriais e sociais, permitindo ao professor elaborar estratégias mais adequadas. Segundo Lord et al. (2020), a complexidade do autismo exige intervenções que considerem múltiplos fatores do desenvolvimento, evitando abordagens generalizadas que não atendam às necessidades específicas de cada pessoa.

As intervenções educacionais eficazes devem ser estruturadas a partir de objetivos claros, planejamento contínuo e acompanhamento sistemático dos avanços alcançados. Estratégias como organização de rotinas, utilização de recursos visuais, atividades estruturadas, mediação pedagógica, comunicação alternativa e tecnologias assistivas podem contribuir para ampliar a participação dos estudantes. De acordo com Boyd et al. (2010), programas de intervenção fundamentados em evidências apresentam melhores resultados quando são aplicados de maneira individualizada, considerando as características e o contexto de vida da criança.

A atuação interdisciplinar constitui um elemento essencial para o desenvolvimento de intervenções educacionais mais completas. A parceria entre professores, profissionais da saúde, equipe pedagógica e familiares possibilita compreender o estudante em diferentes dimensões, favorecendo ações articuladas entre os ambientes escolar, clínico e familiar. Para Ischkanian et al. (2025), o acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico realizado de forma integrada contribui para intervenções precoces, fortalecendo habilidades relacionadas à comunicação, autonomia e aprendizagem.

Muitos estudantes com TEA podem apresentar desafios relacionados à organização, planejamento, flexibilidade cognitiva, autorregulação emocional e resolução de problemas.

Nesse sentido, práticas pedagógicas que estimulam autonomia, tomada de decisão e participação ativa favorecem não apenas o desempenho escolar, mas também a preparação para situações da vida cotidiana. Segundo Ischkanian et al. (2024), a neuropsicopedagogia possibilita compreender as relações entre desenvolvimento neurológico e aprendizagem, contribuindo para intervenções mais direcionadas.

A intervenção educacional para estudantes com TEA deve ser compreendida como um processo dinâmico, contínuo e baseado no respeito às singularidades humanas. Mais do que aplicar técnicas específicas, é necessário construir ambientes educativos acolhedores, previsíveis e acessíveis, nos quais o estudante possa desenvolver suas potencialidades. Conforme Zeedyk e Blakemore (2023), práticas inclusivas fundamentadas na neurodiversidade favorecem uma educação que reconhece diferentes formas de aprender e promove participação plena dos estudantes autistas.

2.6.7. Acessibilidade e equidade

A acessibilidade e a equidade constituem princípios fundamentais para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, especialmente no atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A acessibilidade não deve ser compreendida apenas como adaptação física dos espaços escolares, mas como um conjunto de condições que garantem participação, comunicação, aprendizagem e desenvolvimento integral. Conforme a American Psychiatric Association (2022), as características do TEA podem envolver diferentes necessidades relacionadas à comunicação, interação social e processamento sensorial, exigindo ambientes educacionais capazes de oferecer suporte adequado.

De acordo com os autores (2026, grifo próprio), acerca da acessibilidade e equidade:

> A acessibilidade e a equidade no contexto do autismo exigem o reconhecimento de que cada indivíduo possui necessidades específicas de apoio, sendo fundamental construir ambientes educacionais, sociais e comunicacionais que respeitem suas singularidades, eliminem barreiras e garantam oportunidades reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento integral (AMORIM, Allyne de Moura, 2026, grifo próprio).

> A promoção da acessibilidade e da equidade para pessoas com autismo representa um compromisso ético e educacional com a garantia de direitos, compreendendo que incluir significa assegurar condições adequadas para que cada estudante desenvolva suas potencialidades, participe ativamente dos processos de aprendizagem e seja valorizado em sua individualidade (ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond, 2026, grifo próprio).

> A acessibilidade no autismo deve ser compreendida como um princípio que ultrapassa adaptações físicas, envolvendo práticas pedagógicas flexíveis, recursos inclusivos e estratégias que favoreçam diferentes formas de comunicação, interação e aprendizagem, promovendo uma escola verdadeiramente preparada para acolher a diversidade humana (CABRAL, Gladys Nogueira, 2026, grifo próprio).
>
> A equidade no atendimento às pessoas com autismo fundamenta-se na compreensão de que diferentes sujeitos necessitam de diferentes formas de suporte, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sensoriais e sociais para favorecer o desenvolvimento integral, a autonomia e a participação plena nos diversos espaços da sociedade (ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de, 2026, grifo próprio).
>
> As tecnologias assistivas e os recursos acessíveis constituem importantes instrumentos para ampliar a equidade no autismo, pois possibilitam superar barreiras comunicacionais, pedagógicas e sociais, favorecendo maior autonomia, expressão e participação dos indivíduos em processos educacionais e comunitários (CARVALHO, Silvana Nascimento de, 2026, grifo próprio).
>
> A construção de ambientes acessíveis para estudantes autistas depende da formação docente, do planejamento colaborativo e da adoção de práticas inclusivas que reconheçam diferentes formas de aprender, garantindo que a equidade esteja presente nas decisões pedagógicas e nas oportunidades oferecidas a cada educando (CARVALHO, Sygride Nascimento de, 2026, grifo próprio).
>
> A equidade no autismo requer uma mudança de perspectiva educacional, na qual as diferenças individuais sejam compreendidas como elementos constitutivos do processo de aprendizagem, possibilitando estratégias personalizadas que assegurem participação, pertencimento e desenvolvimento das capacidades de cada estudante (CARVALHO, Gabriel Nascimento de, 2026, grifo próprio).
>
> A acessibilidade e a equidade no autismo representam princípios fundamentais para uma sociedade inclusiva, pois envolvem a eliminação de barreiras, o respeito às singularidades e a construção de oportunidades que permitam às pessoas autistas exercerem plenamente seus direitos, autonomia e participação social (ISCHKANIAN, Sandro Garabed, 2026, grifo próprio).
>
> A compreensão da acessibilidade no autismo exige reconhecer a diversidade existente dentro do espectro, valorizando diferentes formas de comunicação, interação e aprendizagem e promovendo práticas que respeitem as características individuais de cada pessoa, garantindo inclusão e desenvolvimento humano **(**SILVA, Eliana Drumond de Carvalho, 2026, grifo próprio).
>
> A equidade no autismo está relacionada à valorização da neurodiversidade e à criação de condições que permitam a cada indivíduo acessar recursos, oportunidades e apoios necessários para desenvolver suas potencialidades, fortalecendo uma perspectiva inclusiva baseada no respeito às diferenças humanas (RODRIGUES, Rosimery Mendes, 2026, grifo próprio).

A acessibilidade pedagógica envolve a construção de práticas de ensino flexíveis, materiais adaptados, diferentes formas de apresentação dos conteúdos e estratégias avaliativas diversificadas. O objetivo não é reduzir expectativas sobre os estudantes, mas criar condições para que todos possam desenvolver suas habilidades e demonstrar seus conhecimentos. Para Hecker e Rodrigues (2023), o Desenho Universal para a Aprendizagem representa uma

importante estratégia para promover acessibilidade curricular, pois possibilita organizar o ensino considerando diferentes formas de participação e aprendizagem.

A equidade, por sua vez, está relacionada à oferta de oportunidades diferenciadas conforme as necessidades individuais dos estudantes. Enquanto a igualdade pressupõe oferecer os mesmos recursos para todos, a equidade reconhece que diferentes sujeitos necessitam de diferentes apoios para alcançar resultados educacionais significativos. Segundo Pellicano e Den Houting (2022), a perspectiva da neurodiversidade contribui para compreender que as diferenças neurológicas fazem parte da diversidade humana e que os sistemas educacionais precisam ser organizados para acolher essas diferenças.

No contexto escolar, promover equidade significa garantir que estudantes autistas tenham acesso aos mesmos direitos educacionais, considerando os recursos necessários para sua participação efetiva. Isso envolve disponibilização de tecnologias assistivas, profissionais de apoio quando necessários, adaptações metodológicas, formação docente e articulação entre diferentes setores. Conforme Zeedyk e Blakemore (2023), uma educação inclusiva baseada na neurodiversidade deve criar ambientes que valorizem diferentes formas de aprendizagem e participação social.

As tecnologias digitais e os recursos assistivos também apresentam importante contribuição para ampliar acessibilidade e equidade. Ferramentas de comunicação alternativa, aplicativos educativos, recursos multimídia e ambientes digitais adaptados podem favorecer autonomia e ampliar possibilidades de expressão dos estudantes com TEA. Segundo Ischkanian et al. (2024), as inovações tecnológicas aplicadas à educação inclusiva possibilitam transformar práticas pedagógicas, oferecendo novos caminhos para comunicação, aprendizagem e desenvolvimento.

Acessibilidade e equidade representam compromissos éticos e educacionais indispensáveis para garantir que estudantes com TEA tenham oportunidades reais de desenvolvimento. A escola inclusiva deve eliminar barreiras, valorizar potencialidades e assegurar que cada estudante participe do processo educativo de acordo com suas características e necessidades. Para Ischkanian e Ischkanian (2025), a inclusão escolar de crianças autistas depende da capacidade das instituições educacionais de adaptar metodologias, ambientes e relações pedagógicas, promovendo não apenas acesso à escola, mas pertencimento, autonomia e participação social.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por significativa diversidade em suas manifestações, exigindo análises que ultrapassem modelos homogêneos e centrados exclusivamente em déficits. O estudo parte do pressuposto de que a heterogeneidade do espectro influencia diretamente os processos educacionais, demandando práticas pedagógicas capazes de reconhecer diferentes formas de comunicação, interação social, aprendizagem, processamento sensorial e desenvolvimento cognitivo. Compreender o autismo a partir de uma perspectiva inclusiva implica considerar o estudante como sujeito integral, inserido em contextos sociais, culturais e educacionais específicos. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta diferentes níveis de suporte e variados perfis de funcionamento, evidenciando a necessidade de intervenções individualizadas e fundamentadas nas características singulares de cada pessoa.

A discussão contemporânea sobre o autismo tem sido ampliada pela perspectiva da neurodiversidade, que compreende as diferenças neurológicas como parte da diversidade humana e propõe uma mudança no modo como indivíduos autistas são percebidos socialmente e educacionalmente. Essa abordagem questiona modelos baseados apenas na identificação de limitações e defende práticas que valorizem potencialidades, habilidades e diferentes modos de participação. Para Pellicano e Den Houting (2022), a ciência do autismo vem passando por uma transformação paradigmática, deslocando-se de uma compreensão exclusivamente normativa para uma perspectiva que reconhece a pluralidade das experiências autistas. Assim, o conceito de heterogeneidade torna-se fundamental para compreender que não existe um único perfil de estudante autista, mas múltiplas trajetórias de desenvolvimento que demandam respostas educacionais diferenciadas.

Apesar dos avanços científicos, ainda existem desafios relacionados à interpretação do autismo no campo educacional, especialmente quando práticas escolares permanecem fundamentadas em expectativas padronizadas de aprendizagem e comportamento. A utilização de modelos generalizantes pode contribuir para a invisibilização das capacidades dos estudantes autistas e para a construção de barreiras que dificultam sua participação plena no currículo escolar. Segundo Lord et al. (2020), a complexidade do TEA envolve fatores biológicos, cognitivos, sociais e ambientais, tornando inadequadas abordagens simplificadoras que desconsiderem a interação entre indivíduo e contexto. Dessa forma, torna-se necessário

problematizar práticas educativas que priorizam apenas adaptações pontuais, defendendo uma reorganização estrutural da escola para atender à diversidade.

A presente pesquisa compreende a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista como elemento central para analisar estratégias pedagógicas inclusivas, acessibilidade educacional e desenvolvimento integral. A compreensão das singularidades dos estudantes autistas possibilita fundamentar práticas baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), tecnologias assistivas, formação docente continuada e intervenções pedagógicas individualizadas. Conforme Hecker e Rodrigues (2023), a articulação entre educação inclusiva e DUA contribui para reduzir barreiras e ampliar oportunidades de aprendizagem, favorecendo ambientes escolares mais flexíveis e responsivos à diversidade. Assim, a fundamentação conceitual adotada nesta pesquisa sustenta a análise das relações entre neurodesenvolvimento, inclusão escolar e práticas pedagógicas comprometidas com equidade e participação.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por ampla variabilidade em suas manifestações, envolvendo aspectos relacionados à comunicação, interação social, comportamento, processamento sensorial, aprendizagem e desenvolvimento adaptativo. Inserido no campo dos estudos sobre desenvolvimento humano, educação inclusiva e neurociências, o conceito de espectro representa uma mudança significativa na compreensão do autismo, pois substitui perspectivas classificatórias rígidas por uma abordagem dimensional, reconhecendo diferentes níveis de suporte e múltiplos perfis de funcionamento. Conforme a American Psychiatric Association (2022), o TEA apresenta características diversificadas que podem se manifestar de formas distintas em cada indivíduo, sendo fundamental considerar fatores pessoais, ambientais e sociais na compreensão das necessidades educacionais. Nesse sentido, a heterogeneidade do autismo torna-se um elemento central para analisar práticas pedagógicas que valorizem singularidades, potencialidades e diferentes formas de participação no contexto escolar.

A evolução das concepções científicas sobre o TEA demonstra uma transição de modelos centrados predominantemente em déficits para perspectivas que reconhecem a diversidade neurológica e a complexidade das experiências autistas. Estudos contemporâneos têm destacado que indivíduos no espectro apresentam trajetórias únicas de desenvolvimento, com diferentes formas de comunicação, aprendizagem, interação social e autonomia. Segundo Lord et al. (2020), o autismo envolve uma combinação complexa de fatores genéticos,

cognitivos e ambientais, o que impossibilita a adoção de uma compreensão homogênea sobre suas características. Complementando essa perspectiva, Pellicano e Den Houting (2022) afirmam que a abordagem da neurodiversidade amplia o olhar científico sobre o autismo ao reconhecer que diferenças neurológicas fazem parte da diversidade humana, incentivando práticas sociais e educacionais que priorizem inclusão, respeito e participação. Dessa forma, compreender o TEA exige considerar não apenas as dificuldades apresentadas pelos indivíduos, mas também suas habilidades, interesses e possibilidades de desenvolvimento.

Embora os avanços teóricos tenham contribuído para uma compreensão mais ampla do autismo, ainda permanecem desafios relacionados à forma como a sociedade e as instituições educacionais interpretam e respondem à diversidade presente no espectro. Uma das principais problemáticas identificadas refere-se à permanência de práticas pedagógicas padronizadas, baseadas em expectativas uniformes de aprendizagem, que podem gerar barreiras para estudantes com diferentes modos de funcionamento cognitivo e comunicacional. Conforme destacam Hecker e Rodrigues (2023)**,** a inclusão escolar de estudantes autistas exige mais do que a presença física no ambiente escolar, sendo necessária a reorganização das práticas pedagógicas, dos recursos e das estratégias de ensino para garantir participação efetiva. Nesse contexto, torna-se necessário superar modelos que compreendem o estudante autista apenas a partir do diagnóstico, pois tal perspectiva limita o reconhecimento de suas potencialidades e dificulta a construção de intervenções educacionais mais individualizadas e equitativas.

Diante dessa realidade, a fundamentação conceitual da presente pesquisa compreende a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista como princípio orientador para analisar práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade educacional e desenvolvimento integral. O reconhecimento das diferenças individuais possibilita compreender que os processos de aprendizagem não ocorrem de maneira uniforme, exigindo estratégias flexíveis, recursos acessíveis e ambientes escolares capazes de responder às necessidades específicas de cada estudante. Nesse sentido, a educação inclusiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), as tecnologias assistivas e as práticas baseadas em evidências apresentam-se como referenciais fundamentais para promover participação, autonomia e aprendizagem significativa. Conforme Ischkanian et al. (2024)**,** a articulação entre neuropsicopedagogia, inclusão e estratégias educacionais personalizadas contribui para ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos estudantes, reforçando a necessidade de uma escola comprometida com a diversidade humana. Assim, a compreensão conceitual do TEA enquanto fenômeno

heterogêneo sustenta a análise das abordagens teóricas e dos modelos educacionais apresentados nas subseções seguintes.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As discussões contemporâneas sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão fundamentadas em diferentes abordagens teóricas e modelos analíticos que buscam compreender a relação entre desenvolvimento humano, aprendizagem e organização dos ambientes educacionais. Entre as principais correntes que dialogam com esta pesquisa destacam-se a perspectiva do neurodesenvolvimento, a abordagem da neurodiversidade, o modelo social da deficiência, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e os modelos de intervenção baseados em evidências científicas. Essas perspectivas apresentam pressupostos complementares ao defenderem que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes autistas não devem ser atribuídas exclusivamente às características individuais, mas compreendidas a partir da interação entre sujeito, contexto e barreiras ambientais. Nesse campo, a educação inclusiva assume uma perspectiva transformadora, na qual a escola é compreendida como espaço de participação, acessibilidade e desenvolvimento integral. Conforme Pellicano e Den Houting (2022), a perspectiva da neurodiversidade contribui para uma mudança paradigmática nos estudos sobre autismo ao valorizar diferentes formas de funcionamento neurológico, deslocando o foco exclusivo das limitações para a compreensão das potencialidades e experiências individuais. Assim, essas abordagens oferecem fundamentos teóricos essenciais para analisar como práticas pedagógicas podem favorecer a participação e a aprendizagem de estudantes autistas.

Entre os modelos teóricos que fundamentam esta pesquisa, destaca-se o *Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)*, uma abordagem educacional baseada na criação de ambientes de aprendizagem flexíveis e acessíveis desde o planejamento inicial das práticas pedagógicas. O DUA fundamenta-se na compreensão de que os estudantes apresentam diferentes formas de aprender, necessitando de múltiplas possibilidades de acesso aos conteúdos, participação nas atividades e demonstração dos conhecimentos construídos. De acordo com Hecker e Rodrigues (2023), o DUA representa uma importante estratégia para a inclusão de estudantes com TEA, pois possibilita superar práticas baseadas em adaptações posteriores e promover uma organização curricular capaz de contemplar a diversidade desde sua elaboração. Nesse sentido, a abordagem amplia a compreensão tradicional de acessibilidade, considerando não apenas recursos físicos, mas também aspectos

comunicacionais, pedagógicos e metodológicos. A perspectiva do DUA aproxima-se dos princípios da neurodiversidade ao reconhecer que a diferença não deve ser compreendida como obstáculo, mas como elemento constitutivo do processo educativo. Dessa maneira, o modelo contribui para a construção de práticas que respeitam os diferentes ritmos, interesses, habilidades e necessidades dos estudantes, fortalecendo uma educação centrada na equidade.

Em uma análise comparativa entre as abordagens apresentadas, observa-se que a perspectiva da neurodiversidade, o modelo social da deficiência e o Desenho Universal para a Aprendizagem apresentam aproximações ao defenderem a redução de barreiras e a valorização da diversidade humana, embora possuam enfoques analíticos distintos. Enquanto a neurodiversidade concentra-se na compreensão das diferenças neurológicas como parte da condição humana, o modelo social da deficiência enfatiza que muitas limitações são produzidas pelas barreiras existentes nos ambientes sociais e institucionais. Já o DUA apresenta uma dimensão mais metodológica e pedagógica, oferecendo princípios para transformar os processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, os modelos de intervenção baseados em evidências acrescentam uma perspectiva científica voltada à avaliação sistemática e ao planejamento individualizado das estratégias educacionais. Segundo Boyd et al. (2010), práticas direcionadas a estudantes autistas apresentam melhores resultados quando fundamentadas em evidências científicas, objetivos individualizados e acompanhamento contínuo do desenvolvimento. Dessa forma, as diferentes abordagens não devem ser interpretadas como perspectivas concorrentes, mas como referenciais complementares que permitem compreender a complexidade da inclusão escolar e orientar ações pedagógicas mais efetivas.

A escolha das abordagens teóricas adotadas neste estudo justifica-se pela necessidade de compreender o Transtorno do Espectro Autista a partir de uma perspectiva ampla, considerando simultaneamente aspectos individuais, educacionais e sociais. A articulação entre neurodiversidade, educação inclusiva, Desenho Universal para a Aprendizagem e práticas baseadas em evidências apresenta-se adequada ao problema de pesquisa, pois permite analisar de que maneira o reconhecimento da heterogeneidade do espectro pode subsidiar práticas pedagógicas voltadas à acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral. Essa perspectiva orienta a análise dos dados ao considerar que a inclusão não depende apenas da presença do estudante autista no espaço escolar, mas da capacidade institucional de oferecer condições adequadas para sua participação plena. Conforme Ischkanian et al. (2025), práticas inclusivas efetivas exigem articulação entre conhecimentos científicos, planejamento

individualizado e colaboração entre diferentes profissionais envolvidos no desenvolvimento do estudante. O referencial teórico adotado sustenta a interpretação dos resultados da pesquisa, permitindo compreender a inclusão escolar como um processo contínuo de eliminação de barreiras, valorização das singularidades e garantia do direito à aprendizagem.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas empíricas recentes sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm ampliado a compreensão acerca dos desafios e possibilidades relacionados à inclusão escolar, destacando a importância de práticas pedagógicas acessíveis, formação docente, recursos tecnológicos e intervenções fundamentadas em evidências científicas. Estudos contemporâneos analisam diferentes contextos educacionais e apontam que a participação efetiva dos estudantes autistas depende da articulação entre características individuais, organização escolar e estratégias de ensino. Hecker e Rodrigues (2023), por meio de uma revisão integrativa da literatura, investigaram a relação entre educação inclusiva, Desenho Universal para a Aprendizagem e estudantes com TEA, evidenciando que propostas pedagógicas flexíveis contribuem para reduzir barreiras e ampliar oportunidades de aprendizagem. De modo complementar, Zeedyk e Blakemore (2023) analisaram implicações educacionais da perspectiva da neurodiversidade, destacando que ambientes escolares responsivos às diferenças favorecem maior participação dos estudantes autistas. Pesquisas desenvolvidas por Ischkanian et al. (2024) também evidenciam a relevância da integração entre neuropsicopedagogia, tecnologias educacionais e práticas inclusivas para favorecer processos de aprendizagem mais personalizados e humanizados.

A análise crítica desses estudos demonstra contribuições relevantes para o campo da educação inclusiva, especialmente ao evidenciarem que a aprendizagem dos estudantes autistas é favorecida quando as práticas pedagógicas consideram diferentes formas de comunicação, interação e construção do conhecimento. Entretanto, a literatura também apresenta limitações relacionadas à diversidade metodológica das pesquisas, à concentração de estudos em determinados contextos institucionais e à necessidade de ampliar investigações longitudinais que acompanhem o desenvolvimento dos estudantes ao longo do tempo. Conforme apontam Pellicano e Den Houting (2022), embora a perspectiva da neurodiversidade tenha promovido avanços significativos na compreensão do autismo, ainda existem lacunas relacionadas à participação ativa das próprias pessoas autistas na construção dos conhecimentos científicos e educacionais. Além disso, observa-se que muitas pesquisas reconhecem a importância da

formação docente, mas ainda identificam dificuldades na transformação dos conhecimentos teóricos em práticas cotidianas, especialmente em redes escolares com limitações estruturais e de recursos. Dessa forma, os estudos existentes oferecem importantes contribuições, mas não esgotam a complexidade da inclusão escolar de estudantes com TEA.

O presente estudo dialoga com essas pesquisas ao aprofundar a análise sobre como o reconhecimento da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista pode subsidiar práticas pedagógicas comprometidas com acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral. Diferentemente de perspectivas que abordam o autismo apenas a partir de características clínicas ou dificuldades educacionais, esta investigação adota uma compreensão ampliada, considerando a interação entre sujeito, ambiente escolar e estratégias pedagógicas. Aproxima-se dos estudos que defendem a personalização da aprendizagem, o uso de tecnologias assistivas, o Desenho Universal para a Aprendizagem e a formação continuada dos professores como elementos essenciais para a inclusão. Conforme Ischkanian et al. (2025)**,** a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como educação, neuropsicopedagogia e saúde, fortalece intervenções mais coerentes e individualizadas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento dos estudantes autistas. Assim, a pesquisa contribui para o debate científico ao integrar diferentes dimensões do processo inclusivo, valorizando tanto os avanços já consolidados quanto os desafios ainda presentes nos contextos escolares.

A síntese dos aportes teóricos e empíricos analisados evidencia que a inclusão de estudantes com TEA requer uma compreensão multidimensional, na qual aspectos cognitivos, sociais, emocionais, pedagógicos e ambientais sejam considerados de forma articulada. As evidências científicas demonstram que práticas inclusivas efetivas não dependem apenas da adaptação de conteúdos ou da presença do estudante no espaço escolar, mas da construção de ambientes acessíveis, colaborativos e planejados para atender à diversidade humana. Nesse sentido, os referenciais sobre heterogeneidade do autismo, neurodiversidade, Desenho Universal para a Aprendizagem e práticas baseadas em evidências constituem fundamentos essenciais para orientar a análise metodológica desta pesquisa. A abordagem qualitativa adotada possibilita compreender a complexidade do fenômeno investigado, valorizando interpretações fundamentadas sobre as relações entre políticas inclusivas, práticas pedagógicas e desenvolvimento integral. Dessa maneira, o referencial teórico construído estabelece a base necessária para a apresentação dos procedimentos metodológicos e para a análise dos resultados, mantendo o compromisso científico com uma educação mais acessível, equitativa e humanizada.

4. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi estruturada a partir do problema investigativo que consiste em compreender de que maneira o reconhecimento da diversidade de perfis presentes no Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode subsidiar práticas pedagógicas capazes de promover acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral no contexto escolar. O objetivo geral consiste em analisar os fundamentos científicos, educacionais e pedagógicos relacionados à heterogeneidade do transtorno, discutindo estratégias que favoreçam a efetivação de processos inclusivos pautados no respeito às diferenças individuais. Para alcançar esse propósito, a pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva qualitativa, por meio de uma revisão narrativa da literatura, com caráter descritivo e exploratório, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais, documentos normativos e referenciais teóricos relacionados à educação inclusiva, neurodesenvolvimento, acessibilidade educacional, Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), tecnologias assistivas e práticas pedagógicas baseadas em evidências.

A escolha do percurso metodológico considera que pesquisas voltadas à compreensão de fenômenos educacionais complexos necessitam de abordagens capazes de interpretar significados, concepções teóricas e relações estabelecidas entre sujeitos, práticas e contextos sociais. Conforme destacam Braucks et al. (2025), a pesquisa bibliográfica constitui um caminho metodológico fundamental para sistematizar conhecimentos produzidos cientificamente, permitindo analisar diferentes perspectivas teóricas e identificar avanços, desafios e lacunas existentes em determinada área de estudo. Dessa forma, a metodologia adotada possibilita compreender o autismo não apenas como uma condição clínica, mas como um fenômeno educacional e social que exige análises interdisciplinares.

4.1. Natureza e abordagem da pesquisa

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza *fundamental***,** uma vez que busca ampliar conhecimentos científicos acerca da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista e suas implicações para as práticas pedagógicas inclusivas, sem a intenção imediata de aplicação experimental. Quanto aos objetivos, classifica-se como uma pesquisa *exploratória e descritiva***,** pois pretende explorar diferentes concepções teóricas relacionadas ao autismo, à inclusão escolar e à acessibilidade educacional, além de descrever contribuições científicas sobre estratégias pedagógicas fundamentadas em evidências. Segundo Batista

(2024), pesquisas exploratórias e descritivas possibilitam maior aproximação com fenômenos complexos, favorecendo a organização e interpretação crítica dos conhecimentos disponíveis na literatura.

A abordagem metodológica adotada é *qualitativa*, considerando que o objeto investigado envolve aspectos subjetivos, conceituais e sociais relacionados à compreensão da diversidade humana e dos processos inclusivos. A pesquisa qualitativa permite analisar significados, interpretações e relações estabelecidas entre diferentes referenciais científicos, sendo adequada para estudos que buscam compreender fenômenos educacionais em profundidade. Conforme Evangelista (2022), a abordagem qualitativa possibilita investigar documentos, produções acadêmicas e construções teóricas considerando seus contextos históricos, sociais e epistemológicos. Nesse sentido, essa abordagem favorece a análise crítica das concepções sobre TEA, acessibilidade e práticas pedagógicas.

O método científico utilizado é o *método dedutivo*, pois parte de fundamentos teóricos gerais sobre neurodesenvolvimento, neurodiversidade, educação inclusiva e acessibilidade para analisar suas implicações específicas no contexto escolar de estudantes com TEA. Esse método possibilita organizar o raciocínio científico a partir de conceitos amplos, conduzindo à interpretação das relações entre teorias e práticas educacionais. A utilização do método dedutivo contribui para estabelecer conexões entre os pressupostos científicos existentes e as estratégias pedagógicas discutidas na literatura, permitindo uma análise sistematizada sobre como os conhecimentos produzidos podem subsidiar processos inclusivos.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos utilizados correspondem à *pesquisa bibliográfica e documental*, considerando que o estudo foi desenvolvido a partir da análise de artigos científicos, livros, capítulos, documentos normativos e produções acadêmicas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, educação inclusiva e práticas pedagógicas. A pesquisa bibliográfica possibilita reunir e interpretar conhecimentos já produzidos sobre determinado fenômeno, enquanto a pesquisa documental amplia a investigação por meio da análise de documentos institucionais e normativos. Conforme Yonaha (2024), a pesquisa documental constitui importante ferramenta metodológica para compreender discursos, políticas e produções científicas inseridas em determinados contextos históricos e sociais.

As fontes de dados utilizadas foram predominantemente *secundárias*, constituídas por publicações científicas nacionais e internacionais disponíveis em bases acadêmicas

reconhecidas, além de documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e aos direitos das pessoas com deficiência. Foram consideradas produções relacionadas aos seguintes eixos: heterogeneidade do TEA, neurodiversidade, Desenho Universal para a Aprendizagem, formação docente, tecnologias assistivas e práticas baseadas em evidências. Os critérios de seleção envolveram a relevância temática, reconhecimento científico dos autores, atualidade das publicações e contribuição teórica para o problema investigado.

Os instrumentos de coleta de dados consistiram em *fichamentos científicos, protocolos de leitura e matrizes de análise bibliográfica***,** elaborados para organizar informações referentes aos autores, conceitos principais, objetivos dos estudos, metodologias utilizadas e contribuições para a pesquisa. Esses instrumentos permitiram sistematizar os conteúdos encontrados, favorecendo a comparação entre diferentes perspectivas teóricas. A organização dos dados seguiu critérios de categorização temática, considerando os principais eixos analíticos do estudo: heterogeneidade do autismo, acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende produções científicas e documentos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, educação inclusiva e estratégias pedagógicas voltadas à promoção da acessibilidade e equidade educacional. Esse universo foi delimitado a partir de estudos que discutem o desenvolvimento humano, processos de aprendizagem, políticas inclusivas e práticas educacionais destinadas a estudantes autistas. A escolha desse campo investigativo justifica-se pela necessidade de compreender como os conhecimentos científicos podem contribuir para superar barreiras presentes nos ambientes escolares.

A amostra da pesquisa foi constituída por produções selecionadas de forma *intencional***,** considerando sua pertinência com os objetivos estabelecidos. Foram incluídos artigos científicos, livros, capítulos e documentos publicados em português e outros idiomas, priorizando estudos contemporâneos e autores reconhecidos na área. Foram excluídas produções que não apresentavam relação direta com o objeto investigado, estudos sem fundamentação científica consistente ou materiais que não possibilitassem análise acadêmica adequada.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa bibliográfica não permite generalizações estatísticas sobre todos os contextos escolares, uma vez que analisa conhecimentos produzidos em diferentes realidades científicas e educacionais. Entretanto, essa característica não

compromete a validade do estudo, pois o objetivo consiste em compreender fundamentos teóricos e tendências científicas relacionadas à inclusão de estudantes com TEA. Assim, os resultados devem ser interpretados considerando o caráter qualitativo, analítico e reflexivo da investigação.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu por meio da identificação, seleção e análise de publicações científicas relacionadas ao tema investigado. O processo envolveu levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, leitura exploratória dos materiais selecionados, identificação dos conteúdos relevantes e organização das informações conforme os objetivos da pesquisa. Foram consideradas publicações que abordavam aspectos relacionados ao autismo, neurodiversidade, acessibilidade, DUA, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas.

Após a coleta, os dados foram organizados por meio de categorização temática, permitindo agrupar informações semelhantes e estabelecer relações entre diferentes autores e perspectivas teóricas. As categorias definidas foram: heterogeneidade do TEA, educação inclusiva, formação docente, acessibilidade educacional, personalização da aprendizagem e práticas baseadas em evidências. Esse processo possibilitou uma análise sistemática dos conteúdos encontrados, favorecendo a construção de interpretações fundamentadas.

A análise dos dados foi realizada por meio da *análise temática e análise de conteúdo***,** considerando os pressupostos qualitativos da pesquisa. Conforme os referenciais metodológicos adotados, essa técnica permite identificar categorias, padrões, convergências e divergências presentes nos materiais analisados. A interpretação dos dados foi articulada ao referencial teórico construído, buscando compreender como diferentes autores explicam a relação entre heterogeneidade do autismo e construção de práticas educacionais inclusivas.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, sem participação direta de seres humanos, não houve aplicação de instrumentos envolvendo participantes ou coleta de dados pessoais. Entretanto, foram respeitados princípios éticos relacionados à produção científica, incluindo a correta identificação dos autores utilizados, fidelidade às ideias originais, respeito às normas acadêmicas e utilização de fontes confiáveis. A pesquisa segue princípios de

integridade científica, garantindo transparência na seleção, análise e interpretação dos materiais utilizados.

Entre as limitações metodológicas, destaca-se que a revisão narrativa da literatura depende da disponibilidade e qualidade das produções científicas existentes, podendo apresentar limitações relacionadas à abrangência das fontes encontradas e à diversidade dos contextos investigados. Além disso, por não envolver pesquisa de campo, o estudo não analisa diretamente experiências de professores, estudantes ou instituições escolares específicas. Contudo, tais limitações não invalidam os resultados obtidos, pois a pesquisa contribui para ampliar a compreensão teórica sobre a heterogeneidade do TEA e oferecer fundamentos científicos para reflexões e práticas educacionais inclusivas.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise dos resultados desta pesquisa evidencia que a compreensão da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. Os dados analisados demonstram que a inclusão escolar efetiva está diretamente relacionada à capacidade das instituições educacionais de reconhecerem diferentes formas de aprendizagem, comunicação, interação social, processamento sensorial e expressão das potencialidades individuais. Nesse sentido, os resultados apontam que práticas fundamentadas na flexibilização curricular, avaliação contínua, planejamento individualizado, utilização de recursos acessíveis, tecnologias assistivas, metodologias ativas e colaboração interdisciplinar favorecem ambientes escolares mais participativos e equitativos.

Evidencia-se, ainda, que a adoção dos princípios do *Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)* contribui significativamente para a redução das barreiras educacionais, uma vez que possibilita a criação de estratégias pedagógicas diversificadas desde o planejamento inicial do ensino. Os resultados indicam que ambientes estruturados a partir da acessibilidade, da valorização das diferenças e da oferta de múltiplas formas de representação, participação e expressão ampliam as oportunidades de aprendizagem dos estudantes autistas. Dessa forma, a pesquisa demonstra que a inclusão não deve ser compreendida apenas como inserção física do estudante no espaço escolar, mas como um processo contínuo de construção de pertencimento, autonomia, interação social e desenvolvimento acadêmico.

Os achados reforçam que o reconhecimento da singularidade de cada estudante constitui um princípio indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva humanizada. A análise realizada demonstra que quando professores, gestores, famílias e profissionais de diferentes áreas atuam de forma colaborativa, torna-se possível desenvolver estratégias mais coerentes com as necessidades e potencialidades dos estudantes com TEA. Assim, os resultados contribuem para fortalecer uma perspectiva educacional baseada na equidade, na participação plena e na garantia do direito à aprendizagem, reafirmando que a diversidade humana representa uma dimensão enriquecedora dos processos educativos.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

Os dados analisados nesta pesquisa foram constituídos a partir da revisão narrativa da literatura científica, envolvendo estudos nacionais e internacionais relacionados à heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista, neurodiversidade, educação inclusiva, acessibilidade educacional, Desenho Universal para a Aprendizagem, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas baseadas em evidências. O conjunto de informações analisadas foi organizado em categorias temáticas que permitiram identificar contribuições teóricas e metodológicas sobre estratégias educacionais voltadas ao atendimento da diversidade presente no espectro autista. Essa organização possibilitou estabelecer relações entre os objetivos da pesquisa e os conhecimentos científicos produzidos na área.

Os resultados encontrados revelam uma tendência positiva na literatura contemporânea: a transição de modelos educacionais centrados exclusivamente nas dificuldades do estudante autista para perspectivas fundamentadas na valorização das capacidades, interesses e possibilidades de desenvolvimento. Observou-se que os estudos analisados apresentam convergência quanto à importância da personalização da aprendizagem, da formação docente continuada, do planejamento colaborativo e da utilização de recursos pedagógicos acessíveis. Conforme American Psychiatric Association (2022)**,** a diversidade das manifestações do TEA exige compreensão individualizada, aspecto que também aparece nos estudos educacionais analisados como condição essencial para promover intervenções adequadas.

A interpretação inicial dos resultados indica que a inclusão escolar de estudantes autistas apresenta melhores possibilidades de efetivação quando as práticas pedagógicas são organizadas considerando a diversidade dos modos de aprender e participar. Os dados apontam que estratégias rígidas e padronizadas tendem a limitar as oportunidades educacionais,

enquanto propostas flexíveis favorecem maior envolvimento dos estudantes. Assim, os resultados preliminares evidenciam a necessidade de fortalecer modelos educacionais baseados na acessibilidade, colaboração profissional e reconhecimento das singularidades individuais.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

Os resultados encontrados dialogam diretamente com os fundamentos apresentados no referencial teórico, especialmente no que se refere à compreensão do TEA como uma condição marcada pela heterogeneidade e pela diversidade de trajetórias de desenvolvimento. A análise demonstra concordância com a perspectiva defendida por Lord et al. (2020)**,** segundo a qual o autismo apresenta múltiplas manifestações associadas a aspectos cognitivos, comunicacionais, comportamentais e adaptativos. Nesse sentido, os dados reforçam que práticas educacionais eficazes precisam considerar o estudante em sua totalidade, evitando abordagens generalizadas baseadas apenas no diagnóstico. A pesquisa evidencia que o reconhecimento das diferenças individuais favorece intervenções mais responsivas e alinhadas às necessidades reais dos estudantes.

Ao comparar os resultados obtidos com pesquisas anteriores, observa-se forte aproximação com estudos que destacam a importância da neurodiversidade e do Desenho Universal para a Aprendizagem como fundamentos para a inclusão escolar. Pellicano e Den Houting (2022) ressaltam que a perspectiva da neurodiversidade promove uma mudança na forma como o autismo é compreendido, valorizando diferentes formas de funcionamento neurológico. Da mesma maneira, Hecker e Rodrigues (2023) demonstram que o DUA amplia as possibilidades de participação dos estudantes autistas ao propor ambientes pedagógicos flexíveis e acessíveis. Os resultados desta pesquisa confirmam essas contribuições ao evidenciar que a adaptação dos contextos escolares é tão importante quanto o desenvolvimento de habilidades individuais.

A análise crítica dos resultados permite compreender que a inclusão escolar não depende exclusivamente da existência de políticas públicas ou da matrícula dos estudantes em classes regulares, mas da transformação das práticas pedagógicas e das concepções institucionais sobre aprendizagem e diversidade. Os achados indicam que a formação docente, o trabalho colaborativo e o uso de estratégias baseadas em evidências representam elementos fundamentais para superar barreiras históricas presentes na educação. Dessa forma, a pesquisa amplia o debate científico ao demonstrar que a qualidade da inclusão está relacionada à

capacidade das escolas de criar ambientes que reconheçam diferentes formas de aprender, garantindo participação, autonomia e desenvolvimento integral.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

As implicações práticas dos resultados indicam que as instituições escolares podem fortalecer seus processos inclusivos por meio da implementação de ações voltadas à formação continuada dos professores, planejamento colaborativo, utilização de tecnologias assistivas, adaptação de recursos pedagógicos e construção de estratégias individualizadas. Os resultados demonstram que professores preparados para compreender a diversidade do TEA apresentam maiores possibilidades de desenvolver práticas educativas capazes de favorecer comunicação, interação, autonomia e aprendizagem. Nesse contexto, a inclusão escolar passa a ser compreendida como uma responsabilidade coletiva envolvendo escola, família, profissionais especializados e comunidade.

No campo teórico, os resultados contribuem para fortalecer abordagens que compreendem o autismo a partir da perspectiva da neurodiversidade, da acessibilidade e da equidade educacional. A pesquisa amplia a compreensão de que o estudante autista não deve ser definido exclusivamente por suas dificuldades, mas reconhecido por suas potencialidades, formas próprias de aprendizagem e possibilidades de participação social. Dessa maneira, os achados reforçam modelos teóricos que defendem uma educação centrada na pessoa, superando perspectivas reducionistas e contribuindo para uma visão mais humanizada do desenvolvimento humano.

Do ponto de vista metodológico, a revisão narrativa da literatura mostrou-se adequada para compreender a complexidade do fenômeno investigado, permitindo reunir diferentes perspectivas científicas e identificar tendências relacionadas à inclusão de estudantes com TEA. O percurso metodológico possibilitou analisar conceitos, práticas e evidências produzidas em diferentes contextos, favorecendo uma compreensão ampla do tema. Embora apresente limitações próprias dos estudos bibliográficos, essa abordagem contribui para fundamentar novas pesquisas empíricas, especialmente investigações voltadas à análise de práticas escolares concretas, experiências docentes e estratégias inovadoras de inclusão. Assim, os resultados apresentados estabelecem uma base científica para futuras investigações e fortalecem o compromisso com uma educação acessível, equitativa e comprometida com a diversidade humana.

6. CONCLUSÃO

A presente estudo possibilitou compreender que o reconhecimento da heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um dos principais fundamentos para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e humanizada. A análise desenvolvida evidenciou que cada estudante autista apresenta uma trajetória singular de desenvolvimento, marcada por diferentes formas de comunicação, interação social, aprendizagem, processamento sensorial, expressão emocional e participação no ambiente escolar. Dessa forma, compreender a diversidade presente no espectro representa superar concepções generalizadas e fortalecer práticas educativas que valorizem as potencialidades, necessidades e características individuais de cada educando.

Os resultados demonstraram que a inclusão escolar de estudantes com TEA ultrapassa a garantia do acesso à escola, envolvendo a construção de condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento integral. A presença do estudante no ambiente educacional somente se transforma em inclusão quando são assegurados recursos, estratégias pedagógicas flexíveis, acessibilidade curricular e relações interpessoais baseadas no respeito e na valorização da diversidade humana. Nesse sentido, a educação inclusiva configura-se como um compromisso ético, social e pedagógico voltado à eliminação de barreiras e à promoção da equidade.

A pesquisa evidenciou que a compreensão da heterogeneidade do autismo favorece uma mudança significativa na maneira como os processos educacionais são planejados e desenvolvidos. Ao reconhecer que não existe um único perfil de estudante autista, torna-se possível elaborar intervenções mais adequadas, considerando diferentes ritmos de aprendizagem, formas de expressão e modos de interação com o conhecimento. Essa perspectiva contribui para substituir práticas padronizadas por ações pedagógicas individualizadas, respeitando o princípio de que todos os estudantes possuem potencialidades que podem ser desenvolvidas em ambientes favoráveis.

Verificou-se também que a perspectiva da neurodiversidade amplia a compreensão sobre o desenvolvimento humano ao reconhecer diferentes formas de funcionamento neurológico como parte da diversidade da humanidade. Essa abordagem contribui para reduzir estigmas, combater preconceitos e promover uma visão mais positiva sobre o estudante autista, compreendendo-o para além do diagnóstico. Assim, a escola assume papel fundamental na construção de espaços em que as diferenças sejam reconhecidas como elementos constituintes do processo educativo e não como obstáculos à aprendizagem.

Os achados reforçaram a relevância do *Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)* como estratégia essencial para promover acessibilidade e participação de todos os estudantes. A organização de ambientes educacionais flexíveis, com diferentes possibilidades de apresentação dos conteúdos, formas variadas de expressão e múltiplas estratégias de engajamento, amplia as oportunidades de aprendizagem e beneficia não apenas estudantes autistas, mas toda a comunidade escolar. Dessa maneira, o DUA representa uma importante ferramenta para transformar a escola em um espaço mais democrático, acessível e responsivo à diversidade.

A investigação também destacou a importância das tecnologias assistivas, dos recursos digitais acessíveis e das ferramentas inovadoras como instrumentos potencializadores da autonomia e da aprendizagem dos estudantes com TEA. Quando utilizadas de forma planejada e articulada aos objetivos pedagógicos, essas tecnologias possibilitam novas formas de comunicação, interação e construção do conhecimento. Portanto, a inovação tecnológica associada a práticas pedagógicas humanizadas amplia as possibilidades educacionais e fortalece processos de ensino mais personalizados e inclusivos.

Educadores preparados teoricamente e metodologicamente apresentam maiores condições de identificar barreiras, desenvolver estratégias acessíveis e promover experiências de aprendizagem significativas. A formação docente, portanto, deve ser compreendida como um processo permanente de construção de conhecimentos, reflexão sobre práticas e desenvolvimento de competências necessárias para atender à complexidade da diversidade presente nas escolas contemporâneas.

O trabalho colaborativo entre professores, gestores, famílias, profissionais da saúde e demais integrantes da comunidade escolar revelou-se igualmente indispensável para a construção de práticas inclusivas consistentes. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento possibilita uma compreensão mais ampla do estudante, favorecendo intervenções integradas e coerentes com suas necessidades educacionais, sociais e emocionais. A inclusão torna-se mais efetiva quando construída coletivamente, por meio do diálogo, da corresponsabilidade e do compromisso compartilhado.

A pesquisa também permitiu identificar que práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas contribuem para qualificar o atendimento educacional aos estudantes com TEA. Estratégias fundamentadas em estudos científicos possibilitam maior segurança no planejamento das intervenções, favorecendo avaliações contínuas, adaptações necessárias e acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a

aproximação entre ciência e prática pedagógica fortalece uma educação inclusiva baseada em conhecimentos confiáveis e metodologias eficazes.

Embora os avanços relacionados à inclusão escolar sejam significativos, permanecem desafios que demandam atenção contínua, como a necessidade de ampliar políticas públicas, fortalecer investimentos na formação profissional, garantir acessibilidade nos espaços educacionais e promover mudanças culturais dentro das instituições de ensino. Entretanto, esses desafios não representam impossibilidades, mas oportunidades para o aprimoramento constante das práticas educativas e para a construção de sistemas escolares mais preparados para acolher a diversidade humana.

Dessa forma, esta pesquisa reafirma que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista deve estar fundamentada no respeito à singularidade, na valorização das diferenças e na garantia dos direitos educacionais. Reconhecer cada estudante como sujeito de potencialidades, capacidades e possibilidades de desenvolvimento significa fortalecer uma perspectiva de educação centrada na dignidade humana e na participação plena. A escola inclusiva, nesse contexto, não é apenas um espaço de ensino, mas um ambiente de convivência, pertencimento e transformação social.

Conclui-se, portanto, que o reconhecimento da singularidade de cada estudante constitui elemento indispensável para a consolidação de práticas educacionais inclusivas, equitativas e humanizadas. A valorização da diversidade, a promoção da acessibilidade, a utilização de estratégias pedagógicas flexíveis e o compromisso coletivo dos profissionais da educação contribuem para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Assim, fortalecer uma educação inclusiva significa construir ambientes escolares verdadeiramente acolhedores, democráticos e comprometidos com o desenvolvimento integral de cada pessoa, reafirmando que a diversidade humana não é uma limitação, mas uma riqueza que potencializa a aprendizagem e a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR.** 5. ed. rev. Washington, DC: American Psychiatric Association Publishing, 2022. DOI**:** 10.1176/appi.books.9780890425787**.**

BATISTA, Gustavo Araújo. **A pesquisa documental no âmbito das políticas educacionais: conceitos e discussões**. *Cadernos da FUCAMP*, v. 29, 2024. Disponível em:. https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3429. Acesso em: 29 jul. 2026.

BOYD, Brian A.; ODOM, Samuel L.; HUMES, Laura E.; SAM, Amy M. **Infusing evidence-based practices into comprehensive treatment programs for children with autism spectrum disorder.** *Behavior Modification*, Thousand Oaks, v. 34, n. 5, p. 424-439, 2010. DOI: 10.1177/0145445510379767**.**

BRAUCKS, Julia Batista; AZEVEDO, Gabriela Portela; NEUBAUER, Vanessa Steigleder; ECKERT, Natalia Hauenstein. **Pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa científica**. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 11, 2025. DOI: 10.23899/g0q8kq90.

EVANGELISTA, Olinda. **Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 33, 2022. DOI**: 10.1590/1980-6248-2020-0141.**

HECKER, Liliane; RODRIGUES, Olga Maria Piazentin Rolim. **Educação inclusiva, Desenho Universal para a Aprendizagem e estudantes com Transtorno do Espectro Autista: revisão integrativa da literatura.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 29, e0205, 2023. DOI: 10.1590/1980-54702023v29e0205**.**

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; BELCHIOR, Idênis Glória; SILVA, Francisca Araújo da; RONQUE, Wanessa Delgado Silva; DEMO, Giane. **Neuropsicopedagogia e inclusão: transtornos e distúrbios de aprendizagem e o T21**. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/127056969/NEUROPSICOPEDAGOGIA_E_INCLUS%C3%83O_T. Acesso em: 27 jul. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO SILVA, Eliana Drumond de; SILVA, Cindi Carvalho; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A importância do acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico na intervenção precoce no ambiente clínico para crianças com Transtorno do Espectro Autista**. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/127115147/A_IMPORT%C3%82NCIA_DO_ACOMPANHAMENTO_PSICOPEDAG%C3%93GICO_E_FONOAUDIOL%C3%93GICO_NA_INTERVEN%C3%87%C3%83O_PRECOCE. Acesso em: 27 jul. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; RONQUE, Wanessa Delgado Silva; SANTOS, Eliane Aparecida da Silva; SILVA, Francisca Araújo da; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **O impacto das inovações tecnológicas nas áreas de saúde e educação inclusiva: como as novas tecnologias estão modificando as práticas pedagógicas e as pesquisas nas áreas da educação global e saúde**. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/126987303/O_IMPACTO_DAS_INOVA%C3%87%C3%95ES_TECNOL%C3%93GICAS_NAS_%C3%81REAS_DE_SA%C3%9ADE_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_INCLUSIVA. Acesso em: 28 jul. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; FLORENTINO, Rita de Cássia; SILVA E SILVA, Amanda Jeniffer da; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Gamificação e engajamento acadêmico**. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/126981218/GAMIFICA%C3%87%C3%83O_E_ENGAJAMENTO_ACAD%C3%8AMICO. Acesso em: 28 jul. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A importância da inclusão escolar para crianças autistas: estudo sobre como escolas podem adaptar suas metodologias e ambientes para integrar de forma mais eficaz alunos com autismo**. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126449865/INCLUS%C3%83O_ESCOLAR_PARA_CRIAN%C3%87AS_AUTISTAS. Acesso em: 29 jul. 2026.

LORD, Catherine; BRUGHA, Traolach S.; CHARMAN, Tony et al. **Autism spectrum disorder.** *Nature Reviews Disease Primers*, London, v. 6, n. 1, 2020. DOI: 10.1038/s41572-019-0138-4**.**

PELLICANO, Elizabeth; DEN HOUTING, Jac. **Annual Research Review: Shifting from 'normal science' to neurodiversity in autism science.** *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, Hoboken, v. 63, n. 4, p. 381-396, 2022. DOI: 10.1111/jcpp.13534**.**

YONAHA, Tábata. **A pesquisa documental como ferramenta metodológica na linguística aplicada**. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 40, n. 1, 2024. DOI: 10.1590/1678-460X202440163694.

ZEEDYK, Suzanne M.; BLAKEMORE, Sarah-Jayne. **Supporting inclusive education for autistic learners: Educational implications of neurodiversity.** *Educational Review*, Abingdon, 2023. DOI**:** 10.1080/00131911.2022.2034738**.**

EL AUTISMO NO ES IGUAL PARA TODOS: Comprendiendo la Heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y los Desafíos para una Educación Inclusiva, Equitativa y Basada en las Singularidades del Desarrollo Humano.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) constituye una condición del neurodesarrollo caracterizada por una amplia diversidad de manifestaciones relacionadas con la comunicación, la interacción social, los patrones de comportamiento, el procesamiento sensorial y las formas de aprendizaje. Comprender que el autismo no es igual para todos representa un principio fundamental para superar visiones reduccionistas centradas exclusivamente en déficits o limitaciones. Según la American Psychiatric Association (2022), el TEA se presenta mediante diferentes niveles de apoyo y combinaciones variables de características individuales, lo que evidencia la necesidad de comprender cada trayectoria de desarrollo desde una perspectiva integral y personalizada. La heterogeneidad del espectro exige que los contextos educativos, sociales y familiares reconozcan la singularidad de cada persona, considerando sus capacidades, intereses, desafíos y potencialidades.

La comprensión contemporánea del autismo se ha ampliado desde perspectivas exclusivamente clínicas hacia enfoques fundamentados en la neurodiversidad, los derechos humanos y la inclusión social. Desde esta mirada, cada individuo presenta una forma particular de percibir, interpretar e interactuar con el mundo, lo que requiere prácticas que valoren diferentes maneras de aprender y participar. Pellicano y Den Houting (2022) destacan que la perspectiva de la neurodiversidad promueve un cambio paradigmático al sustituir concepciones basadas en la búsqueda de una “normalización” del funcionamiento neurológico por una comprensión que reconoce las diferencias como parte de la diversidad humana. Así, comprender el autismo significa reconocer que no existe un único perfil autista, sino múltiples posibilidades de desarrollo y expresión.

En el contexto educativo, esta comprensión se vuelve esencial para la construcción de prácticas inclusivas capaces de atender las necesidades específicas de cada estudiante. La escuela contemporánea enfrenta el desafío de garantizar no solamente el acceso de los estudiantes autistas al ambiente escolar, sino también su participación activa, aprendizaje significativo y desarrollo integral. Conforme señalan Hecker y Rodrigues (2023), las estrategias fundamentadas en el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) favorecen ambientes educativos más accesibles al proponer diferentes formas de presentación de los contenidos, múltiples posibilidades de expresión de los conocimientos y variadas formas de participación de los estudiantes. De esta manera, la inclusión deja de ser una adaptación puntual y pasa a constituir un principio estructurante del proceso educativo.

La heterogeneidad del TEA también evidencia la importancia de la personalización de las prácticas pedagógicas. Las estrategias educativas estandarizadas pueden no contemplar la diversidad de perfiles existentes dentro del espectro, haciendo necesario el desarrollo de planificaciones flexibles, evaluaciones continuas e intervenciones individualizadas. De acuerdo con Boyd et al. (2010), los programas educativos y terapéuticos fundamentados en evidencias científicas presentan mejores resultados cuando consideran las características individuales de los sujetos, promoviendo intervenciones planificadas, monitoreadas y ajustadas según las necesidades de cada persona. De esta manera, la práctica educativa basada en evidencias contribuye al fortalecimiento de procesos de aprendizaje más eficaces y humanizados.

La educación inclusiva exige también una actuación colaborativa entre docentes, profesionales especializados, familias y comunidad escolar. La construcción de redes de apoyo posibilita una comprensión amplia del estudiante autista, considerando no solamente aspectos académicos, sino también dimensiones emocionales, sociales, comunicacionales y adaptativas. En este sentido, Ischkanian et al. (2024) destacan que la articulación entre neuropsicopedagogía, inclusión y diferentes áreas del conocimiento favorece prácticas más integradas, capaces de respetar las particularidades de los estudiantes y promover mejores oportunidades de desarrollo.

Las tecnologías asistivas y los recursos digitales representan herramientas importantes para ampliar la autonomía, la comunicación y la participación de los estudiantes con TEA. Los recursos tecnológicos, cuando son utilizados de manera ética y planificada, posibilitan nuevas formas de interacción con los contenidos escolares y contribuyen a superar barreras relacionadas con la comunicación y el acceso al conocimiento. Según Ischkanian et al. (2024), las innovaciones tecnológicas están transformando las prácticas pedagógicas y ampliando las

posibilidades en la educación inclusiva, especialmente cuando se articulan con metodologías centradas en las necesidades individuales de los estudiantes.

Además, estrategias como la gamificación, los ambientes digitales interactivos y las metodologías activas pueden favorecer una mayor participación de los estudiantes autistas en los procesos de aprendizaje. La utilización de estos recursos debe estar vinculada a objetivos pedagógicos claros, considerando los intereses, habilidades y formas de participación de cada estudiante. Según Ischkanian et al. (2024), la gamificación puede contribuir al aumento del compromiso académico al transformar las experiencias de aprendizaje en procesos más interactivos, significativos y motivadores, respetando diferentes estilos cognitivos y formas de participación.

La formación docente constituye otro elemento indispensable para garantizar una educación inclusiva de calidad. Los profesores preparados poseen mayores condiciones para identificar barreras, elaborar estrategias accesibles y promover ambientes pedagógicos acogedores. La formación continua debe contemplar conocimientos sobre desarrollo humano, neurodiversidad, accesibilidad, metodologías inclusivas y prácticas fundamentadas en evidencias científicas. Conforme señalan Ischkanian e Ischkanian (2025), la inclusión escolar de niños autistas depende de la capacidad de las instituciones educativas para adaptar metodologías, ambientes y relaciones pedagógicas con el propósito de favorecer la participación plena de los estudiantes.

Desde el punto de vista metodológico, los estudios sobre autismo y educación inclusiva demuestran la relevancia de las investigaciones bibliográficas y documentales para comprender avances científicos, políticas educativas y prácticas consolidadas en el área. Según Batista (2024) y Evangelista (2022), la investigación documental permite analizar críticamente documentos, políticas y producciones académicas, contribuyendo a comprender cómo determinados conceptos se construyen históricamente y se aplican en diferentes contextos sociales. De esta manera, el conocimiento científico se convierte en un elemento fundamental para orientar decisiones educativas más conscientes y fundamentadas.

El análisis de la literatura evidencia que todavía existen desafíos relacionados con la implementación de la inclusión escolar, especialmente en lo referente a la formación profesional, disponibilidad de recursos, accesibilidad y transformación de las culturas institucionales. Sin embargo, los avances científicos indican caminos prometedores para superar prácticas excluyentes y fortalecer una educación basada en el respeto a las diferencias. Conforme señalan Zeedyk y Blakemore (2023), los ambientes escolares inclusivos deben

reconocer la diversidad de los estudiantes autistas y crear condiciones para que sus capacidades sean valoradas y desarrolladas.

Por lo tanto, comprender que el autismo no es igual para todos significa reconocer que cada persona posee una historia, una forma propia de aprender, comunicarse y participar en la sociedad. Esta comprensión rompe con modelos homogéneos y fortalece una perspectiva educativa basada en la equidad, la accesibilidad y la valoración de las singularidades humanas. La verdadera inclusión ocurre cuando el estudiante deja de ser percibido únicamente por su diagnóstico y pasa a ser comprendido como un sujeto integral, con derechos, potencialidades y posibilidades de desarrollo.

Así, los desafíos para una educación inclusiva, equitativa y basada en las singularidades del desarrollo humano requieren compromiso colectivo, fundamentación científica y prácticas pedagógicas sensibles a la diversidad. El reconocimiento de la pluralidad presente en el espectro autista contribuye a la construcción de escuelas más democráticas, acogedoras y preparadas para garantizar el derecho al aprendizaje de todos. En este escenario, la educación inclusiva representa no solamente una política educativa, sino un compromiso social con la dignidad humana, la participación plena y la valoración de todas las formas de existir y aprender.

Además, la consolidación de espacios educativos inclusivos exige una transformación permanente de las concepciones, actitudes y prácticas que históricamente han limitado la participación de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista. La escuela necesita avanzar hacia modelos pedagógicos que reconozcan las diferencias como elementos enriquecedores del proceso educativo, promoviendo ambientes flexibles, accesibles y colaborativos. La inclusión efectiva ocurre cuando las instituciones desarrollan una cultura de respeto, donde cada estudiante es reconocido por sus capacidades, intereses y posibilidades de desarrollo, y no únicamente por sus características diagnósticas.

En este sentido, invertir en formación docente, investigación científica, políticas públicas inclusivas y recursos educativos accesibles representa un camino esencial para fortalecer prácticas comprometidas con la equidad. El futuro de una educación verdaderamente inclusiva depende de la capacidad de las comunidades escolares para establecer relaciones basadas en la empatía, la cooperación y el reconocimiento de las múltiples formas de aprender y participar. Valorar la singularidad de cada persona con autismo significa construir una sociedad más justa, en la cual la diversidad sea comprendida como una expresión natural de la condición humana y como una oportunidad para ampliar conocimientos.

8 mitos sobre el autismo que ya es hora de dejar atrás

Información clara para la población general

MITO 1

Todos los autistas son iguales

Realidad: el autismo es un espectro. Cada persona tiene fortalezas, necesidades y formas distintas de vivirlo.

MITO 2

Las vacunas causan autismo

Realidad: la evidencia científica no respalda esa idea. El autismo no es provocado por las vacunas.

MITO 3

Las personas autistas no sienten afecto

Realidad: sí sienten emociones, apego y cariño. A veces lo expresan de maneras diferentes.

MITO 4

Autismo significa discapacidad intelectual

Realidad: no siempre. Algunas personas autistas tienen discapacidad intelectual y otras no.

MITO 5

El autismo es una enfermedad

Realidad: es una condición del neurodesarrollo, no una enfermedad que deba "curarse".

MITO 6

Si no habla mucho, no puede comunicarse

Realidad: la comunicación puede ser verbal o no verbal. Existen muchas formas de expresar necesidades e ideas.

MITO 7

Solo los niños varones son autistas

Realidad: también hay niñas, adolescentes y personas adultas autistas. A veces pasan desapercibidas o son diagnosticadas tarde.

MITO 8

No pueden aprender, trabajar o ser independientes

Realidad: con apoyos adecuados, muchas personas autistas estudian, trabajan y desarrollan autonomía.

PARA RECORDAR

Hablar del autismo con respeto ayuda a derribar estigmas. Comprender mejor es el primer paso para una sociedad más inclusiva.

8 MITOS SOBRE EL AUTISMO QUE YA ES HORA DE DEJAR ATRÁS: COMPRENSIÓN DE LA DIVERSIDAD DEL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

Comprender el Trastorno del Espectro Autista (TEA) requiere superar ideas equivocadas que durante mucho tiempo han limitado la percepción social sobre las personas autistas. La información científica actual demuestra que el autismo es una condición del neurodesarrollo caracterizada por una amplia diversidad de manifestaciones, capacidades, necesidades de apoyo y formas de interacción con el mundo. Cada persona autista posee una trayectoria única, con diferentes maneras de comunicarse, aprender, expresar emociones y desarrollar su autonomía. Según la American Psychiatric Association (2022), el TEA se caracteriza por particularidades relacionadas con la comunicación social, los patrones de comportamiento e intereses restringidos o repetitivos, presentándose de manera variable entre los individuos. Por esta razón, no existe un único perfil autista, sino múltiples formas de expresión dentro del espectro. A continuación, se explican detalladamente los principales mitos y realidades que permiten construir una visión más inclusiva, respetuosa y fundamentada científicamente.

El reconocimiento de la heterogeneidad del autismo constituye un principio esencial para la construcción de prácticas sociales y educativas comprometidas con la dignidad humana. Durante décadas, muchas concepciones equivocadas asociaron el autismo exclusivamente con dificultades, generando estereotipos que invisibilizaron las capacidades, talentos y potencialidades de las personas autistas. Lord et al. (2020) señalan que el autismo presenta una complejidad clínica y evolutiva marcada por diferencias significativas entre individuos, lo que exige evaluaciones amplias y una comprensión contextualizada de cada trayectoria de desarrollo. De esta manera, comprender el TEA implica abandonar modelos generalizadores y

reconocer que cada persona posee características propias relacionadas con su historia, ambiente, experiencias educativas y redes de apoyo.

La perspectiva contemporánea de la neurodiversidad ha contribuido significativamente a transformar la manera en que la sociedad comprende el autismo. Esta perspectiva sostiene que las diferencias neurológicas forman parte de la diversidad humana y que las variaciones en la forma de pensar, aprender, sentir y comunicarse no deben ser interpretadas únicamente como déficits. Pellicano y Den Houting (2022) destacan que el enfoque de la neurodiversidad propone superar modelos centrados exclusivamente en la corrección de comportamientos considerados diferentes, promoviendo una comprensión basada en la aceptación, el respeto y la garantía de derechos. Desde esta visión, la persona autista no debe ser reducida a su diagnóstico, sino reconocida como un sujeto integral con identidad, capacidades y posibilidades de participación social.

La eliminación de mitos sobre el autismo también requiere fortalecer la divulgación científica y la alfabetización social sobre el tema. Muchas ideas equivocadas surgen por falta de información adecuada, interpretaciones simplificadas o representaciones sociales limitadas difundidas históricamente. Las investigaciones bibliográficas y documentales desempeñan un papel relevante para analizar cómo los conocimientos científicos se construyen y cómo pueden contribuir a transformar prácticas sociales y educativas. Según Batista (2024) y Evangelista (2022), la investigación documental permite comprender críticamente conceptos, políticas y producciones académicas, favoreciendo interpretaciones fundamentadas sobre fenómenos sociales y educacionales. En este sentido, la información científica constituye una herramienta fundamental para combatir prejuicios y promover una cultura basada en el conocimiento.

En el ámbito educativo, comprender la diversidad del espectro autista representa un desafío y, al mismo tiempo, una oportunidad para transformar las prácticas pedagógicas. La escuela inclusiva debe reconocer que los estudiantes autistas pueden presentar diferentes formas de aprendizaje, comunicación, participación y relación con el conocimiento. Hecker y Rodrigues (2023) destacan que el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) ofrece importantes contribuciones para la inclusión escolar al proponer ambientes flexibles, accesibles y organizados considerando la diversidad de los estudiantes. Esto implica ofrecer múltiples formas de presentar los contenidos, diferentes posibilidades de expresión del aprendizaje y estrategias variadas para favorecer la participación activa de todos.

La superación de los mitos sobre el autismo también está relacionada con la construcción de intervenciones basadas en evidencias científicas. Las prácticas educativas y

terapéuticas necesitan considerar las características individuales de cada persona, evitando propuestas rígidas o generalizadas. Boyd et al. (2010) explican que los programas fundamentados en evidencias presentan mejores resultados cuando son planificados, evaluados y adaptados según las necesidades específicas de cada individuo. En este sentido, la intervención adecuada no busca modificar la esencia de la persona autista, sino proporcionar apoyos que favorezcan su comunicación, autonomía, aprendizaje, bienestar emocional y participación social.

Asimismo, la inclusión de las personas autistas depende de la colaboración entre diferentes áreas del conocimiento, incluyendo educación, salud, familia y comunidad. La actuación interdisciplinaria permite comprender al individuo desde una perspectiva integral, considerando aspectos cognitivos, emocionales, sociales, comunicativos y adaptativos. Ischkanian et al. (2024) señalan que la neuropsicopedagogía y las prácticas inclusivas contribuyen al desarrollo de estrategias más humanizadas, centradas en las potencialidades y necesidades particulares de cada estudiante. De igual manera, Ischkanian et al. (2025) resaltan la importancia del acompañamiento psicopedagógico y fonoaudiológico en procesos de intervención temprana, fortaleciendo oportunidades de desarrollo y aprendizaje.

Las tecnologías asistivas y los recursos digitales también representan herramientas importantes para ampliar las oportunidades de participación de las personas autistas. Cuando son utilizadas de manera planificada, ética y accesible, estas tecnologías pueden favorecer la comunicación, la autonomía y la interacción con los contenidos educativos. Ischkanian et al. (2024) destacan que las innovaciones tecnológicas están modificando las prácticas pedagógicas y ampliando las posibilidades de inclusión en diferentes contextos educativos y sociales. Recursos digitales, aplicaciones comunicativas, ambientes interactivos y metodologías innovadoras pueden contribuir a disminuir barreras y crear experiencias de aprendizaje más significativas.

Por lo tanto, comprender el autismo desde una perspectiva científica e inclusiva significa reconocer que los mitos representan obstáculos para la participación plena de las personas autistas. Ideas como “todos los autistas son iguales”, “las personas autistas no sienten afecto” o “no pueden aprender” generan limitaciones sociales que afectan sus oportunidades de desarrollo. La evidencia científica demuestra que las personas autistas presentan múltiples formas de aprender, comunicarse, establecer vínculos y construir autonomía. La sociedad tiene el desafío de sustituir prejuicios por conocimiento, promoviendo espacios donde la diversidad sea comprendida como una característica natural de la humanidad.

En este proceso, la educación inclusiva ocupa un lugar fundamental, ya que constituye uno de los principales espacios para garantizar derechos, participación y desarrollo integral. La escuela debe convertirse en un ambiente donde las diferencias no sean vistas como problemas, sino como elementos que enriquecen la convivencia y amplían las posibilidades de aprendizaje colectivo. Zeedyk y Blakemore (2023) destacan que los ambientes educativos inclusivos necesitan reconocer las características individuales de los estudiantes autistas y proporcionar condiciones adecuadas para que puedan desarrollar sus capacidades.

La construcción de una sociedad más inclusiva requiere compromiso colectivo, formación profesional continua, políticas públicas efectivas y prácticas fundamentadas en evidencias científicas. Comprender el autismo implica reconocer que cada persona posee una manera particular de percibir, interpretar y participar en el mundo. La inclusión verdadera ocurre cuando los apoyos se organizan alrededor de las necesidades del individuo y no cuando se espera que todas las personas se adapten a un único modelo de aprendizaje o comportamiento.

Superar los mitos sobre el Trastorno del Espectro Autista representa un paso esencial para fortalecer una cultura de respeto, equidad y valoración de la diversidad humana. El autismo no define completamente a una persona, sino que forma parte de una identidad más amplia compuesta por historias, talentos, emociones, relaciones y proyectos de vida. Reconocer la singularidad de cada individuo permite construir comunidades más justas, escuelas más accesibles y sociedades capaces de garantizar que todas las personas tengan oportunidades reales de aprender, participar y desarrollar plenamente sus potencialidades.

MITO 1: “Todos los autistas son iguales”

Realidad: El autismo es un espectro. Cada persona tiene fortalezas, necesidades y formas distintas de vivir.

Uno de los mayores errores sobre el autismo es pensar que todas las personas autistas presentan las mismas características, comportamientos o necesidades. El concepto de “espectro” indica precisamente que existe una gran variedad de perfiles dentro del diagnóstico. Algunas personas pueden presentar mayores dificultades en la comunicación verbal, mientras que otras desarrollan un lenguaje fluido; algunas pueden necesitar apoyos intensivos durante toda la vida, mientras que otras alcanzan altos niveles de independencia.

Según la American Psychiatric Association (2022), el Trastorno del Espectro Autista comprende diferentes niveles de apoyo y combinaciones diversas de características

relacionadas con la comunicación social, los patrones de comportamiento y la sensibilidad sensorial. Por ello, no existe una única forma de ser autista.

Comprender esta heterogeneidad permite abandonar comparaciones injustas como "mi hijo es autista y hace esto, entonces todos deberían hacerlo igual". Cada persona posee una historia de desarrollo, contexto familiar, experiencias educativas, habilidades cognitivas y formas particulares de relacionarse con el ambiente.

La inclusión comienza cuando dejamos de buscar un "modelo de autista ideal" y comprendemos que cada individuo debe ser valorado desde sus propias capacidades, intereses y posibilidades de desarrollo.

MITO 2: "Las vacunas causan autismo"

Realidad: La evidencia científica no respalda esa idea. El autismo no es provocado por las vacunas.

Este mito ha sido ampliamente estudiado y refutado por la comunidad científica internacional. Diversas investigaciones realizadas durante décadas demostraron que no existe relación causal entre la vacunación y el desarrollo del autismo.

El autismo es una condición relacionada con factores genéticos y del neurodesarrollo, cuya manifestación ocurre durante las primeras etapas da formação humana. Las vacunas tienen como objetivo prevenir enfermedades infecciosas y no modifican el desarrollo neurológico de una persona provocando autismo.

La difusión de esta información falsa ha generado consecuencias negativas, como la disminución de la confianza en programas de vacunación y el aumento del riesgo de enfermedades prevenibles. Por ello, es fundamental que las familias tengan acceso a información científica confiable.

La comprensión adecuada del autismo debe estar basada en investigaciones rigurosas, evitando explicaciones simplistas que pueden generar miedo, culpa o discriminación.

MITO 3: "Las personas autistas no sienten afecto"

Realidad: Sí sienten emociones, apego y cariño. A veces lo expresan de maneras diferentes.

Otro mito frecuente es considerar que las personas autistas no tienen sentimientos o no pueden establecer vínculos afectivos. Esta idea es incorrecta y surge principalmente de una interpretación limitada sobre las diferentes formas de comunicación emocional.

Las personas autistas sienten amor, amistad, alegría, tristeza, preocupación y necesidad de conexión social. Sin embargo, pueden expresar sus emociones de maneras distintas a las expectativas tradicionales de la sociedad.

Por ejemplo, algunas personas pueden demostrar afecto mediante acciones, compartir intereses, buscar la presencia de alguien importante o ayudar en situaciones específicas, aunque no expresen cariño mediante contacto físico o palabras frecuentes.

La neurodiversidad invita a comprender que existen múltiples formas de comunicación emocional. La ausencia de una expresión afectiva convencional no significa ausencia de sentimientos.

MITO 4: "El autismo significa discapacidad intelectual"

Realidad: No siempre. Algunas personas autistas tienen discapacidad intelectual y otras no.

Durante mucho tiempo se relacionó equivocadamente el autismo con la discapacidad intelectual. Actualmente se reconoce que estas condiciones pueden coexistir, pero no son equivalentes.

Muchas personas autistas poseen habilidades cognitivas dentro o por encima del promedio, desarrollando talentos específicos en áreas como tecnología, matemáticas, arte, memoria, análisis de información o creatividad.

Al mismo tiempo, algunas personas dentro del espectro pueden presentar discapacidad intelectual y requerir apoyos diferenciados para desarrollar habilidades académicas, sociales y adaptativas.

Por esta razón, la evaluación debe considerar múltiples dimensiones del desarrollo y evitar conclusiones basadas únicamente en el diagnóstico de autismo.

La educación inclusiva debe centrarse en las potencialidades del estudiante, proporcionando apoyos adecuados para favorecer su aprendizaje y participación.

MITO 5: "El autismo es una enfermedad"

Realidad: Es una condición del neurodesarrollo, no una enfermedad que deba ser "curada".

El autismo no debe ser entendido como una enfermedad porque no representa una alteración que deba ser eliminada o curada. Se trata de una condición del neurodesarrollo que forma parte de la diversidad humana.

La perspectiva actual busca sustituir modelos centrados exclusivamente en déficits por enfoques que reconozcan las capacidades, derechos y necesidades de apoyo de cada persona.

Esto no significa negar las dificultades que algunas personas autistas pueden enfrentar. Muchas necesitan apoyos especializados en comunicación, aprendizaje, regulación emocional, autonomía y participación social.

La meta de las intervenciones no debe ser transformar a la persona autista en alguien diferente, sino favorecer su bienestar, calidad de vida, autonomía y participación plena en la sociedad.

MITO 6: "Si no habla mucho, no puede comunicarse"

Realidad: La comunicación puede ser verbal o no verbal. Existen muchas formas de expresar necesidades e ideas.

La comunicación humana va mucho más allá del lenguaje oral. Algunas personas autistas pueden comunicarse mediante palabras, mientras que otras utilizan sistemas alternativos o aumentativos de comunicación.

Recursos como imágenes, pictogramas, dispositivos electrónicos, gestos, expresiones corporales y tecnologías asistivas pueden favorecer la expresión de pensamientos, emociones y necesidades.

La ausencia de habla no significa ausencia de comprensión, inteligencia o deseo de interacción. Muchas personas no verbales poseen una rica vida emocional y formas propias de comunicarse.

La escuela y la familia tienen un papel fundamental al ofrecer diferentes oportunidades comunicativas, respetando el ritmo y las características individuales de cada persona.

MITO 7: "Solo los niños varones son autistas"

Realidad: También existen niñas, adolescentes y personas adultas autistas.

Durante muchos años, el autismo fue identificado principalmente en niños varones, lo que provocó que muchas niñas y mujeres permanecieran sin diagnóstico o fueran diagnosticadas tardíamente.

Las investigaciones actuales muestran que las manifestaciones del autismo pueden presentarse de manera diferente según la persona, el contexto social y las estrategias utilizadas para adaptarse al ambiente.

Algunas niñas desarrollan mecanismos de compensación social que pueden ocultar características autistas, dificultando la identificación temprana.

Reconocer el autismo en diferentes edades y géneros permite garantizar acceso a apoyos adecuados y evitar que muchas personas pasen años enfrentando dificultades sin comprensión ni acompañamiento.

MITO 8: "Las personas autistas no pueden aprender, trabajar o ser independientes"

Realidad: Con apoyos adecuados, muchas personas autistas estudian, trabajan y desarrollan autonomía.

Este mito limita profundamente las oportunidades de las personas autistas porque presupone incapacidad antes de conocer sus habilidades y potencialidades.

La evidencia científica demuestra que, con apoyos adecuados, ambientes accesibles y oportunidades educativas, muchas personas autistas desarrollan competencias académicas, profesionales y sociales.

La autonomía no significa que todas las personas deben alcanzar exactamente los mismos niveles de independencia, sino que cada individuo pueda participar en la sociedad de acuerdo con sus capacidades y recibir los apoyos necesarios.

La educación inclusiva, la formación profesional, las tecnologías asistivas y las redes de apoyo son elementos esenciales para favorecer trayectorias de vida más autónomas y satisfactorias.

HABLAR DEL AUTISMO CON RESPETO CONSTITUYE UN PASO FUNDAMENTAL PARA SUPERAR PREJUICIOS HISTÓRICOS Y FORTALECER UNA SOCIEDAD BASADA EN LA INCLUSIÓN.

Hablar del autismo con respeto constituye un paso fundamental para superar prejuicios históricos y fortalecer una sociedad basada en la inclusión, la equidad y el reconocimiento de la diversidad humana. Comprender el Trastorno del Espectro Autista (TEA) implica reconocer que cada persona presenta una trayectoria singular de desarrollo, con diferentes formas de aprender, comunicarse, expresar emociones, establecer relaciones y participar activamente en los espacios sociales. La mirada contemporánea sobre el autismo invita a abandonar interpretaciones reduccionistas y a comprender la complejidad de cada sujeto como un ser único e irrepetible.

La verdadera inclusión comienza cuando dejamos de observar únicamente el diagnóstico clínico y pasamos a valorar integralmente a la persona, considerando sus

habilidades, intereses, necesidades, sueños, formas de interacción y posibilidades de crecimiento. Un diagnóstico proporciona información importante para orientar apoyos adecuados, pero nunca debe convertirse en una etiqueta que limite las oportunidades de participación social, educativa y profesional. La persona autista debe ser reconocida antes que nada como un sujeto de derechos, con identidad propia y capacidad permanente de desarrollo.

El autismo no define todo lo que una persona es. Cada individuo representa una combinación única de características cognitivas, emocionales, sensoriales, comunicativas y sociales que construyen su manera particular de experimentar el mundo. Reducir una persona a su condición diagnóstica significa ignorar su historia, sus conquistas, sus talentos y sus potencialidades. Por ello, la educación inclusiva requiere una transformación de las prácticas sociales, sustituyendo la visión centrada en la limitación por una perspectiva basada en capacidades y posibilidades.

Comprender la diversidad dentro del espectro autista es esencial para desarrollar ambientes verdaderamente inclusivos. No existe una única forma de ser autista, ya que las manifestaciones pueden variar significativamente entre individuos. Algunas personas pueden presentar mayores necesidades de apoyo en comunicación y autonomía, mientras que otras desarrollan estrategias propias para desenvolverse en diferentes contextos. Esta diversidad demuestra que el TEA debe ser comprendido desde una perspectiva amplia, humana y respetuosa.

La inclusión educativa de estudiantes autistas exige superar modelos tradicionales basados únicamente en la adaptación del alumno al sistema escolar. La escuela debe transformarse para responder a la diversidad, creando estrategias pedagógicas flexibles, accesibles y fundamentadas en las características individuales de cada estudiante. El proceso educativo inclusivo reconoce que aprender no ocurre de una única manera y que diferentes caminos pueden conducir al desarrollo de competencias y aprendizajes significativos.

El respeto hacia las personas autistas implica comprender sus formas particulares de comunicación y expresión. Algunas personas pueden utilizar el lenguaje oral como principal recurso comunicativo, mientras que otras pueden beneficiarse de sistemas alternativos y aumentativos de comunicación. Lo importante no es imponer una única forma de comunicación, sino garantizar que cada persona tenga oportunidades reales de expresar pensamientos, sentimientos, deseos y necesidades.

La sociedad inclusiva se construye cuando reconoce que las diferencias humanas no representan obstáculos, sino elementos que enriquecen la convivencia colectiva. La diversidad

neurológica forma parte de la experiencia humana y requiere políticas públicas, prácticas educativas y actitudes sociales que promuevan accesibilidad, participación y respeto. Incluir no significa solamente permitir la presencia física, sino garantizar pertenencia, protagonismo y reconocimiento social.

En el contexto escolar, la inclusión del estudiante con TEA requiere planificación individualizada, observación constante y colaboración entre profesores, familias y equipos especializados. Cada estrategia pedagógica debe considerar los intereses del estudiante, sus formas de aprendizaje, sus recursos comunicativos y sus necesidades de apoyo. La personalización de la enseñanza favorece la autonomía y fortalece la confianza del estudiante en sus propias capacidades.

La familia desempeña un papel esencial en el proceso de inclusión, porque constituye uno de los principales espacios de construcción de identidad y seguridad emocional. La participación familiar permite comprender mejor la historia del estudiante, sus preferencias, sus avances y los desafíos que enfrenta diariamente. La colaboración entre escuela y familia fortalece acciones educativas coherentes y humanizadas.

Hablar del autismo desde una perspectiva inclusiva también significa reconocer la importancia de combatir la discriminación y los estereotipos. Muchas personas autistas todavía enfrentan barreras sociales derivadas de la falta de información y de interpretaciones equivocadas sobre sus comportamientos. La educación para la diversidad debe promover conocimiento científico, empatía y respeto desde los primeros años de escolarización.

Las diferencias sensoriales presentes en algunas personas autistas deben ser comprendidas como parte de su experiencia individual. Ambientes con exceso de estímulos, cambios inesperados o falta de organización pueden generar dificultades para algunos estudiantes. Por ello, adaptar los espacios educativos y sociales representa una acción de accesibilidad que favorece la participación plena y reduce barreras innecesarias.

La inclusión no debe entenderse como una acción asistencialista, sino como una garantía de derechos humanos. Las personas autistas tienen derecho a una educación de calidad, a participar en la sociedad, a desarrollar su autonomía y a construir proyectos de vida conforme a sus intereses y posibilidades. Reconocer estos derechos implica transformar prácticas institucionales y sociales que históricamente produjeron exclusión.

La neurodiversidad aporta una nueva manera de comprender las diferencias humanas, destacando que los diversos perfiles neurológicos forman parte de la riqueza de la humanidad. Desde esta perspectiva, el autismo deja de ser visto únicamente desde las dificultades y

comienza a ser comprendido también desde las capacidades, formas alternativas de pensamiento y contribuciones que las personas autistas pueden ofrecer a la sociedad.

La educación inclusiva requiere profesionales preparados para identificar potencialidades y construir intervenciones pedagógicas significativas. La formación docente continua es indispensable para que los educadores comprendan el TEA desde fundamentos científicos y desarrollen prácticas alejadas del prejuicio y de la improvisación. Un profesor informado puede convertirse en un agente transformador capaz de favorecer la participación y el aprendizaje de todos los Estudiantes.

Cada persona autista posee una trayectoria propia de desarrollo que debe ser acompañada con respeto, paciencia y expectativas positivas. Las intervenciones educativas deben centrarse en ampliar oportunidades, fortalecer habilidades y promover independencia progresiva. La finalidad no es cambiar la esencia del individuo, sino proporcionar recursos para que pueda desenvolverse en diferentes ambientes con mayor autonomía y bienestar.

La valoración de los intereses personales de los estudiantes autistas constituye una estrategia importante para favorecer aprendizajes significativos. Cuando la enseñanza incorpora elementos relacionados con las preferencias del estudiante, aumenta la motivación y se crean conexiones más profundas con los contenidos escolares. La educación inclusiva debe reconocer que la individualización no representa privilegio, sino una condición necesaria para garantizar igualdad de oportunidades.

La sociedad necesita comprender que incluir a una persona autista significa reconocer su humanidad completa. Antes de cualquier diagnóstico existe una persona con sentimientos, experiencias, deseos, relaciones y sueños. La mirada inclusiva propone sustituir la pregunta “¿qué puede o no puede hacer una persona con autismo?” por “¿qué apoyos necesita para desarrollar todo su potencial?”

El respeto hacia las personas autistas también implica escuchar sus propias voces y considerar sus experiencias. La inclusión auténtica no puede construirse solamente desde perspectivas externas; debe incorporar la participación activa de las personas autistas en las decisiones que afectan sus vidas. El protagonismo fortalece la autonomía y garantiza que las acciones sociales respondan realmente a sus necesidades.

Las tecnologías asistivas y los recursos pedagógicos innovadores pueden ampliar las posibilidades de comunicación, aprendizaje y participación de personas autistas. Sin embargo, estos recursos deben utilizarse como herramientas de apoyo y no como sustitutos de la

interacción humana. La tecnología adquiere verdadero valor cuando está integrada a una práctica educativa sensible, ética y centrada en la persona.

La inclusión del autismo representa un compromiso colectivo que involucra familias, instituciones educativas, profesionales y toda la sociedad. Cada acción orientada al respeto y la accesibilidad contribuye a construir espacios donde las diferencias sean comprendidas como parte natural de la condición humana. Una sociedad inclusiva no elimina las diferencias; aprende a convivir con ellas y a valorarlas (Rodrigues et al., 2026, grifo próprio do autor).

La comprensión del autismo desde una perspectiva humanizada permite avanzar hacia prácticas educativas más justas y democráticas. La escuela inclusiva debe ser un espacio donde todos los estudiantes tengan la oportunidad de aprender, participar y sentirse reconocidos. La diversidad no debe ser considerada una dificultad del sistema educativo, sino una oportunidad para innovar y mejorar las prácticas pedagógicas.

Reconocer las potencialidades de las personas autistas significa romper con modelos históricos centrados exclusivamente en déficits. Cada conquista, cada habilidad desarrollada y cada forma particular de expresión representan avances que deben ser valorados. La educación y la sociedad tienen la responsabilidad ética de crear condiciones para que estas potencialidades puedan manifestarse plenamente.

La construcción de una cultura inclusiva depende de cambios profundos en las actitudes, lenguajes y prácticas sociales. Hablar del autismo con respeto es una forma de defender la dignidad humana y promover relaciones más solidarias. La información científica, la sensibilidad y la convivencia cotidiana son caminos fundamentales para reducir barreras y ampliar oportunidades.

Comprender el autismo significa reconocer que cada persona tiene un valor propio que supera cualquier clasificación diagnóstica. El TEA forma parte de la identidad de algunas personas, pero nunca limita la totalidad de lo que son. Cada individuo posee una historia, una voz, capacidades y posibilidades que merecen ser respetadas y estimuladas.

AUTISMO, INCLUSIÓN Y VALORACIÓN DE LA SINGULARIDAD HUMANA.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

Comprender el Trastorno del Espectro Autista (TEA) exige una transformación de la mirada social, educativa y humana, en la cual la persona sea reconocida más allá del diagnóstico. El autismo constituye una condición del neurodesarrollo que se manifiesta de diferentes maneras, involucrando características particulares relacionadas con la comunicación, la interacción social, el procesamiento sensorial y los procesos de aprendizaje. Sin embargo, ninguna característica diagnóstica debe limitar la comprensión integral del individuo, ya que cada persona posee una trayectoria única, construida a partir de experiencias, emociones, capacidades y posibilidades permanentes de desarrollo.

> La verdadera inclusión se construye cuando la sociedad deja de observar únicamente las dificultades y comienza a reconocer las habilidades, intereses, sueños y contribuciones de las personas autistas. Respetar la diversidad significa garantizar oportunidades equitativas, promover accesibilidad y crear ambientes que favorezcan la autonomía, la participación y el sentimiento de pertenencia. La persona autista debe ser comprendida como un sujeto de derechos, con identidad propia, historia personal y potencialidades que merecen ser estimuladas y valoradas. (Amorim, 2026, grifo propio del autor).

El autismo debe ser comprendido desde una perspectiva inclusiva, humanizada y fundamentada en el respeto a la diversidad humana. Cada estudiante autista presenta una forma singular de aprender, comunicarse, relacionarse y participar en el mundo, lo que hace indispensable una educación capaz de reconocer sus características individuales y sus potencialidades. La escuela inclusiva no debe buscar modificar la esencia del estudiante, sino construir estrategias pedagógicas que favorezcan su desarrollo integral y respeten sus diferentes formas de expresión.

> Las prácticas educativas dirigidas a personas con TEA requieren planificación individualizada, observación constante y valorización de las habilidades existentes. La inclusión no representa solamente la presencia física del estudiante en el aula, sino la garantía de participación activa, aprendizaje significativo, convivencia respetuosa y construcción progresiva de autonomía. Reconocer al estudiante en su totalidad permite desarrollar una educación más justa, democrática y transformadora, donde cada persona tenga la oportunidad de avanzar según sus propias posibilidades. (Ischkanian, 2026, grifo propio del autor).

La comprensión del autismo requiere superar modelos centrados exclusivamente en las dificultades y avanzar hacia una visión que reconozca la diversidad de formas de pensar, sentir, aprender e interactuar. El Trastorno del Espectro Autista presenta una amplia variedad de manifestaciones, demostrando que no existe una única manera de ser autista. Cada persona posee características propias relacionadas con su desarrollo cognitivo, emocional, comunicativo y social.

> La inclusión de las personas con TEA depende de la construcción de una sociedad preparada para reconocer diferencias y proporcionar condiciones adecuadas de participación. La colaboración entre familias, escuelas y profesionales resulta fundamental para garantizar apoyos efectivos, respeto y oportunidades de desarrollo. Valorar la singularidad humana significa comprender que las diferencias no representan obstáculos, sino expresiones legítimas de la diversidad que enriquecen la convivencia social**.** (Cabral, 2026, grifo propio del autor).

Reconocer a la persona autista como un ser integral representa un principio fundamental para la construcción de una sociedad verdaderamente inclusiva. El diagnóstico del TEA debe ser entendido como una herramienta que permite identificar necesidades de apoyo y organizar estrategias adecuadas, pero nunca debe transformarse en una definición absoluta sobre la identidad o las capacidades de una persona. Cada individuo posee una historia, emociones, intereses, talentos y objetivos que deben ser respetados.

> La educación inclusiva cumple un papel esencial en la promoción de la igualdad de oportunidades, porque permite que los estudiantes autistas desarrollen sus competencias en ambientes preparados para atender diferentes formas de aprendizaje. La valorización de las características individuales favorece relaciones más empáticas y fortalece una cultura educativa basada en el respeto, la equidad y la participación plena de todos los estudiantes. **(**Guimarães de Almeida, 2026, grifo propio del autor).

La inclusión de las personas autistas representa un compromiso ético con la garantía de los derechos humanos y con la creación de espacios sociales y educativos accesibles, acogedores y respetuosos. La sociedad necesita comprender que la diversidad neurológica forma parte de la condición humana y que cada persona posee maneras particulares de percibir, interpretar, aprender y expresar sus experiencias.

> El respeto al desarrollo de las personas con TEA requiere prácticas orientadas hacia la valoración de sus potencialidades y la disponibilidad de apoyos adecuados para favorecer su autonomía. Cuando la escuela, la familia y la comunidad reconocen las capacidades individuales, aumentan las posibilidades de participación social y disminuyen las barreras que históricamente han limitado la inclusión y el reconocimiento de las personas autistas. (Nascimento de Carvalho, 2026, grifo propio del autor).

La comprensión del autismo desde una perspectiva inclusiva requiere reconocer que cada persona presenta una trayectoria propia de desarrollo, con diferentes formas de comunicación, aprendizaje, interacción social y expresión emocional. El Trastorno del Espectro Autista no debe ser interpretado únicamente desde sus desafíos, sino también desde las múltiples capacidades que pueden desarrollarse cuando existen ambientes adecuados, apoyos individualizados y oportunidades reales de participación.

> Promover la inclusión significa garantizar que las personas autistas tengan acceso a experiencias educativas, familiares y sociales que respeten sus particularidades y fortalezcan su autonomía. La construcción de espacios inclusivos depende de actitudes basadas en el conocimiento, la empatía y la eliminación de prejuicios, permitiendo que cada individuo sea valorado por sus capacidades, sus conquistas y su contribución única a la sociedad. (Sy Nascimento de Carvalho, 2026, grifo propio del autor).

Hablar del autismo implica reconocer la importancia de una sociedad que comprenda la diversidad como una característica natural de la humanidad. Las personas autistas poseen diferentes formas de percibir el mundo, organizar sus pensamientos, expresar sentimientos y establecer relaciones. Estas particularidades no deben ser vistas como impedimentos, sino como elementos que forman parte de la identidad y de la experiencia individual de cada sujeto.

> La inclusión auténtica requiere superar estereotipos y crear oportunidades para que las personas con TEA participen activamente en los diferentes espacios sociales. El respeto, la accesibilidad y la valoración de las potencialidades son fundamentos esenciales para garantizar una convivencia más justa. Reconocer la singularidad de cada persona permite construir relaciones donde las diferencias sean comprendidas como posibilidades de aprendizaje y enriquecimiento colectivo. (G. Carvalho, 2026, grifo próprio do autor).

La inclusión de las personas autistas representa un proceso continuo de transformación social que exige cambios en las formas de comprender, acompañar y garantizar derechos. El autismo no puede ser reducido a dificultades o limitaciones, porque cada persona presenta habilidades, intereses y potencialidades.

> La construcción de una sociedad inclusiva depende de la eliminación de barreras físicas, comunicativas, pedagógicas y actitudinales que dificultan la participación plena. Respetar a las personas con TEA significa reconocer su autonomía, escuchar sus necesidades y promover condiciones para que puedan desarrollar sus proyectos de vida con dignidad, seguridad y participación social. (S.G. Ischkanian, 2026, grifo próprio do autor).

Comprender el autismo desde una perspectiva humanizada significa reconocer que detrás de cada diagnóstico existe una persona con sentimientos, experiencias, sueños y capacidades propias. La mirada inclusiva invita a sustituir prácticas centradas únicamente en las dificultades por acciones que valoren las fortalezas individuales y estimulen el desarrollo integral de cada persona.

> En el ámbito educativo y social, la inclusión requiere planificación, sensibilidad y compromiso colectivo. Las estrategias deben considerar las características particulares de cada individuo, respetando sus tiempos, formas de aprendizaje y necesidades de apoyo. Cuando se crean ambientes acogedores y accesibles, las personas autistas encuentran mayores posibilidades de expresar sus habilidades y participar plenamente en la comunidad. (Drumond de Carvalho Silva, 2026, grifo próprio do autor).

El reconocimiento de la diversidad autista constituye un elemento esencial para la construcción de prácticas sociales más equitativas y respetuosas. Cada persona dentro del espectro presenta una combinación única de características, experiencias y formas de interacción con el mundo. Por esta razón, las acciones de inclusión deben partir del conocimiento individualizado y del respeto por la identidad de cada sujeto.

> Una sociedad verdaderamente inclusiva es aquella que garantiza que las personas autistas sean aceptadas, escuchadas y valoradas en todos los espacios de convivencia. La inclusión no debe limitarse a la integración física, sino que debe promover participación, autonomía, aprendizaje y reconocimiento social. Respetar el autismo significa reconocer la dignidad humana y defender el derecho de cada persona a desarrollar plenamente sus capacidades.(Rodrigues, 2026, grifo próprio do autor).

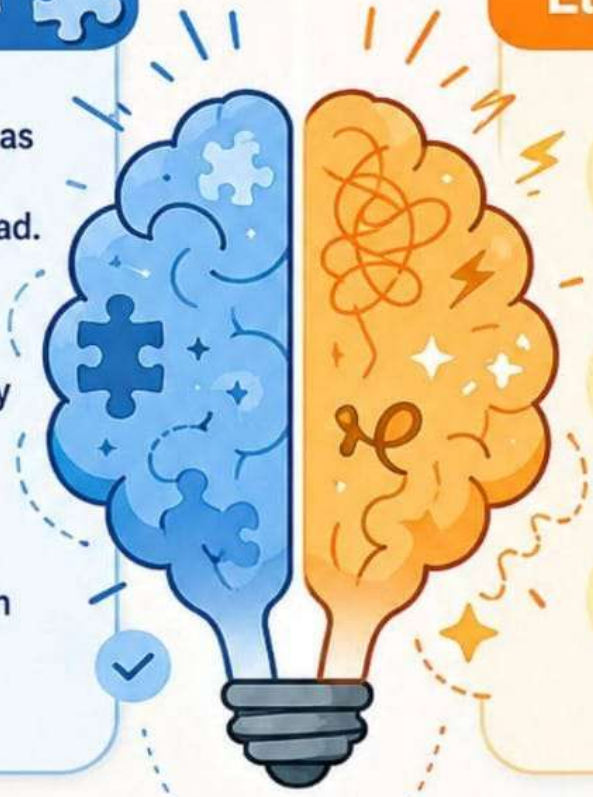
El autismo representa una expresión de la diversidad humana que requiere comprensión, respeto y compromiso social, reconociendo que cada persona posee una forma única de aprender, comunicarse, sentir y participar en el mundo. Todos los autores participantes destacan la importancia de mirar primero a la persona y no únicamente al diagnóstico, valorando sus capacidades, emociones, historias de vida, intereses y posibilidades de desarrollo. Una perspectiva inclusiva implica superar prejuicios, fortalecer la empatía y garantizar espacios donde las personas autistas puedan ejercer plenamente sus derechos y participar activamente en la sociedad.

La inclusión verdadera surge cuando las diferencias dejan de ser vistas como obstáculos y pasan a ser comprendidas como elementos fundamentales de una sociedad plural, democrática y humanizada. Respetar la singularidad de cada individuo significa construir ambientes accesibles, educativos y sociales que favorezcan la autonomía, la participación y el bienestar.

El Choque Diario del AuDHD

El lado Autista

- Necesita rutinas estrictas para sentir seguridad.
- Busca la previsibilidad y el orden.
- Se satura fácilmente con estímulos del entorno.



El lado TDAH

- Se aburre al instante con la rutina.
- Busca dopamina de forma urgente a través de la novedad.
- Es propenso a la impulsividad y al caos creativo.

La intersección / El día a día

- Haces planes y listas perfectas (Autismo), pero eres incapaz de empezar las tareas (TDAH).
- Deseas desesperadamente hacer algo nuevo (TDAH), pero te genera una enorme ansiedad romper tu rutina (Autismo).

No es falta de voluntad, es un cerebro manejando dos sistemas operativos a la vez.
¡Guarda esta publicación si te identificas!

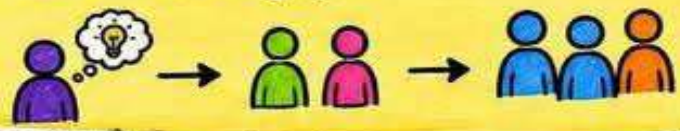
Técnicas de aprendizaje cooperativo

1. Rompecabezas (Jigsaw)

Cada integrante del equipo se especializa en una parte del tema y luego lo enseña a sus compañeros.

2. Cabezas juntas (Think-Pair-Share)

Los alumnos piensan sobre un tema, lo comentan en parejas y después comparten sus ideas con el grupo.



3. Mesa redonda

Los integrantes del equipo comparten sus ideas en turnos, respetando el orden y escuchando activamente.

4. Equipos de investigación

Los equipos eligen un tema, investigan, analizan la información y presentan sus hallazgos al grupo.

5. Tormenta de ideas

En equipo, los alumnos aportan ideas libremente sobre un tema para encontrar soluciones creativas.

6. Folio giratorio

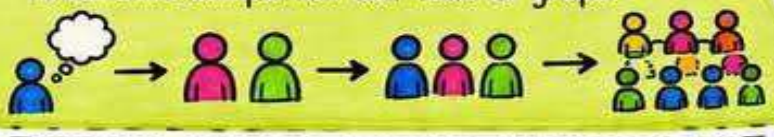
Cada integrante del equipo escribe una idea en su hoja, la pasa a su compañero y continúa con las ideas de los demás.

7. Grupos de expertos

Los alumnos se reúnen con otros de diferentes equipos que tienen el mismo tema para profundizar y luego enseñarlo a su grupo original.

8. 1-2-4 (Uno-Dos-Cuatro)

Piensan individualmente, lo comentan en parejas, luego en equipos de cuatro y finalmente comparten con todo el grupo.



TÉCNICAS DE APRENDIZAJE COOPERATIVO: EXPLICACIÓN Y EJEMPLOS PRÁCTICOS PARA APRENDER.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

El aprendizaje cooperativo es una metodología educativa en la cual los estudiantes trabajan juntos para construir conocimientos, resolver problemas y desarrollar habilidades cognitivas, sociales y emocionales. Según Evangelista (2022), esta metodología se diferencia del trabajo grupal tradicional porque no se limita a la división de tareas entre los participantes, sino que establece una organización basada en responsabilidades individuales y colectivas, garantizando que todos los estudiantes tengan una participación activa en el proceso educativo. Desde esta perspectiva, el aprendizaje ocurre no solamente mediante la relación del estudiante con los contenidos curriculares, sino también a través del intercambio de experiencias, estrategias y conocimientos construidos con sus compañeros.

La propuesta del aprendizaje cooperativo parte del principio de que los estudiantes pueden asumir un papel protagonista cuando participan en ambientes educativos estructurados y colaborativos. Braucks et al. (2025) explican que la construcción colectiva del conocimiento favorece el desarrollo de competencias fundamentales como la comunicación, el liderazgo, la resolución de conflictos, la escucha activa y el respeto por diferentes puntos de vista. De esta manera, el aprendizaje deja de comprenderse como una actividad individual y pasa a constituirse como un proceso social, dinámico y significativo, donde las interacciones entre los estudiantes contribuyen directamente a la formación académica y humana.

Desde esta perspectiva, la metodología cooperativa favorece la comunicación, la colaboración, el pensamiento crítico, la autonomía y el reconocimiento de diferentes formas de aprender. Ischkanian et al. (2024) destacan que cada estudiante aporta conocimientos previos,

experiencias personales y capacidades particulares, fortaleciendo una dinámica educativa donde las diferencias individuales dejan de ser obstáculos y pasan a representar elementos enriquecedores para el aprendizaje colectivo. Por ello, el objetivo del aprendizaje cooperativo no se limita al cumplimiento de una tarea determinada, sino que busca desarrollar procesos participativos donde todos los estudiantes tengan oportunidades reales de aprendizaje y crecimiento.

En el campo de la educación inclusiva, el aprendizaje cooperativo adquiere especial relevancia porque responde a la necesidad de construir ambientes escolares capaces de atender la diversidad humana. Hecker y Rodrigues (2023) señalan que los estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) pueden beneficiarse de experiencias colaborativas cuidadosamente organizadas, ya que estas favorecen la comunicación funcional, la interacción social y la participación en actividades compartidas. En este sentido, la cooperación entre pares puede convertirse en un recurso pedagógico capaz de ampliar las oportunidades de inclusión, siempre considerando las características individuales de cada estudiante.

La inclusión educativa implica superar prácticas centradas exclusivamente en las dificultades del estudiante y avanzar hacia modelos que eliminen barreras para la participación y el aprendizaje. En consonancia con esta perspectiva, Zeedyk y Blakemore (2023) relacionan el aprendizaje cooperativo con los principios del Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA), debido a que ambas propuestas defienden la creación de múltiples formas de acceso, participación y expresión del conocimiento. Así, cuando el docente organiza experiencias cooperativas diversificadas, permite que estudiantes con diferentes perfiles cognitivos, comunicativos y sociales encuentren caminos adecuados para desarrollar sus potencialidades.

En el caso específico de estudiantes con autismo, la aplicación del aprendizaje cooperativo requiere planificación pedagógica, considerando intereses, formas de comunicación, necesidades sensoriales y niveles de apoyo necesarios. Boyd, Odom, Humes y Sam (2010) resaltan que las prácticas educativas dirigidas a estudiantes con TEA deben fundamentarse en ambientes estructurados, previsibles y organizados, donde las estrategias sean adaptadas a las características individuales. Por ello, la formación de grupos pequeños, la distribución clara de funciones y el uso de apoyos visuales pueden facilitar la participación efectiva y reducir dificultades relacionadas con la interacción social.

La aplicación del aprendizaje cooperativo en contextos inclusivos requiere estrategias organizadas que permitan la participación equitativa de todos los estudiantes. Entre las diferentes técnicas existentes, la estrategia del rompecabezas (Jigsaw) se destaca por promover

la responsabilidad individual dentro de una construcción colectiva del conocimiento. Ischkanian e Ischkanian (2025) explican que esta dinámica divide un contenido en diferentes partes, atribuyendo a cada estudiante la responsabilidad de comprender y posteriormente compartir una sección específica con sus compañeros. Este proceso fortalece la autonomía, la confianza y la autoestima académica, ya que cada participante comprende que su contribución es indispensable para que el grupo alcance una comprensión integral del tema estudiado.

Además de favorecer la adquisición de conocimientos, la técnica Jigsaw contribuye al desarrollo de habilidades sociales, porque estimula la escucha, el diálogo y la valoración de las capacidades de cada integrante. En ambientes inclusivos, esta estrategia permite que estudiantes con diferentes niveles de desempeño académico participen de acuerdo con sus posibilidades, evitando prácticas donde algunos alumnos asumen todo el protagonismo mientras otros permanecen pasivos. Por esta razón, el aprendizaje cooperativo se convierte en una herramienta pedagógica que fortalece la equidad dentro del aula.

Otra estrategia relevante es la técnica de cabezas juntas (Think-Pair-Share), que organiza el aprendizaje mediante tres momentos fundamentales: reflexión individual, intercambio de ideas entre compañeros y socialización colectiva. Pellicano y Den Houting (2022) destacan la importancia de proporcionar tiempos diferenciados para que los estudiantes puedan procesar la información, organizar sus pensamientos y expresar sus conocimientos de acuerdo con sus propios ritmos. Esta característica resulta especialmente significativa para estudiantes que presentan dificultades relacionadas con la comunicación espontánea, la ansiedad social o la velocidad de procesamiento de información.

Desde una perspectiva inclusiva, la técnica Think-Pair-Share permite reducir las barreras de participación porque ofrece oportunidades progresivas de interacción. En lugar de exigir una respuesta inmediata frente a toda la clase, el estudiante puede primero construir su pensamiento individualmente y posteriormente compartirlo en espacios más reducidos. Esta organización favorece la seguridad emocional, fortalece la comunicación y permite que diferentes formas de expresión sean reconocidas como parte del proceso educativo.

La mesa redonda constituye otra estrategia cooperativa que favorece la participación democrática y la construcción colectiva del conocimiento. Mediante la organización de turnos de habla, los estudiantes desarrollan habilidades relacionadas con la escucha activa, la argumentación y el respeto por opiniones diferentes. Esta práctica resulta fundamental en una escuela comprometida con la inclusión, pues garantiza que todos los estudiantes tengan

oportunidades de expresar sus ideas, independientemente de sus características cognitivas, comunicativas o sociales.

La investigación colaborativa también representa una posibilidad significativa dentro del aprendizaje cooperativo, ya que estimula competencias relacionadas con la búsqueda, análisis e interpretación de información. Batista (2024) sostiene que los equipos de investigación favorecen el desarrollo del pensamiento crítico al involucrar a los estudiantes en procesos de formulación de preguntas, selección de fuentes, comparación de datos y elaboración de conclusiones. En este modelo, el conocimiento no es presentado como algo acabado, sino como una construcción permanente que requiere participación, reflexión y colaboración.

Asimismo, los equipos de investigación permiten relacionar los contenidos escolares con situaciones reales, favoreciendo aprendizajes más significativos. Cuando los estudiantes investigan conjuntamente un problema, desarrollan habilidades cognitivas superiores, como analizar, argumentar, tomar decisiones y proponer soluciones. Estas competencias son esenciales para la formación de ciudadanos capaces de actuar de manera crítica y responsable en la sociedad contemporánea.

La estrategia de tormenta de ideas (brainstorming) también posee un importante valor pedagógico dentro del aprendizaje cooperativo, debido a que estimula la creatividad y la generación colectiva de soluciones. Al permitir que los estudiantes expresen libremente sus conocimientos previos, opiniones y propuestas, esta metodología favorece ambientes donde la diversidad de pensamientos es reconocida como fuente de aprendizaje. En aulas inclusivas, esta estrategia puede beneficiar especialmente a estudiantes que presentan formas diferenciadas de razonamiento, ya que amplía las posibilidades de participación más allá de los modelos tradicionales de respuesta.

El folio giratorio constituye otra técnica cooperativa orientada a garantizar que todos los integrantes del grupo participen en la elaboración de una producción colectiva. En esta dinámica, cada estudiante contribuye progresivamente con ideas, información o soluciones, construyendo un resultado común a partir de las aportaciones individuales. Su principal contribución pedagógica consiste en evitar la exclusión de estudiantes con menor iniciativa comunicativa, demostrando que cada participante posee conocimientos y habilidades capaces de enriquecer el aprendizaje colectivo.

Los grupos de expertos representan una estrategia donde los estudiantes profundizan determinados contenidos para posteriormente compartirlos con sus compañeros. Esta

metodología fortalece la enseñanza entre iguales, porque transforma al alumno en mediador del conocimiento. La explicación realizada por un compañero puede facilitar la comprensión debido a la utilización de un lenguaje más próximo y accesible, favoreciendo procesos de aprendizaje colaborativo y fortaleciendo vínculos sociales dentro del aula.

La técnica 1-2-4 (Uno-Dos-Cuatro) amplía las oportunidades de participación al establecer una progresión desde el pensamiento individual hasta la discusión colectiva. Inicialmente, el estudiante desarrolla sus propias ideas; posteriormente, las comparte con un compañero; después, dialoga con un grupo reducido; y finalmente participa en una construcción colectiva con toda la clase. Esta estructura favorece la confianza, respeta diferentes ritmos de aprendizaje y permite que estudiantes con dificultades para participar en grandes grupos encuentren espacios graduales de expresión.

En relación con las tecnologías educativas, Ischkanian et al. (2024) destacan que los recursos digitales pueden fortalecer el aprendizaje cooperativo al ampliar las posibilidades de interacción, comunicación y producción colectiva. Plataformas colaborativas, herramientas interactivas y recursos digitales accesibles pueden favorecer diferentes formas de representación del conocimiento, especialmente cuando se articulan con principios inclusivos y objetivos pedagógicos claramente definidos. De esta manera, la tecnología deja de ser solamente un recurso instrumental y se convierte en un medio para ampliar la participación y la autonomía de los estudiantes.

La incorporación de tecnologías en el aprendizaje cooperativo también puede contribuir a la personalización de las experiencias educativas, permitiendo que los estudiantes utilicen diferentes lenguajes para expresar sus aprendizajes. Recursos audiovisuales, aplicaciones educativas y ambientes virtuales colaborativos pueden beneficiar a estudiantes con distintas formas de comunicación y procesamiento de información, siempre que sean seleccionados considerando las necesidades específicas de cada grupo.

La investigación bibliográfica y documental constituye un procedimiento fundamental para comprender los fundamentos científicos del aprendizaje cooperativo y sus contribuciones para la educación inclusiva. Yonaha (2024) y Braucks et al. (2025) señalan que el análisis de teorías, investigaciones empíricas y experiencias pedagógicas permite identificar cómo las prácticas colaborativas favorecen la participación, la interacción social y el desarrollo integral de los estudiantes. Desde esta perspectiva, la producción científica proporciona bases para que los docentes puedan implementar metodologías más reflexivas y fundamentadas.

El aprendizaje cooperativo representa una concepción pedagógica que supera los modelos tradicionales centrados únicamente en la transmisión de contenidos y propone una educación basada en la interacción, la participación y la valorización de la diversidad humana. La American Psychiatric Association (2022) y Lord et al. (2020) resaltan que comprender la diversidad del desarrollo humano implica reconocer diferentes formas de comunicación, aprendizaje e interacción social. Por ello, en contextos educativos inclusivos, la cooperación permite construir aulas donde cada estudiante pueda participar según sus posibilidades, contribuyendo al aprendizaje colectivo y fortaleciendo una cultura escolar basada en el respeto, la solidaridad y la equidad.

1. Rompecabezas (Jigsaw)

Explicación: La técnica del ***rompecabezas*** consiste en dividir un tema en diferentes partes. Cada integrante del equipo se convierte en especialista de una parte específica del contenido. Después de estudiar su sección, comparte lo aprendido con sus compañeros, formando entre todos una comprensión completa del tema.

Esta estrategia estimula la responsabilidad individual, porque cada estudiante tiene una información importante que aportar al grupo. Además, fortalece la comunicación y la capacidad de explicar conocimientos a otras personas.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Tema: *El sistema solar*.

- Un estudiante estudia el Sol.
- Otro investiga los planetas.
- Otro analiza los movimientos de la Tierra.
- Otro aprende sobre la Luna. Después, todos explican sus conocimientos para construir un aprendizaje completo sobre astronomía.

Ejemplo 2: Tema: *La historia de América Latina*. Cada estudiante estudia un período histórico diferente y luego comparte la información con el equipo.

2. Cabezas juntas (Think-Pair-Share)

Explicación: Esta técnica consiste en tres momentos: pensar individualmente, conversar con un compañero y compartir las conclusiones con todo el grupo. Permite que todos los estudiantes tengan tiempo para organizar sus ideas antes de participar.

Es una estrategia especialmente útil para estudiantes que necesitan más tiempo para expresar sus pensamientos, porque evita que solamente participen quienes responden rápidamente.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Pregunta: *¿Por qué es importante cuidar el medio ambiente?*

- Cada estudiante piensa una respuesta.
- Comparte sus ideas con un compañero.
- Finalmente, presentan sus conclusiones al grupo.

Ejemplo 2: En Matemáticas, los estudiantes resuelven un problema individualmente, comparan sus procedimientos en parejas y explican diferentes formas de llegar al resultado.

3. Mesa redonda

Explicación: La técnica de la *mesa redonda* permite que todos los integrantes del equipo expresen sus opiniones o conocimientos siguiendo turnos organizados. Cada participante tiene la oportunidad de hablar y escuchar activamente a los demás. Favorece la participación democrática, la argumentación y el respeto por diferentes puntos de vista.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Tema: *El uso responsable de la tecnología*.

Cada estudiante comparte una opinión sobre beneficios y riesgos del uso de internet.

Ejemplo 2: En Lengua Española, los estudiantes comentan diferentes interpretaciones de un cuento leído en clase.

4. Equipos de investigación

Explicación: Los equipos de investigación trabajan juntos para seleccionar un tema, buscar información, analizar datos y presentar sus descubrimientos al grupo. Esta técnica desarrolla habilidades de investigación, organización y pensamiento crítico. El estudiante aprende a buscar información confiable, interpretar contenidos y construir conocimientos propios.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Tema: *Cambio climático*. Los estudiantes investigan causas, consecuencias y posibles soluciones, preparando una presentación colectiva.

Ejemplo 2: Tema: *Alimentación saludable*. El equipo investiga nutrientes, hábitos saludables y crea una propuesta de alimentación equilibrada.

5. Tormenta de ideas (Brainstorming)

Explicación: La tormenta de ideas es una técnica donde los estudiantes expresan libremente sus opiniones y propuestas sobre un tema. En una primera etapa no se critican las ideas; el objetivo es generar muchas posibilidades para después analizarlas. Ayuda a desarrollar creatividad, imaginación y capacidad para resolver problemas.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Pregunta: *¿Cómo podemos mejorar nuestra escuela?* Los estudiantes proponen ideas como reciclar, crear espacios verdes o realizar campañas educativas.

Ejemplo 2: En Ciencias, los estudiantes generan hipótesis sobre cómo reducir la contaminación del agua.

6. Folio giratorio

Explicación: En esta técnica, un estudiante escribe una idea en una hoja y luego la pasa a otro compañero, quien agrega nueva información. El documento continúa circulando hasta que todos participan. Permite construir conocimientos colectivamente y garantiza que todos los integrantes contribuyan.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Tema: *Características de los animales*. Cada estudiante escribe una característica diferente hasta completar una lista colectiva.

Ejemplo 2: En escritura, cada alumno agrega una parte de una historia hasta crear un relato grupal.

7. Grupos de expertos

Explicación: Los estudiantes se reúnen inicialmente con compañeros que estudian el mismo contenido para convertirse en especialistas. Después regresan a sus equipos originales y enseñan lo aprendido.

Esta técnica fortalece la cooperación, la enseñanza entre iguales y la comprensión profunda de los contenidos.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: En Ciencias Naturales:

- Grupo 1 estudia animales vertebrados.
- Grupo 2 estudia animales invertebrados.

- Grupo 3 estudia ecosistemas.

Después cada experto comparte su conocimiento.

Ejemplo: 2: En Historia, cada grupo analiza una civilización antigua y luego enseña sus descubrimientos al resto de la clase.

8. 1-2-4 (Uno-Dos-Cuatro)

Explicación: Esta técnica comienza con una reflexión individual, continúa con una conversación en parejas, después con grupos de cuatro estudiantes y finalmente con la participación de toda la clase. Favorece la construcción progresiva del conocimiento y permite que todos tengan oportunidades de participar.

Ejemplos de cómo aprender:

Ejemplo 1: Pregunta: *¿Qué características tiene una sociedad justa?*

- Cada estudiante piensa una respuesta.
- La comparte con un compañero.
- Después dialogan en grupos de cuatro.
- Finalmente presentan una conclusión general.

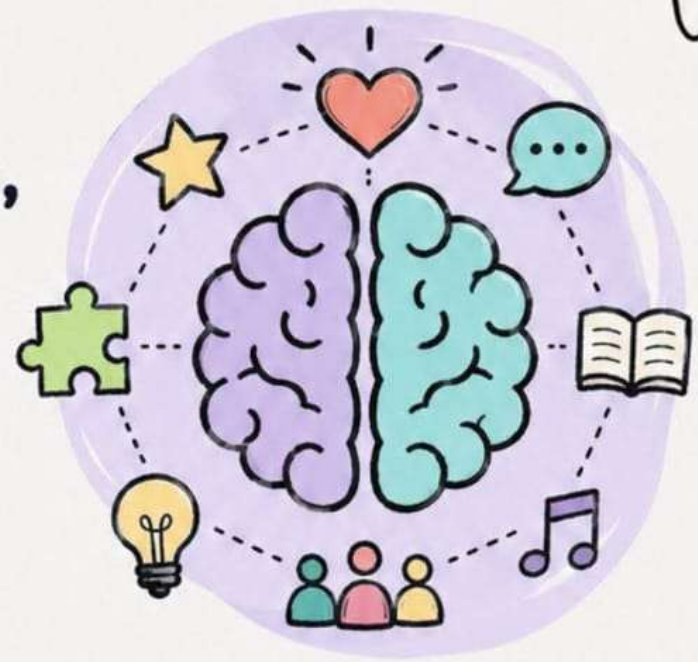
Ejemplo 2: En Matemáticas, cada estudiante intenta resolver un ejercicio, compara estrategias con otros compañeros y construyen juntos una solución final.

CONCLUSIÓN

Las técnicas de aprendizaje cooperativo transforman el aula en un espacio de participación, diálogo y construcción colectiva del conocimiento. Estas estrategias permiten que los estudiantes aprendan no solamente contenidos académicos, sino también habilidades esenciales para la vida, como escuchar, colaborar, respetar opiniones diferentes y resolver problemas de manera conjunta.

Aplicadas correctamente, estas metodologías favorecen una educación inclusiva, porque reconocen que cada estudiante tiene capacidades, ritmos y formas particulares de aprender. El aprendizaje cooperativo demuestra que cuando los estudiantes trabajan juntos, todos pueden enseñar y todos pueden aprender.

Neurodiversidad: Cerebros diferentes, igual de valiosos



La neurodiversidad reconoce que no existe una única manera de pensar, aprender o sentir. Las diferencias neurológicas forman parte natural de la experiencia humana y merecen respeto, apoyo e inclusión.

Aceptar la neurodiversidad significa dejar de ver ciertas diferencias como 'fallas' y empezar a reconocer fortalezas, necesidades y estilos únicos. El objetivo no es hacer que todos funcionen igual, sino crear entornos más accesibles para cada persona.

1

¿Qué significa?

Incluye variaciones neurológicas como autismo, TDAH o dislexia. Estas diferencias no definen menos valor ni menos capacidad; simplemente reflejan otra forma de procesar el mundo.

2

Las palabras importan

Es mejor usar un lenguaje respetuoso: evitar 'normal/anormal' y preferir 'típico/atípico'. Si no sabes qué término usar, lo más adecuado es preguntar a la persona cómo prefiere ser nombrada.

3

Apoyar, no cambiar

En la escuela, la terapia y el trabajo, las adaptaciones pueden hacer una gran diferencia: instrucciones claras, espacios tranquilos, más tiempo, apoyos visuales o auriculares con cancelación de ruido.

4

Rompiendo mitos

Ser neurodivergente no significa tener menos inteligencia ni menos posibilidad de llevar una vida plena. Muchas personas aportan creatividad, atención al detalle, pensamiento original y nuevas perspectivas.

NEURODIVERSIDAD: CEREBROS DIFERENTES, IGUALMENTE VALIOSOS Y LA CONSTRUCCIÓN DE PRÁCTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

La neurodiversidad constituye un paradigma contemporáneo que reconoce que las diferencias neurológicas forman parte de la diversidad humana y no deben ser comprendidas exclusivamente desde una perspectiva de déficit, limitación o incapacidad. Este enfoque considera que existen múltiples formas de pensar, aprender, comunicarse, sentir, percibir el ambiente y relacionarse con el mundo. De acuerdo con la American Psychiatric Association (2022), las condiciones del neurodesarrollo, como el Trastorno del Espectro Autista (TEA), el Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH) y otros perfiles cognitivos, presentan manifestaciones variadas que requieren comprensión individualizada, evaluación contextualizada y apoyos adecuados, evitando interpretaciones reduccionistas sobre las capacidades de las personas.

La perspectiva de la neurodiversidad propone una transformación profunda en la manera de comprender las diferencias humanas, sustituyendo modelos centrados únicamente en la corrección o normalización por prácticas orientadas al respeto, la accesibilidad y la participación plena. Según Pellicano y Den Houting (2022), los estudios actuales sobre autismo han avanzado hacia una visión más amplia, donde las características neurológicas no deben interpretarse únicamente como dificultades, sino como formas diferentes de experimentar, procesar información y establecer relaciones con el entorno. Desde esta perspectiva, la diversidad cognitiva constituye una expresión natural de la condición humana y exige la construcción de ambientes sociales y educativos capaces de responder a múltiples formas de existencia.

La imagen sobre neurodiversidad representa la idea de que no existe una única manera correcta de pensar, aprender o sentir. Esta comprensión resulta esencial en el ámbito educativo, porque los estudiantes presentan diferentes estilos cognitivos, formas de comunicación, ritmos de aprendizaje, intereses y maneras de participar en las actividades escolares. Como explican Lord et al. (2020), el Trastorno del Espectro Autista es una condición heterogénea del neurodesarrollo, caracterizada por diferentes niveles de apoyo, perfiles individuales y trayectorias únicas de desarrollo, por lo que las intervenciones educativas deben considerar las particularidades de cada estudiante.

Aceptar la neurodiversidad implica superar concepciones históricas que asociaron las diferencias neurológicas con incapacidad, dependencia o falta de potencial. Durante muchos años, las personas autistas y otros individuos neurodivergentes fueron comprendidos desde una visión limitada que destacaba únicamente sus dificultades. Sin embargo, la literatura científica demuestra que, cuando reciben ambientes adecuados, apoyos especializados y oportunidades educativas significativas, pueden desarrollar habilidades académicas, sociales y comunicativas. En este sentido, Boyd, Odom, Humes y Sam (2010) destacan que las prácticas basadas en evidencia favorecen mejores resultados en estudiantes con TEA cuando se organizan considerando sus características individuales.

En el contexto escolar, comprender la neurodiversidad significa abandonar modelos educativos homogéneos que esperan que todos los estudiantes aprendan de la misma manera, con los mismos tiempos y mediante los mismos recursos. La educación inclusiva requiere reconocer diferentes formas de acceder al conocimiento, expresar aprendizajes y participar en experiencias educativas. Para Hecker y Rodrigues (2023), la relación entre educación inclusiva, Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) y comprensión del autismo favorece la creación de ambientes pedagógicos más accesibles, donde las diferencias individuales dejan de ser consideradas obstáculos y pasan a orientar nuevas posibilidades metodológicas.

El principio de “apoyar, no cambiar” representa una modificación fundamental en la forma de comprender la inclusión educativa. La finalidad de la educación no debe ser transformar la identidad del estudiante para adaptarlo a un modelo único de aprendizaje, sino crear condiciones que permitan su participación efectiva y su desarrollo integral. En esta perspectiva, Zeedyk y Blakemore (2023) señalan que los ambientes educativos inclusivos deben incorporar los principios de la neurodiversidad, promoviendo estrategias flexibles, apoyos visuales, adecuaciones pedagógicas y oportunidades de interacción que respeten las características de cada estudiante.

La importancia del lenguaje en la construcción de una cultura inclusiva también merece atención. Las palabras utilizadas para describir las diferencias neurológicas pueden reforzar prejuicios o favorecer procesos de aceptación y respeto. Utilizar expresiones que reconozcan la dignidad, identidad y potencialidades de las personas contribuye a construir relaciones más humanizadas. Desde esta perspectiva, Ischkanian e Ischkanian (2025) destacan que la inclusión de estudiantes autistas depende no solamente de modificaciones curriculares o estructurales, sino también de cambios en las actitudes, expectativas y concepciones de docentes, familias y comunidades educativas.

La neurodiversidad permite reconocer que diferentes perfiles cognitivos pueden presentar fortalezas particulares, como creatividad, pensamiento analítico, atención a detalles, memoria específica, intereses profundos y formas innovadoras de resolver problemas. Estas características pueden representar contribuciones importantes en contextos académicos, profesionales y sociales. No obstante, valorar las potencialidades no significa ignorar las dificultades existentes; significa comprender que cada persona posee una combinación única de capacidades, desafíos y necesidades de apoyo.

En el campo de la educación especial e inclusiva, esta comprensión requiere prácticas individualizadas y fundamentadas científicamente. La evaluación interdisciplinaria, el acompañamiento psicopedagógico y las intervenciones educativas planificadas pueden contribuir a identificar barreras y potencialidades de cada estudiante. Según Ischkanian et al. (2025), la intervención temprana con participación de diferentes áreas profesionales puede favorecer significativamente el desarrollo de niños con TEA, especialmente cuando las estrategias respetan sus características individuales y promueven la colaboración entre familia, escuela y profesionales.

La investigación científica desempeña un papel esencial en la consolidación de prácticas educativas inclusivas. De acuerdo con Evangelista (2022), la investigación bibliográfica y documental permite analizar conceptos, fundamentos históricos, políticas educativas y producciones científicas relacionadas con determinados fenómenos sociales. En este sentido, estudiar la neurodiversidad requiere comprender no solamente aspectos relacionados con el desarrollo neurológico, sino también factores educativos, sociales, culturales y políticos que influyen en la participación de las personas neurodivergentes.

La investigación documental contribuye igualmente al análisis de las políticas públicas y de los procesos educativos relacionados con la inclusión. Batista (2024) señala que documentos institucionales, normativas y producciones académicas constituyen fuentes

relevantes para comprender transformaciones en los sistemas educativos. De esta manera, investigar la neurodiversidad permite reflexionar sobre cómo las instituciones pueden eliminar barreras, garantizar derechos y construir propuestas pedagógicas comprometidas con la equidad.

Las tecnologías educativas representan otro elemento relevante para fortalecer la inclusión, ya que amplían las posibilidades de comunicación, interacción y acceso al conocimiento. Recursos digitales, tecnologías asistivas, aplicaciones educativas y plataformas colaborativas pueden favorecer diferentes formas de aprendizaje cuando son utilizados con objetivos pedagógicos definidos. Según Ischkanian et al. (2024), las innovaciones tecnológicas han transformado las prácticas educativas inclusivas al permitir procesos más personalizados y estrategias adaptadas a diferentes perfiles de aprendizaje.

Además, metodologías innovadoras como la gamificación, el aprendizaje cooperativo y las estrategias activas pueden aumentar la participación y el compromiso académico de estudiantes neurodivergentes. Ischkanian et al. (2024) explican que los recursos pedagógicos innovadores favorecen la motivación, la interacción social y la construcción del conocimiento cuando están relacionados con las necesidades reales de los estudiantes. Por ello, la tecnología y las metodologías activas deben comprenderse como herramientas complementarias de la acción docente y no como sustitutos de la mediación pedagógica.

La construcción de una cultura escolar basada en la neurodiversidad depende de la formación continua de los docentes y de la revisión permanente de las prácticas educativas. Según Braucks et al. (2025), la investigación bibliográfica permite fundamentar científicamente las acciones pedagógicas, favoreciendo que los profesionales de la educación desarrollen estrategias más conscientes, reflexivas y fundamentadas. Un docente preparado puede identificar potencialidades, reducir barreras y promover ambientes donde todos los estudiantes participen de manera significativa.

Por lo tanto, comprender la neurodiversidad significa reconocer que los cerebros humanos presentan diferentes formas de funcionamiento, aprendizaje, comunicación e interacción social. La valorización de estas diferencias no implica negar las dificultades que pueden enfrentar las personas neurodivergentes, sino comprender que dichas dificultades pueden reducirse mediante apoyos adecuados, accesibilidad y prácticas inclusivas. Como sostienen la American Psychiatric Association (2022)**,** Lord et al. (2020) **y** Pellicano y Den Houting (2022)**,** la comprensión actual del desarrollo humano exige superar perspectivas exclusivamente limitantes y avanzar hacia modelos que reconozcan derechos, capacidades y

singularidades. De esta manera, la escuela se transforma en un espacio de pertenencia, donde diferentes formas de pensar, aprender y participar son comprendidas como expresiones legítimas de la diversidad humana.

REFERENCIAS

American Psychiatric Association. (2022). *Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales: DSM-5-TR* (5.ª ed., texto revisado). Editorial de la American Psychiatric Association. https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425787

Batista, G. A. (2024). La investigación documental en el ámbito de las políticas educativas: Conceptos y discusiones. *Cadernos da FUCAMP, 29*. https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3429

Boyd, B. A., Odom, S. L., Humes, L. E., & Sam, A. M. (2010). Infusing evidence-based practices into comprehensive treatment programs for children with autism spectrum disorder. *Behavior Modification, 34*(5), 424–439. https://doi.org/10.1177/0145445510379767

Braucks, J. B., Azevedo, G. P., Neubauer, V. S., & Eckert, N. H. (2025). Pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa científica. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, 11*. https://doi.org/10.23899/g0q8kq90

Evangelista, O. (2022). Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: Focos de estudo e percursos metodológicos. *Pro-Posições, 33*. https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0141

Hecker, L., & Rodrigues, O. M. P. R. (2023). Educação inclusiva, Desenho Universal para a Aprendizagem e estudantes com Transtorno do Espectro Autista: Revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial, 29*, e0205. https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0205

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Belchior, I. G., Silva, F. A. da, Ronque, W. D. S., & Demo, G. (2024). *Neuropsicopedagogia e inclusão: Transtornos e distúrbios de aprendizagem e o T21*. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu. https://www.academia.edu/127056969/NEUROPSICOPEDAGOGIA_E_INCLUS%C3%83O_T

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Carvalho Silva, E. D. de, Silva, C. C., Braga, R. D. O., & Ischkanian, S. G. (2025). *A importância do acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico na intervenção precoce no ambiente clínico para crianças com Transtorno do Espectro Autista*. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu. https://www.academia.edu/127115147/A_IMPORT%C3%82NCIA_DO_ACOMPANHAMENTO_PSICOPEDAG%C3%93GICO_E_FONOAUDIOL%C3%93GICO_NA_INTERVEN%C3%87%C3%83O_PRECOCE

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Demo, G., Ronque, W. D. S., Santos, E. A. da S., Silva, F. A. da, & Ischkanian, S. G. (2024). *O impacto das inovações tecnológicas nas áreas de saúde e educação inclusiva: Como as novas tecnologias estão modificando as práticas pedagógicas e as pesquisas nas áreas da educação global e saúde*. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu. https://www.academia.edu/126987303/O_IMPACTO_DAS_INOVA%C3%87%C3%95ES_TECNOL%C3%93GICAS_NAS_%C3%81REAS_DE_SA%C3%9ADE_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_INCLUSIVA

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Ferreira, J. B., Florentino, R. de C., Silva e Silva, A. J. da, Ischkanian, S. G., & Carvalho, G. N. de. (2024). *Gamificação e engajamento acadêmico*. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu. https://www.academia.edu/126981218/GAMIFICA%C3%87%C3%83O_E_ENGAJAMENTO_ACAD%C3%8AMICO

Ischkanian, S. H. D., & Ischkanian, S. G. (2025). *A importância da inclusão escolar para crianças autistas: Estudo sobre como escolas podem adaptar suas metodologias e ambientes para integrar de forma mais eficaz alunos com autismo*. Clube de Autores e Pesquisadores. Academia.edu. https://www.academia.edu/126449865/INCLUS%C3%83O_ESCOLAR_PARA_CRIAN%C3%87AS_AUTISTAS

Lord, C., Brugha, T. S., Charman, T., et al. (2020). Autism spectrum disorder. *Nature Reviews Disease Primers, 6*(1). https://doi.org/10.1038/s41572-019-0138-4

Pellicano, E., & den Houting, J. (2022). Annual Research Review: Shifting from "normal science" to neurodiversity in autism science. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 63*(4), 381–396. https://doi.org/10.1111/jcpp.13534

Yonaha, T. (2024). A pesquisa documental como ferramenta metodológica na linguística aplicada. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 40*(1). https://doi.org/10.1590/1678-460X202440163694

Zeedyk, S. M., & Blakemore, S.-J. (2023). Supporting inclusive education for autistic learners: Educational implications of neurodiversity. *Educational Review*. https://doi.org/10.1080/00131911.2022.2034738

DESCRIPCIÓN DE LAS OBRAS Y APORTES TEÓRICOS.

American Psychiatric Association. (2022). ***Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales: DSM-5-TR*****.**

Esta obra constituye uno de los principales referentes internacionales para la clasificación, descripción y diagnóstico de los trastornos mentales. El DSM-5-TR presenta criterios clínicos actualizados para la identificación de diferentes condiciones del neurodesarrollo, incluyendo el Trastorno del Espectro Autista (TEA). En relación con el autismo, el manual aborda las características relacionadas con la comunicación social, los patrones restrictivos y repetitivos de comportamiento, las particularidades sensoriales y los diferentes niveles de apoyo que pueden requerir las personas. Su contribución resulta fundamental para la evaluación interdisciplinaria, la planificación de intervenciones individualizadas y la comprensión del autismo desde una perspectiva científica y clínica.

Batista, G. A. (2024). ***La investigación documental en el ámbito de las políticas educativas: Conceptos y discusiones.***

La obra analiza la investigación documental como una estrategia metodológica relevante para comprender fenómenos educativos y sociales. El autor destaca la importancia del análisis crítico de documentos oficiales, normativas, políticas públicas y registros institucionales como fuentes fundamentales para la construcción del conocimiento científico. En el campo de la educación inclusiva, esta metodología permite investigar leyes, programas educacionales, directrices gubernamentales y políticas destinadas a garantizar los derechos de estudiantes con discapacidad y necesidades educativas específicas.

Boyd, B. A., Odom, S. L., Humes, L. E., & Sam, A. M. (2010). ***Infusing evidence-based practices into comprehensive treatment programs for children with autism spectrum disorder.***

Esta investigación aborda la incorporación de prácticas basadas en evidencias científicas dentro de programas integrales de intervención para niños con Trastorno del Espectro Autista. Los autores enfatizan la importancia de utilizar estrategias fundamentadas en investigaciones empíricas, considerando las necesidades individuales, las características del desarrollo y los objetivos funcionales de cada niño. La obra contribuye al fortalecimiento de intervenciones educativas y terapéuticas más eficaces, destacando la necesidad de una actuación interdisciplinaria entre profesionales de la salud y educación.

Braucks, J. B., Azevedo, G. P., Neubauer, V. S., & Eckert, N. H. (2025). ***Pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa científica.***

Esta obra aborda la investigación bibliográfica como procedimiento metodológico para la producción del conocimiento científico. Los autores explican la importancia de realizar búsquedas, selección, análisis e interpretación crítica de producciones académicas relacionadas con un determinado objeto de estudio. Su contribución está vinculada al desarrollo de investigaciones educativas y científicas que requieren una revisión organizada de teorías, conceptos y evidencias existentes.

Evangelista, O. (2022). ***Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: Focos de estudo e percursos metodológicos.***

La autora reflexiona sobre las diferencias y relaciones entre investigación documental histórica e investigación bibliográfica, destacando sus posibilidades dentro del campo educativo. La obra analiza cómo los documentos pueden revelar procesos históricos, sociales y políticos que influyen en la construcción de prácticas educativas. Su aporte permite comprender la educación como un fenómeno relacionado con contextos culturales, institucionales y políticos.

Hecker, L., & Rodrigues, O. M. P. R. (2023). ***Educação inclusiva, Desenho Universal para a Aprendizagem e estudantes com Transtorno do Espectro Autista: Revisão integrativa da literatura.***

Este estudio presenta una revisión integrativa sobre la relación entre educación inclusiva, Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) y estudiantes con Trastorno del Espectro Autista. Las autoras destacan la importancia de crear ambientes escolares accesibles, flexibles y capaces de responder a la diversidad de formas de aprender. La obra enfatiza estrategias pedagógicas que eliminan barreras educativas y favorecen la participación, autonomía e inclusión de estudiantes autistas.

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Belchior, I. G., Silva, F. A. da, Ronque, W. D. S., & Demo, G. (2024). ***Neuropsicopedagogia e inclusão: Transtornos e distúrbios de aprendizagem e o T21.***

Esta obra analiza la relación entre neuropsicopedagogía, inclusión educativa y los trastornos del aprendizaje, con énfasis en el Trisomía 21 (Síndrome de Down). Los autores abordan aspectos cognitivos, emocionales, sociales y pedagógicos relacionados con los procesos de aprendizaje, destacando la importancia de evaluaciones individualizadas y estrategias educativas adaptadas. El libro defiende una perspectiva inclusiva basada en el reconocimiento de las potencialidades de cada estudiante.

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Carvalho Silva, E. D. de, Silva, C. C., Braga, R. D. O., & Ischkanian, S. G. (2025). ***La importancia del acompañamiento psicopedagógico y fonoaudiológico en la intervención temprana en el ambiente clínico para niños con Trastorno del Espectro Autista.***

La obra analiza la relevancia de la intervención temprana mediante el acompañamiento psicopedagógico y fonoaudiológico para niños con TEA. Los autores destacan que la estimulación precoz favorece el desarrollo comunicativo, cognitivo, social y emocional, especialmente cuando existe una planificación interdisciplinaria. El estudio resalta la importancia de la participación familiar y de la construcción de estrategias individualizadas para potenciar las habilidades infantiles.

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Demo, G., Ronque, W. D. S., Santos, E. A. da S., Silva, F. A. da, & Ischkanian, S. G. (2024). ***El impacto de las innovaciones tecnológicas en las áreas de salud y educación inclusiva.***

Esta obra analiza cómo las tecnologías digitales están transformando las prácticas educativas y los procesos de atención en salud. Los autores abordan recursos tecnológicos, herramientas digitales y estrategias innovadoras que favorecen la inclusión, la comunicación, la autonomía y la participación de personas con discapacidad. La investigación destaca el papel de la tecnología asistiva como instrumento para reducir barreras y ampliar oportunidades de aprendizaje.

Ischkanian, S. H. D., Cabral, G. N., Ferreira, J. B., Florentino, R. de C., Silva e Silva, A. J. da, Ischkanian, S. G., & Carvalho, G. N. de. (2024). ***Gamificação e engajamento acadêmico.***

Esta obra estudia la gamificación como estrategia pedagógica para aumentar la motivación, participación y compromiso de los estudiantes en los procesos educativos. Los autores analizan cómo los elementos propios de los juegos pueden favorecer aprendizajes activos, interacción social, resolución de problemas y desarrollo de competencias. La investigación destaca la gamificación como recurso innovador dentro de ambientes educativos inclusivos.

Ischkanian, S. H. D., & Ischkanian, S. G. (2025). ***La importancia de la inclusión escolar para niños autistas.***

Esta obra aborda la inclusión escolar de estudiantes autistas desde la perspectiva de la adaptación curricular, metodológica y ambiental. Los autores defienden que las instituciones educativas deben desarrollar prácticas flexibles, accesibles y centradas en las características individuales de cada estudiante. El estudio destaca la necesidad de formación docente, colaboración familiar y eliminación de barreras para garantizar una educación equitativa.

Lord, C., Brugha, T. S., Charman, T., et al. (2020). ***Autism spectrum disorder.***

Este artículo presenta una revisión científica amplia sobre el Trastorno del Espectro Autista, abordando aspectos relacionados con la definición, diagnóstico, epidemiología, genética, desarrollo y modelos de intervención. Los autores explican la heterogeneidad del autismo y la importancia de comprenderlo como una condición del neurodesarrollo con diferentes manifestaciones y necesidades de apoyo.

Pellicano, E., & den Houting, J. (2022). ***Annual Research Review: Shifting from "normal science" to neurodiversity in autism science.***

Esta investigación analiza el cambio de paradigma dentro de los estudios sobre autismo, proponiendo una transición desde modelos centrados exclusivamente en déficits hacia una perspectiva basada en la neurodiversidad. Los autores defienden el reconocimiento de diferentes formas de funcionamiento neurológico y destacan la importancia de investigaciones que valoren las experiencias, capacidades y derechos de las personas autistas.

Yonaha, T. (2024). ***A pesquisa documental como ferramenta metodológica na linguística aplicada.***

La obra analiza la investigación documental como herramienta metodológica dentro de los estudios lingüísticos aplicados. La autora explica cómo documentos, registros y materiales escritos pueden ser utilizados para comprender fenómenos comunicativos y educativos. Su aporte metodológico resulta relevante para investigaciones cualitativas relacionadas con lenguaje, aprendizaje e interacción social.

Zeedyk, S. M., & Blakemore, S.-J. (2023). ***Supporting inclusive education for autistic learners: Educational implications of neurodiversity.***

Este trabajo analiza las implicaciones educativas del paradigma de la neurodiversidad para la inclusión de estudiantes autistas. Los autores destacan la necesidad de superar modelos educativos centrados en la normalización y promover ambientes que respeten diferentes formas de aprendizaje, comunicación y participación. La obra enfatiza prácticas inclusivas basadas en accesibilidad, aceptación y valoración de la diversidad neurológica.

CLUBE DE AUTORES
E PESQUISADORES

AUTISMO NO ES IGUAL PARA TODOS: COMPRENDIENDO LA HETEROGENEIDAD DEL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA Y LOS DESAFÍOS PARA UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA, EQUITATIVA Y BASADA EN LAS SINGULARIDADES DEL DESARROLLO HUMAN.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Rosimery Mendes Rodrigues

COMPRENSIÓN DEL CONCEPTO DE HETEROGENEIDAD DEL AUTISMO

1. ¿Por qué se afirma que el autismo no es igual para todas las personas que presentan el Trastorno del Espectro Autista (TEA)?
2. ¿Cómo explica el DSM-5-TR la diversidad de manifestaciones presentes en las personas con TEA?
3. ¿Qué factores influyen en que dos personas con el mismo diagnóstico de autismo puedan presentar características diferentes?
4. ¿Por qué el concepto de “espectro” es fundamental para comprender la diversidad del autismo?
5. ¿Cómo contribuye la comprensión de la heterogeneidad del TEA a superar los estereotipos sobre las personas autistas?
6. ¿Qué significa reconocer las singularidades del desarrollo humano dentro del contexto del autismo?
7. ¿Por qué no es adecuado establecer un único modelo de intervención educativa para todos los estudiantes autistas?
8. ¿Cómo pueden las diferencias cognitivas, comunicativas y sensoriales influir en la experiencia escolar de una persona con TEA?
9. ¿Qué importancia tiene comprender la historia individual de cada estudiante autista antes de planificar estrategias educativas?
10. ¿Cómo se relaciona la neurodiversidad con la comprensión actual del autismo?

DIAGNÓSTICO, CARACTERÍSTICAS Y NECESIDADES DE APOYO

11. ¿Cuáles son las principales características del TEA descritas por la American Psychiatric Association?
12. ¿Qué importancia tiene la evaluación interdisciplinaria en el diagnóstico y acompañamiento de personas autistas?

13. ¿Por qué el diagnóstico del TEA no debe ser entendido únicamente como una clasificación clínica?
14. ¿Cómo influyen las diferencias en comunicación social en las relaciones educativas y familiares?
15. ¿Qué son los patrones restrictivos y repetitivos de comportamiento presentes en algunas personas con TEA?
16. ¿Por qué las características sensoriales deben ser consideradas dentro de las prácticas educativas inclusivas?
17. ¿Qué significa ofrecer diferentes niveles de apoyo según las necesidades individuales de cada persona autista?
18. ¿Cómo puede una evaluación individualizada favorecer mejores oportunidades de aprendizaje?
19. ¿Por qué dos estudiantes con TEA pueden necesitar estrategias pedagógicas completamente diferentes?
20. ¿Cuál es la importancia de identificar fortalezas además de dificultades en estudiantes autistas?

EDUCACIÓN INCLUSIVA Y EQUIDAD ESCOLAR

21. ¿Qué significa construir una educación inclusiva para estudiantes con Trastorno del Espectro Autista?
22. ¿Por qué la inclusión escolar requiere más que simplemente matricular estudiantes autistas en escuelas regulares?
23. ¿Cómo contribuye el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) a la inclusión de estudiantes con TEA?
24. ¿Qué barreras educativas pueden dificultar la participación de estudiantes autistas en la escuela?
25. ¿Cómo pueden los docentes adaptar sus metodologías para atender diferentes formas de aprendizaje?
26. ¿Por qué la flexibilidad curricular es importante en la educación de estudiantes con autismo?
27. ¿Cómo favorece un ambiente escolar accesible la autonomía de los estudiantes autistas?
28. ¿Qué papel desempeña la formación docente en la construcción de prácticas inclusivas?
29. ¿Por qué la educación equitativa no significa ofrecer exactamente las mismas estrategias para todos los estudiantes?
30. ¿Cómo puede la escuela valorar las diferencias individuales como parte de la diversidad humana?

INTERVENCIONES BASADAS EN EVIDENCIAS Y ACOMPAÑAMIENTO INTERDISCIPLINARIO

31. ¿Por qué las prácticas educativas y terapéuticas para personas con TEA deben estar basadas en evidencias científicas?

32. ¿Qué importancia tiene la intervención temprana en el desarrollo de niños con Trastorno del Espectro Autista?
33. ¿Cómo pueden la psicopedagogía y la fonoaudiología contribuir al desarrollo integral de niños autistas?
34. ¿Por qué la intervención interdisciplinaria es fundamental en el acompañamiento del TEA?
35. ¿Cómo deben adaptarse las estrategias de intervención según las características individuales de cada niño?
36. ¿Qué relación existe entre estimulación temprana, comunicación y desarrollo social en niños autistas?
37. ¿Por qué las familias deben participar activamente en los procesos de intervención?
38. ¿Cómo contribuyen las prácticas basadas en evidencias a mejorar la calidad de vida de las personas con TEA?
39. ¿Qué riesgos pueden existir cuando se aplican métodos educativos sin considerar la individualidad del estudiante?
40. ¿Cómo puede la colaboración entre profesionales de educación y salud favorecer mejores resultados?

TECNOLOGÍA, INNOVACIÓN Y NUEVAS PERSPECTIVAS SOBRE EL AUTISMO

41. ¿Cómo pueden las tecnologías digitales favorecer la inclusión educativa de estudiantes autistas?
42. ¿Qué papel cumple la tecnología asistiva en la comunicación y autonomía de personas con TEA?
43. ¿Cómo pueden recursos tecnológicos reducir barreras de aprendizaje y participación?
44. ¿Por qué la innovación educativa debe estar vinculada a las necesidades reales de los estudiantes?
45. ¿Cómo puede la gamificación favorecer la motivación y participación de estudiantes con diferentes perfiles de aprendizaje?

NEURODIVERSIDAD, DERECHOS E INCLUSIÓN SOCIAL

46. ¿Qué propone el paradigma de la neurodiversidad en relación con la comprensión del autismo?
47. ¿Por qué es importante superar una visión del autismo centrada únicamente en limitaciones?
48. ¿Cómo contribuye la valoración de las capacidades individuales al desarrollo de una sociedad más inclusiva?
49. ¿Qué desafíos enfrentan las escuelas para garantizar una educación basada en las singularidades del desarrollo humano?
50. ¿Cómo puede la sociedad promover una visión del autismo basada en respeto, aceptación, participación y garantía de derechos?

Espacio para respuestas y anotaciones

Nombre: _____

_____

_____

_____

Tema: ***Autismo no es igual para todos: Comprendiendo la heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y los desafíos para una educación inclusiva, equitativa y basada en las singularidades del desarrollo humano.***

RESPUESTA:

Nombre: _____

_____

_____

_____

Tema: ***Autismo no es igual para todos: Comprendiendo la heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y los desafíos para una educación inclusiva, equitativa y basada en las singularidades del desarrollo humano*.**

ANOTACIONES:

Nombre: _____
_____
_____
_____

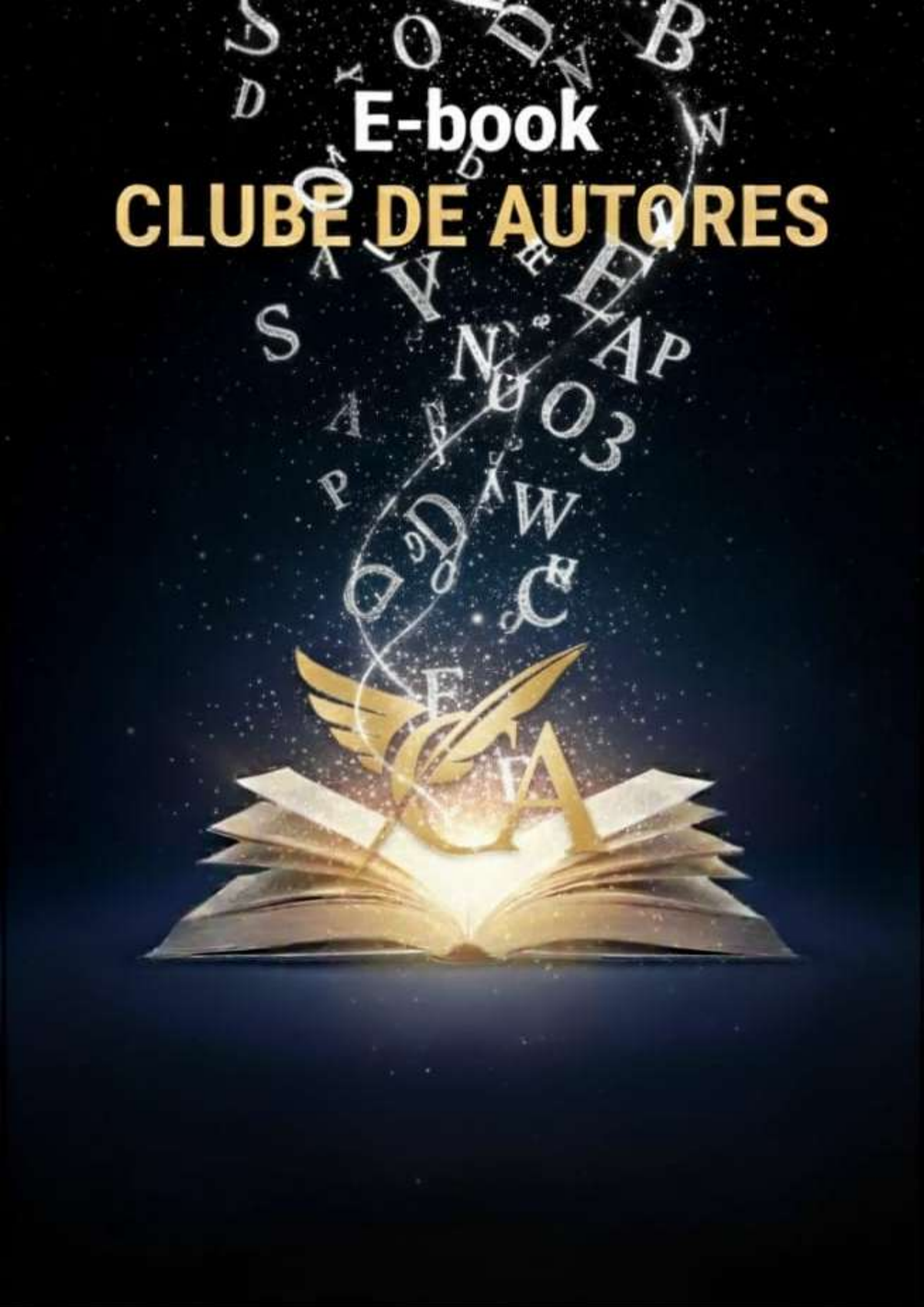
Tema: ***Autismo no es igual para todos: Comprendiendo la heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y los desafíos para una educación inclusiva, equitativa y basada en las singularidades del desarrollo humano*.**

REFLEXIONES PERSONALES:

Nombre: _____
_____
_____
_____

Tema: ***Autismo no es igual para todos: Comprendiendo la heterogeneidad del Trastorno del Espectro Autista y los desafíos para una educación inclusiva, equitativa y basada en las singularidades del desarrollo humano*.**

OBSERVACIONES ADICIONALES:


E-book
CLUBE DE AUTORES